Fernando Conceição

JORNALISMO EM BRANCO & PRETO

Ensaios de mídia, cultura e relações étnico-raciais

EDUFBA

Jornalismo em branco & preto: ensaios de mídia, cultura e relações étnico-raciais

Fernando Conceição

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CONCEIÇÃO, F. *Jornalismo em branco & preto*: ensaios de mídia, cultura e relações étnico-raciais [online]. Salvador: EDUFBA, 2025, p. 209. ISBN: 978-65-5630-942-2. https://doi.org/10.7476/9786556309422.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

No Brasil, grupos e estratos sociais subalternizados por sua origem étnico-racial sempre foram representados de maneira pejorativa pelos chamados meios de comunicação de massa.

Os conglomerados de mídia, que são empresas atuando no mercado para atrair audiência e, consequentemente, lucro financeiro, por séculos flertam com o racismo mais descarado.

Mesmo em livros didáticos, até na literatura canônica, negros, indígenas e ciganos, aqui considerados sujeitos, sofrem os efeitos da visão colonial e colonizada daquela má-representação midiática.

Sublinhe-se o papel de formação dos profissionais de mídia, em cursos técnicos e superiores de conteúdo omisso quanto às questões tratadas neste livro.

Apenas a partir de agora, segunda década deste século XXI, o mercado midiático – incluindo aí a publicidade e as redes sociais de mídia – parece mover-se na direção de melhorar, quiçá superar, a representação negativamente estereotipada daqueles estratos sociais.

Esta obra problematiza essa temática.

JORNALISMO EM BRANCO & PRETO

Ensaios de mídia, cultura e relações étnico-raciais

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor
Penildon Silva Filho

EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
George Mascarenhas de Oliveira
Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté
Mônica Neves Aguiar da Silva

Suplentes
José Amarante Santos Sobrinho
Lorene Pinto
Lúcia Matos
Lynn Alves
Paola Berenstein Jacques
Rafael Moreira Siqueira

fapesb
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fernando Conceição

JORNALISMO EM BRANCO & PRETO

Ensaios de mídia, cultura e relações étnico-raciais

Salvador
EDUFBA
2025

2025, Fernando Conceição.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação Editorial	*Cristovão Mascarenhas*
Coordenação Gráfica	*Edson Nascimento Sales*
Coordenação de Produção	*Gabriela Nascimento*
Assistente Editorial	*Aline Silva Santos*
Capa e projeto gráfico	*Joel Correia e Alan Sampaio*
Diagramação e arte final	*Cecylle Cavalcante do Amaral*
Revisão	*Rebeca Teles*
Normalização	*Marcely Moreira*
Digitalização dos originais	*Jamile Araújo dos Santos e Niury Magarefe*

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Conceição, Fernando.
Jornalismo em branco & preto: ensaios de mídia, cultura e relações étnico-raciais / Fernando Conceição. – Salvador: EDUFBA, 2025.
209 p. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5630-803-6

1. Comunicação de massa - Aspectos sociais - Brasil. 2. Mídia impressa - Relações raciais - Brasil. 3. Imprensa e racismo - Brasil. 4. Imprensa - Brasil. 5. Jornalismo – Aspectos étnico-raciais. I. Título.

CDU: 070(81)

Elaborada por Renata Oliveira de Souza | CRB-5: BA - 1716

Editora afiliada à

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador, Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164 | edufba@ufba.br | edufba.ufba.br

SUMÁRIO

7 **APRESENTAÇÃO**

9 **CAPÍTULO I**
Estrutura midiática e dependência: introdução ao tema

35 **CAPÍTULO II**
O negro no texto jornalístico

41 **CAPÍTULO III**
Teoria dos 3 "eles" (LLL): mordendo um cachorro por dia

53 **CAPÍTULO IV**
O medo da cor na mídia impressa

65 **CAPÍTULO V**
Como os negros leem a imprensa

93 **CAPÍTULO VI**
O discurso racial da imprensa

173 **CAPÍTULO VII**
"Faces do Brasil": indígenas, negros e ciganos na mídia

APRESENTAÇÃO

O presente livro reúne sete textos. Quatro, inéditos no Brasil. Três, publicados de forma esparsa e espaçada.

É fruto da produção e de pesquisas acadêmicas do autor ao longo de três décadas de ativismo e intervenções sociais.

Permite ao leitor interessado verificar se houve ou não alterações no modo como a mídia, particularmente a impressa, aborda as relações raciais no Brasil – do período da luta pela redemocratização aos dias atuais.

O primeiro capítulo foi exclusivamente escrito como introdução ao tema do livro. O segundo, o terceiro e o quarto capítulos reproduzem textos anteriormente publicados. Os capítulos 5 e 6 fizeram parte da dissertação de mestrado, "Imprensa e Racismo no Brasil", defendida por este autor em 1996 na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP - Universidade de São Paulo.

O sétimo capítulo apresenta a síntese de pesquisa de monitoramento de jornais e revistas impressos em todas as regiões brasileiros, com intuito de verificar como a mídia trata as imagens dos indígenas, negros e ciganos.

CAPÍTULO I

ESTRUTURA MIDIÁTICA E DEPENDÊNCIA
INTRODUÇÃO AO TEMA

Em 1995, Muniz Sodré, pesquisador em mídias e relações raciais, teve um artigo acolhido pela *Folha de S. Paulo* (1995), então mais politicamente influente jornal de circulação nacional no Brasil, em que escreveu:

> Na sociedade da imagem (anagrama de magia) ou dos dispositivos de visão, o sujeito só existe se aparece no 'espelho', isto é, se tem condições socioculturais de ter imagem publicamente reconhecível.Passados 300 anos de Zumbi dos Palmares, os ecos brasileiros dessas discussões primeiro-mundistas em torno de quociente de inteligência, superioridade ou inferioridade de raças parecem-me abrigar, na verdade, uma outra questão, que pode ser anunciada da seguinte maneira: Qual o quociente de 'aceitabilidade' da imagem do homem de pele escura numa ordem social que ilumina suas pretensões planetaristas e hiper-racionalistas com tonalidades branco-europeias?

No artigo, publicado pouco mais de seis anos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988[1], a qual restabeleceu o Estado Democrático de Direito no país, Sodré introduz a ideia de que, simbolicamente, os meios de comunicação do país tratavam o negro como o "Drácula" do mito. Dizia ele:

> Drácula, bem o sabem os aficionados, não se reflete no espelho — logo, é sem imagem. O mito do vampiro tem sido persistente no imaginário contemporâneo, talvez porque indique, com alguma magia, a armação da cultura em construção de uma identidade. O conde Drácula é o inverso da identidade normalizada pela cultura pequeno-burguesa. E, para coroar todas as suas inversões antropológicas, não aparece no espelho.

Passadas três décadas desde aquela reflexão, o que se alterou na forma e no conteúdo em que as mídias abordam a problemática ali discutida por Sodré? Como a questão é vista no presente e o que esperar do futuro?

Cito a Constituição Federal (CF) de 1988, que traz em seu artigo 5º as salvaguardas das garantias de direitos e deveres individuais e coletivos dos brasileiros. Sem ela, não há como vislumbrar as possibilidades de estratos sociais historicamente subalternizados confrontarem o *status quo* vigente. É sob a proteção constitucional que, numa sociedade aberta e multifacetada etnicamente como a nossa, os grupos negativamente discriminados podem assumir o protagonismo das lutas e, assim, ampliar sua participação no debate de temas do interesse público.

---

1 SODRÉ, M. Mais!. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 19 mar. 1995.

Sodré apontava o que, até 1995, era sabidamente naturalizado: a ampla parcela da população brasileira composta por não-caucasianos não seria vista na cobertura e nos espaços da mídia tradicional (jornais e revistas impressos, rádio e televisão). Como o vampiro, cuja imagem o espelho não reflete.

À época, ainda persistia um consenso: o de que a sociedade brasileira, em temos de relações raciais, era democrática. O consenso foi historicamente construído, fruto do ideário da "democracia racial" forjado pelas classes de mando. Os membros dessas classes, epidermicamente claros, tinham quase que o exclusivo privilégio de atuar nas esferas de poder e de influência políticos. Entre essas esferas, as universidades e os conglomerados midiáticos tradicionais: caixas de ressonância pelas quais vocalizam seu ideário.

Apesar da arguta concepção expressa por Sodré, divergimos pelo fato de esta ser parcial. Buscamos demonstrar isso em "Teoria dos 3 'eles' (LLL)", capítulo do presente livro. A imagem do negro sempre apareceu na mídia. Negativamente estereotipada, porém. Desde a fundação da imprensa oficial no Brasil, cujo marco é a instalação da Imprensa Régia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, com a transferência da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. O que deu azo à imprensa comercial. Que a partir da Bahia, se espalhou por todo o império[2].

Fixemo-nos, entretanto, no aspecto do mito do vampiro, que por muito tempo foi a norma. As pessoas negras nasceram, cresceram e morreram não se vendo positivamente refletidas

2 *A Idade D'Ouro no Brazil*, de 1811, é tido como o primeiro jornal impresso por iniciativa privada no país, ao lado da Imprensa Régia oficial.

no espelho da mídia. Dos livros didáticos, às páginas de revistas e jornais, às telas do cinema e da TV[3].

O artigo de Sodré sintetiza a condição imagética da pessoa negra, historicamente demarcada como *não-pessoa* – por remeter à anterior condição escravizada de seus ancestrais. Ainda que a escravidão no Brasil tenha sido oficialmente extinta em 1888, cento e sete anos depois perpetuava-se por meio da ideologia do embranquecimento mental do brasileiro. Ideologia segundo a qual o negro não existe enquanto sujeito de direito a ser retratado pelos meios de comunicação. Ou mesmo descrito, dignamente, como quaisquer outros seres humanos, em sua complexa totalidade[4].

A partir da pedra fundamental de inflexão que é a Constituição de 1988, foi e está sendo erguido um espaço de discussões, divergências, confrontos e de "acerto de contas". O qual tem permitido, ao olhar de quem acompanha os processos políticos e midiáticos, a percepção de que as coisas teriam mudado para melhor. A cobertura da mídia em 2024 parece mais diversa, na forma e no conteúdo.

Os conglomerados de comunicação têm diversificado sua pauta, grade de programação e de recursos humanos. A própria universidade, e em seu interior os cursos de formação profissional de comunicadores, tradicionalmente um locus

---

3 A propósito, ler: de Joel Zito Almeida de Araújo (2019), *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira;* de Carolinne Mendes da Silva (2017b), *O negro no cinema brasileiro; e de João Carlos Rodrigues (2006), O negro brasileiro e o cinema.*

4 Um dos trabalhos que indico é o da jornalista Rosália Estelita Diogo, entre os quais sua dissertação de mestrado em Psicologia Social apresenta na Universidade Federal de Minas Gerais, *Negros e negras na publicidade televisiva: na ótica das educadoras negras na rede municipal de educação de Belo Horizonte e o livro Mídia e racismo: ensaios.*

ocupado por membros recrutados majoritariamente entre as elites privilegiadas, que reproduzem a mentalidade arcaica da ideologia da "democracia racial", de lá para cá, não sem percalços, tem contribuído para a mudança de mentalidades.

Sobre o mercado

Uma obviedade que a todos se apresenta, mas ao mesmo tempo obnubila, é serem os jornais, rádios, TVs e companhias de tecnologias digitais de serviços na Internet empresas que competem no mercado de comunicação por audiência e acesso. Por decorrência, disputam captação de anúncios publicitários – a principal fonte de saúde financeira dos veículos de mídia. Sejam impressos, eletrônicos ou multimídias.

Proprietários e acionistas dessas empresas têm como foco a obtenção de lucro e dividendos ao investimento feito. Embora a lei trate de forma distinta os produtos de comunicação impressa e de comunicação eletrônica – os primeiros são fruto exclusivo da iniciativa privada, sem pedir licença ao governo para atuar; os outros são concessão pública, no que diz respeito à exploração de espectros atmosféricos via bandas e canais[5] –, a lógica mercadológica está sempre na base de sua existência.

---

5 A Constituição de 1988 reafirma a exclusividade da União em explorar diretamente ou por outorga a terceiros, a exploração do sistema de Radiodifusão no país. Nesse sentido, a legislação que regulamenta a radiodifusão educativa, sonora por frequência modulada (FM) ou por sons e imagem, coroada pela Portaria nº 3.238/2018 do Ministério das Comunicações, determina que o serviço deve ser explorado sem caráter comercial ou finalidade lucrativa. Os interessados na matéria podem ver a Lei Geral de Telecomunicações (Lei

Veja-se a radiodifusão educativa-cultural, outorgada a entes da União (federal, estados e municípios) ou a instituições de ensino público ou privado. A lei veda a comercialização de espaço publicitário. Para fugir a apertos orçamentários, entretanto, desde meados da década de 1990, emissoras, como a TV-E do Rio de Janeiro e a TV Cultura de São Paulo, vieram burlando a legislação, ante a necessidade de seu sustento. Para regulamentar esse procedimento, encontrava-se na Câmara dos Deputados o projeto de Lei nº 1.976, em tramitação desde 2019.

Até mesmo as emissoras ditas públicas de TV e rádio são convocadas e enfrentar o dilema. Ainda que administradas direta (no Brasil, a maioria) ou subsidiariamente (como a Cultura, do estado de São Paulo) pelo Estado, as emissoras públicas precisam justificar em audiência e alcance o investimento executado pelos governos que as suportam, já obrigados à escassez orçamentária em setores vistos por mais prioritários.

No mercado das comunicações o que se faz é negócio. Transaciona-se não somente conteúdos, seja notícia ou entretenimento. Comercializa-se, por intermediação de agentes, a matéria-prima que dá sustento à empresa jornalística e de radiodifusão – os anúncios publicitários.

Entretenimento e notícia são mercadorias, pela lógica da economia de mercado. Numa sociedade cuja ordem econômica é "[...] fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa" (art. 170 da CF), o direito à propriedade é enunciado constitucional. Quem tem a posse da propriedade das

nº 9.472, de 16 de julho de 1997) e demais normas que regulamentam a atividade, a exemplo do Decreto nº 2.108/1996.

empresas de comunicação está em posição de determinar seu uso. Ter ou não propriedade define o lugar do sujeito no mercado, enquanto pertencente a uma classe social:

> A 'situação de classe' é, nesse sentido, em última análise, uma 'situação de mercado'. O efeito da pura posse, per se, que entre os criadores de gado entrega o escravo ou o servo sem propriedade ao poder do proprietário de gado, é apenas um precursor da verdadeira formação de 'classe' (Weber, 1976, p. 65).

Consequência de ordens econômicas muito anteriores à presente, a começar pelo escravismo colonial, depois pelo protocapitalismo do império ainda calcado na mão de obra escravizada, com sua alienação com o fim do regime escravista, que levou o ex-escravizado à marginalidade do mercado formal, seguindo-se o regime republicano, herdeiro cultural e político das etapas anteriores, o negro no Brasil, enquanto categoria social, mantém-se em lugar de subalternidade no mercado de trocas de bens e mercadorias (IBGE, 2022). mormente os avanços preconizados pela Constituição de 1988.

Não se encontra o negro entre os proprietários de empresas ou grupos de comunicação social de relevância. Sejam esses conglomerados tradicionais ou os que emergiram nas recentes décadas na era das mídias digitais. "Propriedade e ausência de propriedade", nos lembra Weber (1976, p. 64), "são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe".

Sem acesso a recursos econômicos suficientes para ter o controle de veículos de mídia, ficam os negros sempre na dependência do patrão que os contrata ou os demite, de acordo

sempre com as conveniências do mercado de trabalho. Possivelmente não por maldade inerente, ou por altruísmo nas contratações – nesse caso como, à primeira vista, se poderia deduzir do movimento empresarial simbolizado estrategicamente na sigla em inglês ESG: "Environmental, Social *and company Governance*"[6].

É nesse espírito mercadológico da "filosofia" ESG, que em maio de 2025 o grupo Globo divulgou relatório ao mercado publicitário anunciando que "pretende ter 50% de profissionais negros contratados até 2030". A noticia, divulgada na coluna "Televisão" do jornal Folha de S. Paulo (12/05/2025), informa ainda: "Pelos cálculos da empresa, já existem avanços. 43% dos atores escalados para os folhetins eram negros em 2024. Trata-se do maior número desde que as novas políticas foram adotadas, em 2022".

Entendemos que sem uma compreensão sobre as "leis do mercado", consequentemente sobre o mercado das comunicações, torna-se primário abordar o tema "mídia e relações raciais" no Brasil. Primário e esquizofrênico. É a partir dessa precaução metodológica que podemos contextualizar os dados a seguir.

* * *

No processo de mudanças em curso, e incurso no art. 1º, combinado com o art. 5º da CF de 1988, veio sendo possível a atores sociais das causas dos estratos sociais historicamente discriminados por sua cor, raça, etnia e sexo/gênero – ou

6 Uma abordagem otimista sobre o movimento pode ser lida em Shastry (2023).

tudo isso combinado – agirem no sentido de ampliar o debate sobre a democracia no país.

Desde os primeiros anos da década de 1990 e décadas seguintes, esses atores sociais, atuando coletivamente em grupos e entidades da sociedade civil, ou como intelectuais em esferas de respeitabilidade pública como são as universidades, exigem maior presença e participação de não-brancos em nichos do mercado hegemonizados pela presença concentrada de brancos.

As bases da crítica sistemática à presença ostensiva de brancos nesses nichos foram fincadas durante o decorrer dos anos 1990. A baixa ou má-representação negra nas universidades e na mídia empresarial como jornais, rádios, TVs e na publicidade, foi um dos principais focos daquela crítica. O ativismo de atores sociais chegou a fustigar os diretores de jornalismo de grandes veículos, que reagiam à crítica em editoriais, entrevistas e publicações[7]. A mesma reação partiu de determinada *intelligentsia brasileira*[8].

Alguns veículos importantes por sua cobertura e circulação nacional, como os então ferozes concorrentes na praça paulista O *Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo,* esporadicamente passaram a acolher artigos e comentários de alguns

7 Ali Kamel, todo-poderoso diretor do Núcleo de Jornalismo da Rede Globo de Televisão, responsável não apenas pela política editorial, mas por determinar quem entra e sai das equipes de jornalismo do conglomerado, foi um dos que vieram a público com o livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor.*

8 Centenas de signatários ilustres dos meios acadêmicos, artísticos, culturais e da mídia, fizeram publicar e encaminharam ao Congresso Nacional um "Manifesto contra as cotas" em 2006 (A Íntegra [...], 2006).

ativistas em defesa de políticas de inclusão negra nos espaços de privilégio branco[9].

Pela primeira vez na história do país, no período, um presidente da República, em entrevistas depois reunidas no livro *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo* (1998), reconheceu a dívida histórica da sociedade brasileira para com os afrodescendentes. Abertamente, na ocasião falou da necessidade de implementação de políticas de ações afirmativas, como cotas, para reparar a dívida[10].

Com a publicação, no primeiro semestre de 1995, do relatório da primeira grande pesquisa (ou sondagem) – intitulado "Qual é o pente que te penteia" – sobre a capacidade de consumo da população negra no Brasil[11], empresas jornalísticas e agências de publicidade começaram a se movimentar para tentar atrair esse público consumidor.

> A 'descoberta' da existência de uma chamada 'classe média negra' brasileira provocou rebuliço mesmo no mercado editorial do país. O mais destacado exemplo, nesse campo,

9 Para uma compreensão aprofundada do tema, ver Conceição (2005), *Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos: entre Zumbi dos Palmares e Malcolm X, entre Folha de S. Paulo e The New York Times*, prefácio de Thomas Skidmore.

10 *Ver Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*, dissertação de Marilene de Paula apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), em 2010.

11 A pesquisa, por amostragem de abrangência nacional e análise de dados oficiais, foi realizada pela Grottera & Associados Consultoria de Business e Branding Ltda., com sede em São Paulo. O título do relatório, *Qual é o pente que te penteia*, foi retirada de trecho da música carnavalesca "Nega do cabelo duro", composta por Ary Barroso, David Nasser e Rubens Soares, grande sucesso no Carnaval de 1942, regravada com novo arranjo e roupagem por Elis Regina em 1969.

> foi o lançamento, em setembro de 1996, da revista Raça Brasil – que se nomeava 'a revista dos negros brasileiros'[12]. Seu sucesso de vendas e de marketing foi estrondoso, pelo menos no primeiro ano de circulação. [...] chegou a alcançar a tiragem de 200 mil exemplares, segundo declaração de seu editor, o jornalista e modelo afro-brasileiro Aroldo Macedo (Conceição, 2005, p. 135).

Orientado por dados mercadológicos, o grupo Folha da Manhã, detentor da *Folha de S. Paulo* e também à época de, entre outros produtos, o UOL – Universo Online –, um dos maiores portais de agregação multimídia do Brasil, aproveitou para atrair esse público consumidor. Por doze meses fez um pesado investimento de cobertura especial da efeméride, registrada em 1995, dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares (Conceição, 2005).

Também investiu em sua própria sondagem, publicada com estardalhaço ainda em 1995, sob o título "Racismo cordial" (Turra; Venturi, 1995). Constatava a natureza dissimulada, porém racista, da sociedade brasileira – em prejuízo dos negros.

Em entrevista para nossa pesquisa de doutorado, o diretor de redação da *Folha* disse:

> O diagnóstico que temos é de que, no processo de evolução da sociedade brasileira, do capitalismo no Brasil, uma quantidade crescente de pessoas negras está sendo incorporada

12 A *Raça Brasil* pertencia à empresa Símbolo Editorial, de São Paulo, que detinha no mercado outros títulos de revistas dirigidas a segmentos específicos. Seu proprietário era um imigrante de origem coreana, radicado no Brasil. Seu êxito de tirarem e vendas do primeiro ano não foi mantido nos anos seguintes. A revista foi transferida para o conglomerado Editora Abril, da família Victor Civita, que depois também se desfez dela.

> ao que se chama classe média. E a Folha tem essa preocupação de estar se antecipando às tendências. [...] A Folha estava correta ao adotar essa estratégia de considerar que a gente vive numa realidade de mercado, que a tendência são as relações de mercado cada vez mais se expandirem, se fortalecerem, tomarem o lugar de relações de outro tipo, de outra natureza. [...] Cada vez mais as relações sociais ou individuais são mediatizadas por situações de mercado, por normas do mercado (Conceição, 2005, p. 71-72)[13].

Lenta e paulatinamente a visão liberal de um Otávio Frias Filho, economicamente falando, viu-se enfrentada, no que diz respeito ao tratamento da questão racial pelos conglomerados de mídia, pelos estrategistas de *marketing* dos grupos desse e de outros setores empresariais no Brasil. A pressão da crítica de setores de movimentos em defesa dos direitos humanos e por maior inclusão de negros na mídia, contribuiu para a inflexão da visão reacionária.

Pesquisas sobre o perfil das redações começaram a ser estimuladas. *Imprensa*, uma revista mensal de circulação nacional dirigida ao público interessado, divulgou em sua edição de outubro de 2001 o resultado de uma sondagem que fez, cujo título é expressivo: "Jornalismo no Brasil ainda é coisa de branco".

A revista informou ter enviado 5 mil questionários a empresas jornalísticas de todo o país, recebendo de volta respostas de 230 redações. O questionário perguntava:

---

13 Nessa mesma entrevista Otávio Frias Filho, então comandante do mais influente jornal em circulação no país, repeliu com veemência a crítica feita pelo entrevistador ao fato da quase nula presença de repórteres, colunistas e analistas no plantel da Folha. "Não fazemos filantropia. Se o movimento negro quer mais negros nos jornais, crie seus próprios jornais" (Conceição, 2005, p. 20).

1. Quantos jornalistas trabalham em sua redação?
2. Destes, quantos são negros?
3. Quantos ocupam cargos de chefia?

Do total de respondentes, de 3.400 profissionais apenas 57 deles (1,6%) eram negros em posição de chefia nas redações. Apenas 85 (37%) daquelas 230 redações contavam com algum jornalista negro.

Na primeira década de 2000, cresceu a luta de setores organizados do movimento social negro por cotas nas universidades públicas brasileiras. Iniciada em 2001/2002 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a adoção de cotas sociais, com ênfase para reserva de vagas para candidatos economicamente vulneráveis, negros e indígenas, passou a ser adotada autonomamente por outras universidades localizadas Brasil afora. Em uníssono, todos os mais importantes conglomerados de mídia, de televisão à imprensa escrita, cerraram fileiras para combater os avanços – chegando a apoiar questionamentos judiciais que desembocariam, enfim, no Supremo Tribunal Federal (STF)[14].

Carece de estudos aprofundados o reflexo da maior presença de estudantes negros nas universidades, a partir da instituição de cotas nas instituições federais de ensino superior consolidada pela Lei nº 12.711 de agosto de 2012. Os egressos dos cursos de Comunicação no mercado profissional de jor-

14 Por unanimidade de votos dos ministros, o plenário do STF, reunido a 25 de abril de 2012, decidiu pela constitucionalidade das cotas. Sobre a campanha dos conglomerados em combate às cotas no Brasil, ler "A grande mídia contra as ações afirmativas" (Conceição, 2021, p. 217-223).

nalismo, propaganda, marketing, relações públicas, rádio e TV, formam ou não uma massa crítica que vai pressionar por maior diversidade no quadro de pessoal das redações?

Diferentes trabalhos acadêmicos e pesquisas vêm tematizando, nas segunda e terceira décadas do século XXI, o perfil sócio-étnico-racial e demográfico dos jornalistas brasileiros. Tome-se, por referência, dois estudos: o "Perfil racial da imprensa brasileira" (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021) e, mais abrangente, o "Perfil do jornalista brasileiro 2021" (Lima, 2022)[15].

Um dado comum a esses levantamentos é a constatação de que, desde a pesquisa publicada em outubro de 2001 pela revista *Imprensa,* anteriormente mencionada, persiste nas redações da mídia nacional o predomínio de profissionais identificados como brancos, em torno de 80% dos contratados. É de se notar algumas divergências nos números, que variam a depender do método de coleta nos diferentes estudos (Jornalistas&Cia *et al.*, 2021; Lima, 2022).

Borges e Carrança (2004, p. 180-185) transcreveram dados do Ministério do Trabalho, de declaração obrigatória do empregador, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), relativos ao ano 2000. Foram declarados 11.526 jornalistas em atividade, assim identificados por raça/cor: aproximadamente 69,5 brancos; 12,4 pardos; 1,2% negros; 0,9 amarelos; 0,5% indígenas e 15,3% não identificados. Do total, 55% eram homens e 45% mulheres.

15 Ver, também, "Raça, gênero e imprensa: Quem escreve nos principais jornais do Brasil?" (2023), levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, restrito a três grandes jornais: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo.*

Pelo "Perfil racial da imprensa", em 2021 havia 61.000 jornalistas cadastrados no banco de dados do I'MAX, uma das organizações responsáveis pelo projeto. Do total, declararam-se brancos 77,7%, enquanto pardos (13,2%) e pretos (6,9%) juntos somavam 20,1%. Da cor/raça amarela 2,1% e indígena 0,2%, completavam os caracteres étnico-raciais do pessoal das redações.

Já o "Perfil do jornalista brasileiro", realizado desde 2012 a partir da Rede de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas, sediada na Universidade Federal de Santa Catarina, em seu relatório de 2022 apresenta os seguintes dados – extraídos de 6.650 questionários recolhidos em todo o país e até no exterior:

- Mulheres (58%) são a maioria de jornalistas (eram 64% em 2012);
- Brancos(as): 67,8%; Pardos(as): 20,6%; Pretos(as): 9,3%; Amarelos(as): 1,3%.

Fiquemos aqui com esses números. Eles, por vezes, mais confundem que precisam. Mencione-se que têm servido para que pipoquem pelo país iniciativas que declaram a "boa" intenção de tornar "mais diversas" as redações da mídia tradicional brasileira. Grupos e organizações não-governamentais, com financiamento de terceiros, têm sido montados anunciando essa intenção[16].

16 É o caso da ONG Énois, sediada em São Paulo, que veio especializando-se no tema, realizando laboratórios de treinamento em parceria com redações para "formação em diversidade" no jornalismo. Em 2022 a Énois publicou um manual, denominado "Diversidade nas redações: um guia para gestores(as), editores(as) e jornalistas", disponibilizado em https://enoisconteudo.com.br/programa-diversidade-redacoes.

Atentas ao contexto empresarial definido pela sigla "ESG" – já aqui referida – empresas como a Rede Globo e Folha da Manhã têm criado programas de treinamento e contratação de colaboradores negros de conteúdo. Desde 2019 o jornal *Folha de S. Paulo* instituiu uma "editoria de Diversidade". No anúncio de sua criação, o jornal afirmou ser o objetivo dessa editoria "refletir sobre a variedade da vida social do país e o dia a dia da Redação"[17]. Ressalte-se que a questão da diversidade racial nas redações estava misturada com outras demandas, a exemplo de sexo e gênero.

A Globo, com seu potencial de influência política na opinião pública, segue na mesma estratégia empresarial. Não somente agora ostenta em seus diferentes canais de mídia vários repórteres, comentaristas, apresentadores em bancadas e âncoras identificados como negros[18], como mantém projetos de formação em diversidade. Criou em 2022 um denominado "Festival Negritudes Globo", anunciado como uma "proposta para debater e celebrar narrativas negras no audiovisual".

Por óbvio, maior presença nas redações e núcleos de criação de jornalistas oriundos de maiorias socialmente minorizadas (mulheres e negros), pode resultar em pautas mais

17 Título do anúncio publicado a 28 de abril de 2019: "Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens".

18 A partir de 2002 a TV aberta de maior audiência brasileira, Globo, colocou como apresentador do "Jornal Nacional", programa jornalístico de horário nobre da emissora, o jornalista negro Heraldo Pereira. Embora apenas nas noites de sábado, foi uma quebra de paradigma no telejornalismo das emissoras de TV no Brasil. A jornalista Glória Maria (1949-2023), também negra, trabalhou com destaque na Globo a partir de 1970 até sua morte, apresentando, inclusive, o programa "Fantástico", revista dominical da emissora que mescla entretenimento e jornalismo, e atuando como repórter especial do "Globo Repórter".

diversas e numa cobertura de melhor qualidade dos temas relevantes para essas chamadas minorias. "Repórteres são também um reflexo da sociedade; se não houver repórteres negros em uma equipe, provavelmente não haverá boa cobertura sobre as comunidades negras" (Borges; Carrança, 2004, p. 178-179).

A etapa atual da maior presença negra na mídia brasileira pode ser também atribuída ao contexto proporcionado pelas novas mídias das redes sociais e plataformas da Internet. Vozes antes interditadas pelos grupos nacionais se apossaram, por sua conta e risco, de ferramentas multimídias disponíveis a baixo custo na Internet. Montaram seus perfis e passaram a difundir conteúdos na rede mundial, utilizando-se de *smartphones* comprados à prestação. Em número considerável, passaram a atrair seguidores, tornando-se o que se chama *influencers*.

Os grupos tradicionais de mídia, sempre em busca de audiência, de leitores, telespectadores e assinantes, logo passam a correr atrás, inserindo alguns desses influencers em sua grade de programas e em seu plantel de colaboradores.

Um veículo do porte da *Folha de S. Paulo,* que tanto relutou no passado (Conceição, 2005), hoje apresenta grande número de negros. Não como jornalistas e repórteres contratados. Principalmente como articulistas e "opinionistas" convidados. Esses, preenchendo espaços impressos e digitais dos produtos da empresa Folha, prestam um serviço a baixo custo, se comparado ao custo de investimento em repórteres profissionais contratos para reportar notícias a partir da apuração dos fatos.

Sobre a mercadoria

O conteúdo entregue pelas mídias ao público consumidor é a mercadoria à venda. Textos, imagens e sons trabalhados com esse propósito. Notícia e entretenimento, *hard news* (material de informação útil e séria) ou *gossip* ("disse-me-disse", fofocas etc.), tudo isso está no mesmo pacote.

Com a emergência onipresente dos meios sociais de comunicação massivos, dinamizados pelas tecnologias informacionais – Internet, Inteligência Artificial, redes de satélites e demais artefatos produzidos pela ciência e pela informática – a polifonia do processo de produção de conteúdo tornou-se realidade.

Na era técnico-informacional de agora, na qual "[...] a técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente" (Santos, 2012, p. 26), as redes sociais potencialmente acessíveis a qualquer um, em qualquer rincão do planeta, ampliam geometricamente o espaço do debate da "esfera pública", conceito já trabalhado por Jürgen Habermas em 1962 – e depois redefinido (Briggs; Burke, 2006, p. 79):

> Habermas afirma que o século XVIII (um longo século XVIII, começando na década de 1690) foi um período crucial para o aparecimento da argumentação racional e crítica, presente dentro de uma 'esfera pública' burguesa liberal, a qual – pelo menos em princípio – estava aberta para a participação de todos (Briggs; Burke, 2006, p. 78-79).

Se as novas técnicas do século XX, começando com o registro de imagens, o rádio, o cinema, a televisão e o crescimento

da propaganda, mudaram totalmente o contexto da tese de Habermas (circunscrito ao "caso modelo" da Grã-Bretanha burguesa liberal no final do século XVIII), a tecnologia digital da Internet, suas plataformas de "redes sociais", fez possível a emancipação dos sujeitos anteriormente excluídos da esfera pública burguesa, às quais agora suas vozes têm acesso.

O equívoco, voluntário ou premeditado, dos sujeitos identificados como vocalizadores dos historicamente silenciados por racismo, estereótipos negativos e preconceito, é deixar-se encantar por tal "emancipação". Como se essa não fosse determinada por interesses político-econômicos dos algoritmos, controladores do fluxo de conteúdo a ser aceito e compartilhado.

A mentalidade que molda sociedades, como a brasileira, herdeiras da cruel experiência da mão de obra escravizada, sob o contexto colonial, é ela mesma uma mentalidade escravista e colonial. Por óbvio, o liberalismo burguês tem sido a base da democracia no Estado moderno. Ainda que pregue "responsabilidade social", "tolerância", "inclusão" dos excluídos pelo sistema, a máquina do dinheiro tem de girar. Do contrário, o sistema torna-se disfuncional.

Obedecendo ao ideário "ESG", os conglomerados de mídia – inclusas aí as *big techs* proprietárias das plataformas transnacionais, estejam seu quartel general situado na China, na Europa, na Rússia ou nos Estados Unidos da América –, seguem o fluxo da "consciência crítica" resultante da ampliação da esfera pública.

Da primeira década do século XXI em diante, no Brasil, assiste-se à montagem de todo um aparato formado por consultorias e assessorias, grande parte empresas "sem fins

lucrativos", que declaram ter por objetivo inaugurar "uma sociedade melhor", sem preconceitos, inclusive, no uso da linguagem nas comunicações.

Percebendo oportunidades, a outrora Agência Nacional para os Direitos da Infância e Adolescência (ANDI), foi uma dessas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que mudaram o "foco" de sua "clientela": como aquele seu nicho de atuação havia se dispersado, cedendo às questões do "identitarismo", ampliou sua esfera de atividade, seu estatuto e sua denominação para ANDI – Comunicação e Direitos.

Seu cartão de visitas na área específica aqui abordada é o estudo "Imprensa e racismo – uma análise das tendências da cobertura jornalística", publicado em 2012[19]. Fruto de análise de 45 jornais impressos diários, é uma cópia parcial da pesquisa "Faces do Brasil", cujo resultado consta no presente livro (capítulo 7).

Prestadores de serviço que representariam, ao menos na aparência e na retórica, os subalternizados pelo sistema, são contratados por empresas das mídias tradicionais, sejam *influencers* prestigiados por números de seguidores e visualizações do que postam nas plataformas de mídias digitais, sejam repórteres, jornalistas, produtores de conteúdo, colunistas, articulistas ou apresentadores de bancada.

Esses atores sociais, assim posicionados, são transformados por aqueles conglomerados em "especialistas" no tema, como os denomina título de reportagem da *Folha de S. Paulo* de outubro de 2023: "Cobertura da imprensa sobre racismo ainda é superficial, dizem especialistas". O texto é um relato

19 O relatório pode ser acessado pelo link https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Imprensa-e-Racismo_FINAL_14dez-2012.pdf.

de um debate sobre o tema promovido, aliás, nas instalações da empresa Folha da Manhã. Transcrevamos os dois primeiros parágrafos:

> A identificação do racismo se concentra nos casos que ocorrem nas relações interpessoais, segundo a pesquisa Percepções sobre Racismo no Brasil, realizado pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica) a pedido do Projeto Seta (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e do Instituto de Referência Negra Peregum, organizações que se dedicam ao estudo da população negra.
>
> [...] A historiadora Ana Paula Brandão, cofundadora do Seta e diretora programática da ONG ActionAid, afirma que a percepção de racismo da população aparece também na cobertura do tema pela maior parte da imprensa, que ainda destaca ofensas e agressões físicas, por exemplo, e não aprofunda a discussão de questões étnico-raciais sob as perspectivas estrutural e institucional (Costa, 2023).

Deve ser dito, em conclusão, que toda a estrutura que declara querer "combater o racismo na mídia" por meio de organizações não-governamentais baseadas majoritariamente no eixo São Paulo/Rio de Janeiro/Brasília, como as mencionadas na reportagem da *Folha* citada anteriormente, ou de uma das tantas "ANDIs" espalhadas por aí, têm recebido apoio financeiro curiosamente de uma constelação de financiadores facilmente identificáveis. As pesquisas estritamente científicas, realizadas no ambiente universitário "isento", carecem de suporte institucional contínuo.

Se repórteres, articulistas, colunistas e âncoras de bancadas do jornalismo impresso e eletrônico, são meros trabalhadores da relação capital-trabalho, empregador-empregado,

sujeitos sua sobrevivência à boa-vontade do patrão, de quem dependem, em assegurar seu posto de trabalho, o orçamento dessas ONGs está na dependência completa daquela constelação de financiadores. A maioria estrangeira.

Não fossem Open Society Foundations, Ford Foundation, W.K. Kellogg Foundation, Luminate, Oxfam Foundation e demais, é possível especular: aqueles atores estariam nas esquinas das praças "passando a sacolinha" – como se diz dos pedintes.

Em outras palavras: os protagonistas dessa nova fase da relação mídia e racismo no Brasil estão na dependência do *nhonhô* (branco), praticamente imutável, vez que sem capital próprio, este acumulado como fruto de seu trabalho na iniciativa privada - que possui grande margem de risco no investimento realizado. Fazem cócegas ao sistema de coisas.

Os controladores dos conglomerados são os de sempre. Inclusive, aqueles agentes podem estar contribuindo em relação às armadilhas de perpetuação dos estereótipos negativos[20]. Por conseguinte, enquanto não existir um estrato empresarial negro robusto disposto a viabilizar no Brasil jornais, rádios, TVs, produtoras de conteúdo audiovisual competitivos no mercado, como há nos Estados Unidos da América (Conceição, 2005), o papel do negro nos meios de comunicação permanecerá subalterno.

20 A verificação dessa possibilidade é assunto para uma pesquisa a ser estritamente proposta no ambiente científico da universidade pública.

Referências

A ÍNTEGRA do manifesto contra as cotas raciais. *Congresso em Foco*, Brasília, DF, 4 jul. 2006. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais. Acesso em: 9 jun 2024.

ANDI. *Imprensa e racismo:* uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, DF: ANDI, 2012.

ARAÚJO, J. Z. *A negação do Brasil*: o negro na telenovela brasileira. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2019.

BORGES, R. da S.; CARRANÇA, F. *Espelho infiel:* o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia:* de Gutenberg à Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CONCEIÇÃO, F. *Assim falou Fernando Conceição.* Salvador: Afirme-se, 2021.

CONCEIÇÃO, F. *Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos*: entre Zumbi dos Palmares e Malcolm X, entre Folha de S. Paulo e The New York Times. São Paulo: Livropronto, 2005.

COSTA, M. Cobertura da imprensa sobre racismo ainda é superficial, dizem especialistas. *In*: *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 16 out. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2023/10/cobertura-da-imprensa-sobre-racismo-ainda-e-superficial-dizem-especialistas.shtml. Acesso em: 20 maio 2024.

DIOGO, R. E. G. *Mídia e racismo*: ensaios. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

DIOGO, R. E. G. *Negros e negras na publicidade televisiva: na ótica das educadoras negras na rede municipal de educação de Belo Horizonte*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_a651adfd93e516e222fbd2648f622b2b. Acesso em: 18 maio 2025.

GROTTERA & ASSOCIADOS. *Qual é o pente que te penteia:* o perfil do consumidor negro no Brasil. [*S. l.: s. n.*], 1995. Relatório de Pesquisa.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE AÇÃO AFIRMATIVA. *Raça, gênero e imprensa*: quem escreve nos principais jornais do Brasil? Rio de Janeiro: IESP: UFRJ, 2023.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública:* investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html. Acesso em: 8 jun. 2024.

I'MAX. Perfil racial da imprensa brasileira. *I'MAX,* [*s. l.*], 17 nov. 2021. Disponível em: https://www.i-maxpr.com/Blog/post/perfil-racial-da-imprensa-revela-maioria-branca-e-masculina-nas-redacoes. Acesso em: 10 jul. 2024.

Jornalismo no Brasil ainda é coisa de branco. *Imprensa,* São Paulo, v. 15, n. 165, 2001. Não paginado.

JORNALISTAS&CIA (org.). *Perfil racial da imprensa brasileira*. São Paulo: Jornalistas&Cia, 2021.

KAMEL, A. *Não somos racistas:* uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LIMA, S. P. (coord.). *Perfil do jornalista brasileiro 2021*: características sociodemográficas, políticas, de saúde e de trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

PAULA, M. de. *Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

PESQUISA: jornalismo no Brasil ainda é coisa de branco. *Revista Imprensa,* São Paulo, v. 15, n. 165, p. 48-54, 2001.

REDE de Estudos, Trabalho e Identidade dos Jornalistas. "Perfil do jornalista brasileiro". Santa Catarina: UFSC. Disponível em: https://perfildojornalista.ufsc.br/. Acesso em: 5 jul. 2024.

RODRIGUES, J. C. *O negro brasileiro e o cinema.* São Paulo: Pallas, 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 22. ed. São Paulo: Record, 2012.

SHASTRY, V. *The notorius* ESG: business, climate, and the race to save the planet. London: Emerald Publishing Limited, 2023.

SILVA, C. M. da. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Liber Ars, 2017a.

SILVA, C. M. da. *O negro no cinema brasileiro.* São Paulo: Liber Ars, 2017b.

SODRÉ, M. Uma genealogia das imagens do racismo. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, p. 12, 19 mar. 1995.

TOLEDO, R. P. de. *O presidente segundo o sociólogo:* entrevista de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURRA, C.; VENTURI, G. (ed.). *Racismo cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, M. Classe, 'status', partido. *In*: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (org.). *Estrutura de classes e estratificação social.* 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CAPÍTULO II

O NEGRO NO TEXTO JORNALÍSTICO[1]

Talvez valha a pena discutir o uso do vocábulo "negro" através do texto jornalístico. Em algumas situações, a um observador mais atento, tal utilização vocabular tem comportado uma carga ideológica manifestamente racista. Nos Estados Unidos essa discussão tem mais de 30 anos. Por aqui, ela agora faz mais sentido, principalmente depois que alguns veículos da imprensa divulgaram seus manuais de redação e estilo.

A língua portuguesa adotou determinadas soluções semânticas que são a expressão linguística do preconceito racial. É o caso do verbo "judiar", cujo significado é usar de judiação. Judiação vem a ser maus tratos, judiaria. No afamado *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda,

1 Originalmente publicado em *A Tarde*, Caderno 2, p. 3, 1/08/1993.

constam duas definições para judiaria: porção de judeus; e, bairro destinado a judeus.

Possivelmente a *Folha de S. Paulo* foi um dos primeiros veículos da chamada grande imprensa a abolir, desde meados dos anos 1980, o uso de judiar e suas adjetivações. Para um observador de fora, esta decisão parece fazer parte do projeto de política editorial da empresa *Folha* da Manhã. Essa atitude é saudável e politicamente correta, para citar uma expressão em moda. Melhor seria se o texto da Folha e outros jornais tivessem o mesmo cuidado em relação ao vocábulo "negro", que correntemente é grafado não como designativo pictórico, mas significando aquilo que não presta.

Toda a grande imprensa brasileira costuma usar "negro" como adjetivo de caos. Um dia depois de uma grande enchente na cidade, o leitor já pode antecipar o título do noticiário sobre o assunto: "Paulistanos (ou baianos) tiveram uma terça-feira negra", será a manchete.

O dicionário *Aurélio* traz várias descrições para o vocábulo negro. Da cor preta; diz-se do indivíduo da raça negra; sujo, encardido; sombrio, lúgubre, escravo. Negrume, estabelece *Aurélio*, significa negrura, que é "qualidade de negro; negridão". São incontáveis as vezes em que se usa o verbo denegrir (sinônimo de enegrecer) para dizer que algo ou alguém ofendeu ou "manchou" a reputação de outrem.

Verifica-se, portanto, que os lexemas judiar, judiaria, judiação, negro, negrume, negrura etc., são adotados na língua portuguesa em estreita relação com a construção ideológica racista a respeito dos povos judeus e negros. A soma dos semas, ou significados a estes atribuídos, forma o campo semântico dos vocábulos – com extrema carga desvalorativa. É possível

que a proibição do uso de "judiar" determinada pela direção editorial de um dos mais influentes órgãos de imprensa do país, como a *Folha*, atendeu aos reclamos da comunidade judaica, que é estruturalmente forte.

Quanto à utilização do vocábulo negro, no contexto aqui proposto, tudo ainda está por resolver. A imprensa, que divulga textos e propaga ideias, permanece adotando o termo como sinônimo do que não presta. Como nenhuma palavra é neutra, a imprensa compactua com o vocabulário que serviu ao escravismo e permanece de pé.

Significativamente, a morfologia ocidental opõe negro a branco. A discussão aqui proposta não pode prescindir dessa realidade linguística. Mesmo discordando dessa concepção cartesiana, maniqueísta e cristã, que tem o mundo irremediavelmente dividido entre o positivo e o negativo, o bem e o mal, estes são os fatos.

"Branco" designa, de acordo com o *Aurélio*, a cor branca, homem de raça branca. Recorre-se geralmente a este vocábulo como antônimo de "negro".

A prática jornalística tem tudo a ver com a manipulação cotidiana das palavras, uma das componentes da linguagem. Linguistas alertam para a dificuldade de se entender, no estudo da língua, como os conteúdos ideológicos se manifestam nas formas linguísticas e como essas formas refletem e retratam tais conteúdos. Estes, por sua vez, afetam diretamente a consciência que ser humano tem, ou necessita ter, sobre a realidade em que vive.

Entendendo dessa maneira podemos criticar a suposta ingenuidade de textos em que o vocábulo negro aparece com significados pejorativos.

Para embasamento dessa crítica, consideramos necessário ressaltar algumas questões pontuais para fixar como foi construída a imagem do negro no Brasil, último país do Ocidente onde a escravidão negra foi oficialmente abolida.

Uma vasta literatura foi produzida, com o aporte das instruções papais, da Biologia, da Medicina, da Antropologia, da Geografia e da Psicologia, visando justificar a coisificação do indivíduo negro, tido como sub-raça na escala civilizatória da humanidade. Exemplo desse entendimento é o romance de Joaquim Manuel de Macedo, *As Vítimas-Algozes:* Quadros da *Escravidão*, que ganhou uma edição recente em 1991 pela editora Scipione. Esse tipo de literatura de Macedo pode ser tomado como emblemático da construção de um campo semântico de todo perverso para o negro.

Como objeto do discurso científico, o trabalho inaugural de Nina Rodrigues *Os Africanos no Brasil,* fruto de uma pesquisa de quinze anos (1890/1905) empreendida pelo fundador da Medicina Legal no país, apresenta o negro segundo a mesma concepção lombrosiana. Ao homem da raça negra e ao fruto de seus cruzamentos interétnicos são atribuídas tendências criminosas, a partir de observações fisiológicas.

Um marco das Ciências Sociais é o trabalho de Gilberto Freyre, *Casa Grande* & Senzala, que fundou os argumentos teóricos para a ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial brasileira. Os estudos de Freyre advogam o incentivo à mestiçagem. Essa, ao fim e ao cabo, resultaria na diluição do sangue negro, que, como raça inferior[2], desapareceria, cedendo lugar a uma estirpe nacional totalmente nova.

---

2 Explique-se: Freyre, na obra citada, discorda de ser o negro uma raça inferior.

O racismo contemporâneo, observa Oracy Nogueira[3], tem seus correlatos em formas de exploração econômica compatíveis com os padrões prevalecentes de desenvolvimento capitalista. "Uma vez que as estruturas de subordinação racial estão estabelecidas, o racismo e a dominação racial adquirem uma autonomia própria em nível da cultura e da política". Esta é uma feliz abordagem gramsciana do assunto.

A representação do negro pelos meios de comunicação não deveria desconsiderar o contexto histórico, político e cultural, isto é, a realidade na qual a sociedade brasileira inseriu o negro. Toda vez que isso acontece, os meios de comunicação tendem a reforçar os estereótipos negativos já fixados no imaginário coletivo. Foi por essa razão que setores organizados no país se levantaram contra determinado anúncio da Benetton, veiculado em *outdoor* em 1991, no mês da consciência negra, novembro, com uma criança com penteado em forma de chifres.

Defendemos que os produtores de textos jornalísticos devem ter o mínimo de responsabilidade na propagação de vocábulos que reforçam o racismo, como é o caso dos verbos "judiar", "denegrir", ou do adjetivo negro. Evidentemente, não se pode responsabilizar os redatores pela carga ideologicamente negativa que, no consenso linguístico, foi atribuída a essas expressões. Ainda mais quando o uso desses termos e seus significados pejorativos estão plenamente incorporados ao vocabulário pátrio.

Entendendo, porém, a imprensa como veículo de difusão de conceitos e formação de ideias, insistimos no seu papel de

3 Cf. Nogueira (1985).

agente de reforço ideológico. Portanto, é preci*/*o estarmos convencidos de que a linguagem influencia o pensamento. Como ensina Mikhail Bakhtin, "tudo o que é ideológico possui significado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia".

As palavras, que nada mais são que um aparato sígnico da linguagem, "remetem ao aparato ideológico e vice-versa", alertava Humberto Eco. Neste momento, em que pipocam em toda parte as excrescências segregacionistas, é bom que os produtores de textos didáticos e jornalísticos estejam atentos e sejam criticados de perto.

Depois que a própria ciência reviu os seus conceitos sobre as raças, algumas correntes até mesmo abolindo-os porque insustentáveis, nunca é demais citar Adam Schaff, agora no nível de compreensão metalinguística. O comportamento humano está determinado por sua relação emocional com as coisas, uma relação que pode até mesmo dominar a sua vontade. O estereótipo é o suporte desta relação emocional.

CAPÍTULO III

TEORIA DOS 3 "ELES" (LLL)
MORDENDO UM CACHORRO POR DIA[1]

Meios de comunicação são todos – e quaisquer – veículos através dos quais os seres animados transmitem algum tipo de informação, seja ela sentimental ou material. Por essa definição tão vasta e ampla, todos os elementos perceptíveis no mundo material são, por si sós, veículos comunicacionais, ainda que na sua primitividade.

Por exemplo: a árvore na floresta amazônica comunica algo relativo a seu meio ambiente, assim como a árvore no meio da caatinga no sertão comunica sua natureza distinta.

Vê-se, assim, que um elemento de mesma qualidade classificatória – no caso, a árvore – pode comunicar dados e informações diversos.

Há, entretanto, um problema filosófico anterior ao fato comunicacional. Esse problema está ligado ao conhecimento,

1 Originalmente publicado em MUNANGA, K. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.

à consciência hegeliana. É evidente que a árvore, esteja onde estiver, não sabe de sua existência ou, pelo menos, não tem consciência dela. É o ser humano de qualquer sexo/gênero, quem tem capacidade de dar existência às coisas.

Nesse sentido, como diria Nietzsche, até mesmo Deus é criação nossa, isto é, Deus, numa abordagem nietzschiana, somente existe porque eu faço com que ele exista – e não o contrário.

Problema similar foi muito bem exposto por Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, ao assegurar que o demo, assim, de carne e osso e ciente de si, por si só, não há. Ele, no caso o "tranca-ruas", vige dentro de nós. Por conseguinte, o homem não-alienado tem ciência de si e dá ciência à existência dos outros.

É através de sua capacidade de nomear, de distinguir, de classificar as coisas, que o homem cria o conhecimento. No seu estado bruto, a ciência está ontologicamente ligada à experiência do conhecimento. Não pode existir ciência sem que antes tenhamos experimentado a necessidade do conhecimento.

Os veículos de comunicação, enfeixados assim pelo conhecimento humano, são os olhos, as cores, a capacidade concomitante de assimilação e difusão de informações – através da fala, da leitura ou da iconografia – e, fora dos elementos natos no indivíduo, os meios materiais que permitem a socialização do conhecimento. O transporte que me leva e traz e, antes dele, a estrada de chão batido e asfalto; o lápis e o papel, agora o microcomputador pessoal no qual digito este texto – mas não apenas isto, no atual mundo da telemática, o *modem* que me permite enviá-lo via linha telefônica, cabo e

satélite para o mundo, e receber de outros usuários do sistema mensagens diversas pela superestrada da informática denominada Internet – são meios de comunicação sociais. Ainda que não socializados plenamente.

Opulência e irresponsabilidade

McLuhan provocou *frisson*, na década de 1960, ao afirmar que não pode haver distinção entre o meio de comunicação – digamos, a TV, o rádio, o jornal impresso – e o conteúdo dessa comunicação. Dessa forma, o meio é, além de meio, a própria mensagem. Ou seja, o que o veículo comunica tem a sua autonomia predeterminada pela natureza do veículo. A televisão transmite um tipo de informação todo particular à sua natureza, tornando-se, por si só, mensagem de si mesma.

Há grande dose de exagero no paradigma mcluhaniano, já plenamente explicitado na crítica que se seguiu à sua obra. Ele foi autor da famosa frase estabelecendo que o mundo, com a entrada em cena dos potentes meios de comunicação interligados por satélites cada vez mais sofisticados, acabaria retornando ao seu estágio comunitário, isto é, uma aldeia. Nas suas palavras, uma imensa aldeia global. McLuhan era um idealista, um positivista.

O mundo de hoje – apesar do fascínio que a técnica, nova religião dos áulicos do poder, exerce sobre os elementos acríticos, tornando-se também eles alienados ao tecnicismo – pode ser tudo, menos uma aldeia global. É cada vez maior a distância entre uma elite bem nutrida e bem-informada e uma massa humana de excluídos que cresce avassalado-

ramente em toda parte, particularmente nas áreas do globo que foram colonizadas – África, América e Ásia.

Não se pense que essa elite está emancipada, está livre, apesar da opulência e ostentação da riqueza material com que humilha a maioria. Disse Gramsci (1978, p. 12): "Existem grupos sociais, com efeito, que em certos aspectos exprimem a modernidade mais evoluída e noutros estão atrasados em relação à sua própria posição social e são totalmente incapazes, por conseguinte, de atuar em completa autonomia histórica".

"Em nossa época", escreve o crítico americano Christopher Lasch (*Folha de S. Paulo*, 1995, p. 6):

> A principal ameaça parece vir não das massas, mas daqueles que estão no topo da hierarquia social, as elites que controlam o fluxo internacional de dinheiro e informação, comandam fundações filantrópicas e instituições de nível superior, administram os instrumentos de produção cultural e determinam, por conseguinte, as condições do debate público.

Ora, se essa oligarquia, composta por profissionais diversos, altamente qualificados em termos técnicos, que formam a nova classe dirigente mundial, não tem qualquer compromisso com os "de baixo", ou seja, com a maioria comum, o que se pode esperar do mundo? E mais: se o debate público das ideias é preestabelecido por essa elite irresponsável, qual a expectativa que devem ter os grupos marginalizados quanto à difusão dos seus interesses e reivindicações?

A cristalização do estereótipo

Veja-se o tratamento que a mídia em nosso país oferece para os assuntos que dizem respeito à pauta de exigências políticas do Movimento Negro brasileiro. Há quase um complô do silêncio (Romero, 1977, p. 41) quando se trata de dar visibilidade às cobranças que os negros fazem na busca de direitos que lhes confiram alguma cidadania plena. A mídia brasileira trata com paternalista indiferença os dados da realidade, expressos em inúmeras enquetes científicas produzidas nas academias ou mesmo pelos organismos oficiais de pesquisas, donde emerge com toda a nitidez a discriminação racial vigente no Brasil.

Microfones, câmeras e papel jornal acostumaram-se a apresentar sempre a imagem do negro em três "L.L.L." (éles): Lúgubre, Lúdico e Luxurioso.

- O *negro lúgubre* está no noticiário frequente das crônicas policialescas, ou como o cabisbaixo serviçal ou o melancólico gaiato bêbado;
- o *lúdico* aparece em ocasiões eventuais, em datas comemorativas, no Carnaval, em ambientes onde ele, o negro, é apenas alegoria, juntamente com seus instrumentos de batuque, muitas vezes fantasiado à maneira selvagem como éramos descritos pelos primeiros saqueadores da riqueza africana, isto é, dorso nu, pintado com listas de caulim/, atualmente marca registrada de um determinado conjunto timbalístico, tão bem ao gosto dos burgueses "ilustrados" e liberais;
- o *negro luxurioso* é aquele estereotipado no filme de um autor canadense, que nem vale a pena lembrar o nome, de título sugestivo – "Como fazer amor com um negro sem se cansar".

O cartaz de divulgação do referido filme traz a foto de um negro deitado, coberto por um lençol que se eleva como um pico descomunal à altura do seu órgão sexual. Essa imagem barroca e lasciva do negro também tem custado caro à população afro-feminina de cidades turísticas brasileiras, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro ou Fortaleza, desde cedo introduzidas no mundo do turismo "afetivo" - que nada mais é que a prostituição às vezes de graça.

O imaginário sobre o negro é esse, composto, também, pela própria imagem que o negro faz de si mesmo, quase sempre uma imagem construída de fora - pela razão kantiana.

O problema da falta de estima, que pode ser muito bem analisado por especialistas da psicologia, nos torna frequentemente presas fáceis da ideologia do recalque. Frantz Fanon lidou muito bem com esse assunto. Ele alertava-nos para a impossibilidade de ruptura, através do consenso, com o mundo do colonizador e escravocrata, ao qual grande parte da massa negra brasileira permanece acorrentada. Não há acordo possível, em termos satisfatórios, entre o opressor e o oprimido, o racista e a vítima da alienação que o racismo, explícito ou mascarado como o brasileiro, constrói dentro de nós.

A ausência ou a estereotipagem do negro nos meios de comunicação são expressivas formas de violência que se pratica contra o descendente de africano escravizado no Brasil. Devem ser vistas como tal, em toda a sua crueza. Essa violência reforça a falta de referenciais valorativos para o grupo étnico discriminado, sem os quais ele simplesmente deixa de existir.

Não por acaso são poucos os negros que querem ser negros no Brasil e é cada vez mais estimulada a opinião daqueles que negam a sua negritude. Continuam provocando reações

indignadas na mídia afirmações óbvias como a que fez Pelé, de que o quadro da política institucional somente será alterado pelo negro se se considerar o voto como um instrumento político de mudança a seu favor. Nas palavras dele, o negro deve votar em candidatos negros.

O voto, entretanto, é insuficiente para alterar de fato as estruturas que se retroalimentam nas instituições burguesas. Retomando Fanon: à violência dos opressores, os colonizados devem antepor a violência emancipadora. O que aqui quero afirmar é: sem o uso da violência – seja da violência discursiva, seja do discurso justificador da ação pragmática, seja da violência em estado bruto –, o afro-brasileiro permanecerá submetido à condição de marginalidade imposta pela história deste país.

Não se trata, neste momento, de fazer uma apologia da violência tal qual Georges Sorel. Mas de considerá-la, como Sartre e Fanon, instrumento da luta de emancipação. Nesse aspecto, as justificativas de Hannah Arendt (1994) – apontando a saída da humanidade através de uma suposta porta da esperança – resultam inúteis no quadro aqui descrito. O poder das elites tem sido exercido com a violência. A classe privilegiada, historicamente, não titubeia em usar a violência como instrumento de poder.

O que é (e não é) notícia

Costumava-se ensinar nas escolas de jornalismo os fatos que, realmente, merecem ganhar as páginas do noticiário. O jornal moderno é uma espécie de "loja de departamentos"

do cotidiano mundial. Por essa característica, assim como o comerciante seleciona os produtos dispostos nas prateleiras de sua loja, quem é proprietário do meio de comunicação seleciona, por uma noção ideológica de espaço e tempo, os assuntos que mereçam adquirir o *status* de notícia a ser veiculada e difundida. Já foi dito que esse debate público é determinado pela oligarquia que controla o fluxo do dinheiro e da informação. Portanto, a notícia socialmente distribuída, em forma de consumo para a massa, é antes de mais nada uma mensagem ideológica. Que poucos se apercebam disso é um fato expresso nos espetaculares índices de audiência do monopólio da televisão no Brasil.

Os professores das escolas de jornalismo diziam, evidentemente de forma simplória, o que é notícia – ou seja, quais fatos, dentre os milhares que ocorrem no dia a dia, ou pessoas, dentre as bilhões que circulam ao redor do mundo, devem sair do anonimato e ganhar visibilidade através da cobertura do veículo de comunicação. Diziam aqueles, para tornar didático o ensinamento: "Um cachorro morde um homem, isto é notícia?". Evidentemente que, se as circunstâncias forem somente essas, o fato coloquial de um homem qualquer ser mordido por um cachorro qualquer não mobilizará o consumidor de notícia a pagar por ela.

Notícia, aprendemos, é quando se dá exatamente o contrário, ou seja, quando um homem morde um cachorro. O caráter inesperado da ação do homem que, rompendo as regras estabelecidas de convívio social, age conforme um cão e – mais espetacular ainda – parte para cima do animal de quem se espera a mordida e, dessa feita é que é mordido, dá ao episódio elementos simbólicos de impacto, de espe-

táculo, de barbarismo. Enfim, uma série de componentes psicossemiológicos do que a tradição e a prática jornalística chamam de notícia.

Dificilmente, no entanto, essa definição do produto noticioso se aplica para os afro-brasileiros. Por ter se acostumado a uma imagem negra estereotipada, os meios de comunicação costumam tratar com desdém suas ações fora da regra. Se pretender virar notícia fora dos padrões comumente enquadrados em si, o negro brasileiro terá de morder não apenas um, mas vários cachorros por dia, de preferência ao mesmo tempo e, se possível, de raças exóticas.

Filisteísmo e radicalização

Não por outra razão se tornou notícia o projeto do Movimento pelas Reparações (MPR) dos descendentes de africanos escravizados no Brasil. Aliando ação e discurso inesperados, o MPR chegou às primeiras páginas dos grandes jornais em 1993, no dia em que um grupo de 12 militantes organizou um almoço no Maksoud Plaza, um dos hotéis das elites paulistanas. Depois de três horas de comilança e bebidas de alto valor, os participantes do banquete se recusaram a pagar a conta, sob a alegação de que o Estado brasileiro tem uma dívida de US$ 6,14 trilhões pelo trabalho escravo dos nossos ancestrais.

Como a despesa no almoço ficou em torno de US$ 1 mil, aquilo valia como uma gorjeta para os garçons que atenderam ao grupo. Esse almoço foi, assim, uma mordida de um homem num cachorro de boa raça, já que os investidores do

hotel são grandes empresários brancos, tendo à frente uma família de origem libanesa.

Para finalizar a presente reflexão, uma crítica ao comportamento dos setores do Movimento Negro organizado diante dos meios de comunicação, particularmente da grande mídia nacional.

O queixume ao tratamento dado pela mídia ao negro é uma unanimidade. Todas as pessoas minimamente informadas criticam a ausência ou estereotipagem do negro na imprensa brasileira. São poucas, porém, as que se dispõem a agir concretamente. Ao contrário, o papel dos meios de comunicação no exercício do poder é discutido de forma não sistemática dentro do Movimento Negro. E ainda tem uma agravante: quando essa discussão se estabelece, pululam as declarações irresponsáveis dos que somente conhecem a matéria de orelhada.

Aqui quero dizer que a falta de conhecimento do assunto, a ignorância sobre o funcionamento dos meios de comunicação, a legislação que os sustenta, os seus mecanismos de produção interna etc., esterilizam o debate filosófico do tema.

O processo de comunicação termina se transformando em algo que tem características de mito. Como eu não o entendo, digo tudo o que me vem à cabeça, sem aperceber-me da minha ignorância, como uma espécie de "filisteu cultivado" (Arendt, 1988). Ou seja, basta que eu tenha impressões sociológicas e antropológicas a respeito do funcionamento social, para fazer pouco caso das especificidades intrínsecas ao processo de comunicação de massa, como hoje a percebemos.

O fato de os meios de comunicação existirem remete imediatamente para a sua função social. É preciso que "os

de baixo" pressionem, exigindo o estabelecimento de conduta que dê tratamento minimamente igualitário aos diferentes grupos que formam a sociedade. Isso, num primeiro passo. Pois prevalecerá a capacidade organizativa do grupo para romper, através da luta concreta, os grilhões a que nos submetem – entre os quais, os veículos de comunicação da indústria cultural. Novas formas de administração de tempo e espaço nesses veículos advirão desse combate ideológico.

Referências

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 1988.

ARENDT, H. *Sobre a violência.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1994.

FANON, F. *Os condenados da terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A. *Introdução à filosofia da práxis.* Lisboa: Antídoto, 1978.

LASCH, C. A revolta das elites. Mais!, *Folha de S. Paulo,* São Paulo, p. 6, 1995.

MUNANGA, K. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.* São Paulo: Edusp, 1996.

RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Nacional, 1976.

ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

ROSA, J. G. *Grande sertão:* veredas. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965.

CAPÍTULO IV

O MEDO DA COR NA MÍDIA IMPRESSA[1]

A foto de Luiz Morier, estampada pela primeira vez na capa do *Jornal do Brasil* de 29 de setembro de 1982, e que depois correria o mundo, não poderia ser mais eloquente. Em primeiro plano no canto esquerdo um policial militar segura uma corda na qual estão amarrados 7 homens negros pelo pescoço. "Batida policial nos morros de Rio de Janeiro", título da fotografia, imediatamente remete à ilustração feita por Jean Baptiste Debret, integrante da Missão Francesa ao Brasil séculos atrás, na qual um grupo de negros aparece amarrado também pelo pescoço com uma corda, sob a vigilância da guarda.

Essa foto de Morier fez ela mesma história. Enquanto o Brasil continuar sendo o país racista que é, a contribuição do fotógrafo para a denúncia do preconceito e da discriminação

1 Originalmente publicado em OLIVEIRA *et al*. *A cor do medo.* Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

raciais vale mais que todos os livros já escritos sobre o tema. É de uma objetividade tão profunda que não deixa dúvida. A foto fala – melhor, berra – por si própria. Um século depois da abolição da escravatura, a herança do cativeiro permeia a conformação social brasileira[2]. Diante dessa imagem quem há de contestar os fatos ali representados?

Perguntar-se-ia se o texto da reportagem ressaltava o aspecto da discriminação racial exposto no registro fotográfico. Provavelmente não. Tratava-se de apresentar o resultado de uma batida policial justificada como ação profilática contra o tráfico de drogas e "bandidagem" em um dos tantos guetos de maioria negra existentes no país. O Brasil estava saindo da ditadura militar, com a restauração das eleições diretas para os governos estaduais. Dois meses depois de publicada a foto, o candidato do sistema ao governo no Rio seria derrotado por Leonel Brizola – cujo mandato teria como uma das marcas a suspensão de tais batidas policiais nos morros[3].

---

2 A repercussão da fotografia de Luiz Morier, fotógrafo do *Jornal do Brasil*, foi estrondosa. Seu autor foi premiado e, entre outros subprodutos, a foto rendeu um documentário exibido pela rede Cultura/TV Educativa, no qual se buscava identificar uma por uma das pessoas ali retratadas. O documentário ia além, entrevistando a maioria dos retratados, que além de relatarem as circunstâncias que levaram à sua detenção pelos policiais contavam a história de vida de cada um. Não havia nenhum "marginal" entre os detidos e, depois da detenção e da publicação da foto, alguns deles preferiram deixar o morro onde residiam com receio de represálias. O fotógrafo, também depondo para o documentário, falava da coincidência de estar passando com o carro do jornal na avenida anexa ao morro e vendo a movimentação policial, ter tido o ímpeto de fotografar a ação.

3 Não se trata aqui de saber se o resultado da política brizolista, olhada agora em retrospectiva, foi boa ou má para a diminuição da criminalidade e da violência no Rio de Janeiro. Essa, aliás, é uma discussão bizantina, que aliados ou adversários de Brizola travam em sua defesa ou condenação. O que é verdade é que sob Brizola as ações da polícia nos morros cariocas foram menos arbitrárias (Pinheiro, 1991).

Mas o que nos interessa analisar aqui é:

1. Qual o significado da ausência da "cor" nos registros da violência dos jornais impressos brasileiros?
2. Qual a imagem dos afro-brasileiros (ou afrodescendentes) nos jornais impressos?

Ora, os dados sobre vítimas de homicídios coletados pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) junto a jornais diários em quatorze estados brasileiros não deixam dúvidas: o noticiário omite a origem "racial" (ou a cor)[4]. Todas as tabelas que fazem o "recorte" por cor dos atingidos pela violência demonstram que na maioria das vezes "não consta" esse tipo de informação no noticiário.

Pode-se fazer várias leituras pela omissão, para o bem ou para o mal. Algumas questões subsequentes podem ser colocadas. É necessário, no texto jornalístico, sublinhar a "cor" (ou origem racial) da vítima? Em quais casos esse dado ajuda ou prejudica a limpidez da informação para o público leitor? Quais os critérios demarcadores da "cor" poderiam ser utilizados, no cipoal de autodefinições "étnicas" comumente adotado no país? (Munanga, 2019, p. 130)[5].

---

4 "Dados sobre a vítima de homicídios, no conjunto de 14 Estados, por cor, homicídios noticiados pela imprensa escrita (jornais diários)" (MNDH, 1998).

5 Munanga (2019, p. 130) observa, citando Carlos Moura, observa serem a identidade e a consciência étnicas profundamente escamoteadas pelos brasileiros. No resultado do censo de 1980, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas autodeclaradas não-brancas brasileiros se atribuíram 136 definições de cor. Segundo Moura, isso bem demonstra como o brasileiro foge da sua verdade étnica, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais possível próximo do modelo de cor tido como superior.

De forma alguma o jornalismo é uma ciência exata. A subjetividade tem um forte peso na composição não somente do texto redigido, mas na disposição desse texto já editado na página do veículo – eventualmente com foto, gráficos ou outras iconografias que objetivam ampliar a visão do leitor diante do fato ali relatado. O repórter (ou redator) vai ressaltar a "cor" da vítima em seu texto a depender, portanto, de sua opinião diante do mundo. Mas não apenas isto: deveria discernir se, de fato, essa informação acrescenta ou retira algo da notícia.

Vale, desde logo, acrescentar: não existe uma seção na mídia impressa em que mais se adote critérios raciais no relato das reportagens, que as editorias destinadas aos fatos de violência cotidiana (editorias de "Polícia", "Segurança" etc.). Isto porque, sabem os profissionais responsáveis por abastecê-las, que a marca racial é um dado somatório necessário para o curso das investigações, ou para melhor informação ao leitor – que irá identificar a vítima (ou o acusado) da prática de violência. Nas demais editorias, a cor da pele pouca importância faz ao noticiário, a não ser para destacar valores positivos que a atribuição da cor ressalte.

No dia a dia, o repórter daquelas editorias, também maculado pelos simbolismos de que falava Clóvis Moura, ao se deparar com os fatos violentos que deve relatar (homicídios e outros crimes), por critérios meramente subjetivos, ou lança mão de uma das 136 definições "étnicas" brasileiras ou simplesmente omite tal "informação", se não a julgar imprescindível para a notícia. Nos tempos contemporâneos, há ainda a pressão dos leitores organizados do movimento

social, atentos aos deslizes jornalísticos e extremamente sensíveis a ofensas raciais ou de sexo/gênero.

Jornalistas menos conservadores procuram observar os debates travados pelos setores marginalizados da sociedade e quase sempre são simpáticos a eles. Se esses setores consideram ofensivo a referência de "cor" ou de orientação sexual ou de gênero à vítima, repórteres não necessariamente zelosos pela qualidade da informação costumam ceder a esse tipo de raciocínio. Entendem não ser politicamente correto a atribuição da cor, ou da preferência sexual do sujeito e usam de artifícios ou eufemismos para compor o noticiário. Quem perde e ganha com esse tipo de conduta profissional é assunto a ser ainda resolvido.

Se dependesse, portanto, apenas do texto escrito para se informar, o leitor de jornais impressos – como mostra a pesquisa do MNDH – pouco saberia dos números totais da "cor" das vítimas de violência no Brasil. Pinheiro registrou que em São Paulo a brutalidade da violência atingia mais a negros, na sua maioria homens que saíam da adolescência e entravam na puberdade (Pinheiro, 1991). Coletando material para seu livro, *Rota 66: a história da polícia que mata*, o jornalista Caco Barcelos encontrou perfil semelhante para as vítimas da violência policial em São Paulo, acrescentando serem os nordestinos o objeto preferencial das mortes da famigerada Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota)[6].

Sucessivos estudos, a partir do início dos anos 1990, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, vêm confirmando a suspeita de serem os afrodescendentes

6 Para uma história detalhada sobre a Rota, considerado um dos mais sanguinários departamentos da polícia brasileira, ver Barcelos (1992).

as vítimas de maior parte dos homicídios registrados nas periferias das grandes cidades brasileiras. A violência, segundo tais estudos, não esgota nas chacinas semanais que atingem por vezes famílias inteiras – e que resultam impunes em grande parte. Também o aparato judiciário trata e pune com mais rigor o acusado ou condenado de "cor", isto é, não-branco (Adorno, 1995).

Geralmente essas pesquisas demandam um período de tempo que cobre meses ou até vários anos para serem realizadas. No jornal diário, a coleta, preparação e difusão dos dados requerem ao máximo uma dúzia de horas. Nem sempre salta ao olhar desatento do repórter diário a configuração racial das vítimas de homicídios. O que se poderia dizer em sua defesa é que a vertiginosa rapidez entre o registro do fato violento e a sua transformação em material noticioso a circular nas páginas do jornal daqui a pouco, levam a erros involuntários. É óbvio que um editor menos obtuso teria condições de corrigir as falhas metodológicas do repórter, alertando-o para detalhes que a sua pressa omitiu.

Todavia, o leitor (ou o pesquisador do noticiário impresso nos jornais) conta, de forma complementar ao texto escrito, com um elemento revolucionário de leitura jornalística que é a fotografia. Que, por sinal, nas editorias de "Polícia" (etc.) é uma técnica bastante valorativa. Como no caso de registro da batida policial num morro carioca, a foto quase tudo diz, sem necessariamente requisitar minúcias textuais. A imagem é de tal forma incontestável que chega a ser redundante escrever na legenda que o policial (mestiço) aprisionou os suspeitos, todos negros, com uma corda amarrada em seus pescoços.

Parece que este tem sido o recurso mais utilizado pelos editores de "Polícia"/"Violência" da mídia impressa. Embora nada indique no título ou no corpo do texto da matéria que as vítimas dos homicídios sejam negras (ou brancas), a publicação da fotografia do fato (ou do sujeito do fato) antecipa-se à outra leitura. O visual, o plástico, ganha prioridade sobre o texto, o verbo. Não há como questionar a origem étnica do sujeito cuja a imagem, estampada entre a moldura de frases e parágrafos dando conta das circunstâncias da ocorrência, pretende ser a contraprova a quaisquer questionamentos.

Nisso, aliás, resulta o maior problema do afrodescendente na era contemporânea que é por excelência a era do signo imagético. De tanto ter a sua imagem reproduzida nas páginas destinadas ao relato das violências criminais, como vítima ou algoz, o afro-brasileiro acaba confundido com a própria imagem do crime.

A ontologia pericial da criminalidade violenta no Brasil baseia-se na crença raciológica de uma suposta tendência ao crime que os negros teriam. Tal suposição uma vez foi "cientificamente" demonstrada, seja pelo "pai" da medicina legal do Brasil, o etnólogo Nina Rodrigues, seja pelos bem aceitos estudos de craniologia e outros delírios fundados e inspirados em Lombroso.

Como diz Muniz Sodré (1995), na era por excelência da imagem – esse tempo dos multimídias, da Internet, de *network* e da multivariedade de canais de transmissão e recepção de TVs – mais se acirram os embates entre os grupos historicamente discriminados e os detentores das condições que possibilitam a forma em que tais imagens serão disponibilizadas. A nova fase de globalização da economia, com

os avanços técnicos que a possibilitam, é um desafio para aqueles setores que o processo de globalização exclui. Principalmente dos núcleos de decisão e de poder.

Pesquisa de mestrado por nós realizada ("Imprensa e racismo no Brasil") afirmou que os jornais brasileiros, em consonância com a ideologia da "democracia racial", já não podem mais afirmar-se racistas, como outrora abertamente fizeram, ainda mais porque a legislação em vigor qualifica como crime inafiançável a prática de discriminação racial no país (Conceição, 1996a). Por outro lado, com as conquistas morais acumuladas ao longo das últimas décadas pelos movimentos sociais, poucos jornais – até mesmo por razões mercadológicas – se arriscariam, como disse Umberto Eco certa vez, assumir uma retórica conservadora num mundo encarnado pelo discurso da diversidade liberal.

Entretanto, paralelamente à retórica liberal, as "atitudes" da mídia de massa no Brasil reproduzem estereótipos solidamente arraigados na mentalidade nacional. Os afrodescendentes são o Drácula da mídia brasileira, para usar uma expressão de Muniz Sodré para o mito do vampiro. A natureza do vampiro é a impossibilidade de se ver refletido no espelho. No mundo das imagens, quem não aparece no espelho da mídia é como o Drácula do mito. No Brasil, ou o negro não se vê refletido ou a sua imagem ganha contornos construídos pelo imaginário do preconceito racial. Ele é reproduzido sim, mas quando isso ocorre geralmente é em reforço ao estereótipo do negro lúgubre, lúdico e luxurioso (Conceição, 1996b).

A imagem dos negros nos jornais tem se modificado, principalmente a partir de meados da década de 1970 – fruto

da rearticulação de grupos de pressão do que viria a se constituir o chamado heterogêneo Movimento Negro brasileiro. Atentos à menção que os veículos fazem aos afro-brasileiros, a reação desses grupos com os meios de comunicação nem sempre é pacífica, e tem influenciado na mudança de conteúdos e abordagens que os veículos difundem[7].

Utilizando um conjunto de tabelas de medições de frequência, circunstâncias e qualificações para verificar a forma como os afro-brasileiros e suas demandas foram retratados num período de 15 anos pelo noticiário do maior jornal do nordeste–norte brasileiro, chegamos a algumas conclusões que queremos compartilhar com o leitor do presente texto[8]. Em relação ao jornal analisado verificamos que:

- A presença do negro no noticiário cresceu substancialmente entre 1981 e 1988;
- O aumento da presença do negro no noticiário é mais saliente em editorias específicas. Por ordem: Cultura, Polícia e Geral;
- A presença do negro nos textos da editoria de Política não é frequente, embora seja maior que na editoria de Economia;
- Cada vez mais o negro deixa de ser assunto secundário para tornar-se assunto principal e sujeito histórico positivo;
- Paralelamente, cresce em mais de 150% a descrição do negro como vilão no texto do jornal a que se refere tal pesquisa;

---

7 Em 1994, a Rede Globo de Televisão, numa de suas telenovelas em horário nobre, teve de acrescentar um episódio em que a personagem interpretada pelo ator Tarcísio Meira teve de se retratar de uma agressão racista que fizera a outra personagem interpretada por um ator negro, depois que grupos organizados do movimento negro ingressaram com representação no Ministério Público contra a emissora.

8 A pesquisa analisou o texto do jornal *A Tarde*, editado em Salvador-Bahia, de 1975 a 1990. Compõe o corpo de minha dissertação de mestrado, Imprensa e Racismo no Brasil (1996).

- O noticiário continuou retratando o negro de forma paternalística;
- Há uma maior valorização do negro nos textos da editoria de Cultura;
- Na Política, o negro pode ser valorizado, mas também é visto como ameaça à sociedade;
- A imagem do negro como inimigo social e, novamente, ameaça à sociedade é o que há de mais frequente na editoria de Polícia. Essa tendência cresceu no período pesquisado.

Como as editorias que tratam da violência parece que constituem um *locus* privilegiado de reprodução da imagem negativa do afrodescendente, pesquisas de monitoramento de tais editorias começam a ser esboçadas. No Etnomídia - Grupo de Estudos em Mídia e Etnicidades da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, a partir de setembro de 1998 uma equipe veio trabalhando o assunto, num projeto denominado "Olhar Étnico sobre a Mídia". A pesquisa analisou e explorou as editorias de "Polícia" dos jornais *A Tarde e Correio da Bahia* (de maior relevância em Salvador)[9].

Para quem lida com esse tipo de análise todo o cuidado é pouco, devido à complexidade do tema racial no Brasil. Não raro os autores que trabalham com o assunto destacam o caráter movediço dos conceitos ao lidar com o problema das relações raciais brasileiras, diferente de outros países de tradição escravocrata, como os Estados Unidos da América, por exemplo. Algo que também deve ser dito é que a imprensa funciona dentro de uma lógica que não pode sujeitar-se a pressões de grupos, sejam eles quais forem, para sua própria

9 As estudantes da Facom/UFBA, Fábia Calasans e Margarida Fontes, trabalham no projeto, sob a orientação conjunta deste autor e do professor Renato da Silveira, com bolsa de iniciação científica do CNPq.

sobrevivência e "em defesa" da sociedade. Pelo menos em tese deveria assim funcionar.

Isto não quer dizer que os meios de comunicação estão acima de interesses e que os grupos atingidos negativamente por seu funcionamento arbitrário devam intimidar-se. Pelo contrário, o diálogo entre os grupos de pressão e a imprensa deve ser constante, permanente. Se for positiva a identificação racial do indivíduo pelo noticiário, os principais interessados nisso devem assim exigir. Mas também o contrário pode ser correto, isto é, a não identificação acaso esse dado não seja relevante e sua divulgação acarrete em prejuízo (não somente material, mas moral) para os atingidos com tal identificação.

Há de considerar, ainda, que não se pode perder de vista que a imprensa não é o centro fulcral do que aqui se quer corrigir. Trata-se de uma questão maior, afeita aos interesses de poder e sua manutenção. Cabe àqueles que têm disposição para engolir sapos e vocação qualificar-se para disputar o seu controle. Estando no poder, transformá-lo para melhor.

Referências

ADORNO, S. *Pesquisas do Núcleo de Estudos da Violência da USP sobre o funcionamento da Justiça no Brasil.* São Paulo, 1995. Mimeografado.

BARCELOS, C. *Rota 66*: a história da polícia que mata. São Paulo: Globo, 1992.

CONCEIÇÃO, F. *Imprensa e racismo no Brasil:* a manutenção do status quo do negro na Bahia. 1996. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996a.

CONCEIÇÃO, F. Mordendo um cachorro por dia. *In*: MUNANGA, K. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.* São Paulo: Ed. USP, 1996b. p. 253-259.

MOVIMENTO NACIOAL DE DIREITOS HUMANOS. *Dados sobre a vítima de homicídios, no conjunto de 14 Estados, por cor, homicídios noticiados pela imprensa escrita (jornais diários)*. Brasília, DF: MNDH, 1998.

MOURA, C. A herança do cativeiro. *Retrato do Brasil*, São Paulo, n. 10, p. 109-113, 1984.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, D. D.; GERALDO, L. C.; LIMA, G. B.; SÁ, S. A. (orgs.). *A cor do medo.* Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

PINHEIRO, P. S. *Dossiê violência*: Revista USP. São Paulo, 1991.

SODRÉ, M. Uma genealogia das imagens do racismo. *Folha de S. Paulo, São Paulo*, p. 12, 19 mar. 1995. Mais!

CAPÍTULO V

COMO OS NEGROS LEEM A IMPRENSA

O questionário aplicado durante o 1º Seminário Nacional de Universitários Negros (Senun), realizado em Salvador em setembro de 1993, procurou avaliar a recepção do jornal *A Tarde* junto a parcela de participantes daquele seminário. As razões que motivaram o pesquisador a escolher aquele público podem ser assim resumidas:

1. o universo a ser coberto pelos questionários era representativo da comunidade negra que busca informação através de leituras, uma vez que formado por estudantes que estavam no 3º grau escolar ou já haviam concluído o curso universitário;
2. o seminário reunia, como em raras ocasiões, um "tipo ideal" de negro, isto é, o acadêmico que em tese estava identificado com a sua negritude, portanto apto a se posicionar de forma crítica diante dos fatos sociais; e
3. a concentração, em um lugar somente, do público ao qual se destinava o modelo de aferição proposto pelo questionário, facilitava a execução da tarefa de pesquisa.

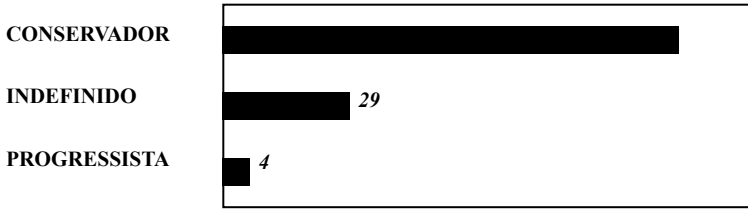
Foi possível contar com a secretaria local do seminário para o trabalho de entrega e recolhimento das folhas do questionário. Essa colaboração, solicitada pelo pesquisador, objetivou evitar que o questionário fosse parar nas mãos dos participantes que não residissem na Bahia. De qualquer forma, dos 50 formulários distribuídos houve a devolução da metade: 25. Ainda assim, um dos formulários foi totalmente anulado. Eles apresentavam nove questões objetivas, cinco delas relacionadas especificamente com a leitura de jornais editados em Salvador – dando-se enfoque maior para *A Tarde* – e com o modo como aquele público recebia e interpretava o conteúdo dessa leitura. Na tabulação dos dados obtidos, demos peso 100 aos 24 questionários válidos.

Passemos a ver como o público negro potencialmente informado na Bahia, na função de receptor do processo comunicacional, respondia às mensagens da imprensa. Antes de mais nada é preciso não perder de vista as limitações dos dados obtidos pelos questionários, advertência que exploro no ensaio "Conhecendo o público do Sambarylove"[1].

A Figura 1 aponta a então superioridade de *A Tarde* junto à concorrência, em termos de público leitor na Bahia. Como desdobramento "natural" da posição que este veículo ocupava entre os consumidores em geral de mídia, também na comunidade negra é o jornal mais lido:

1 *Revista USP*, n. 28, 1996, p. 164-173.

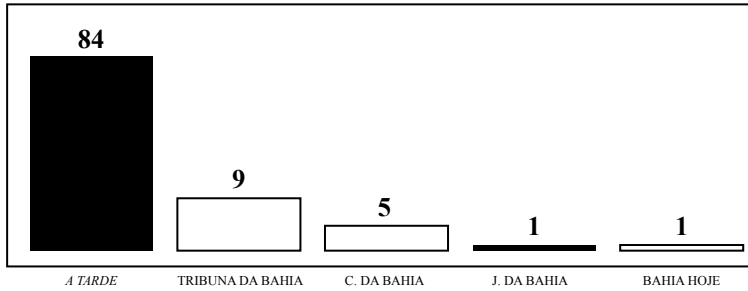
Figura 1 – Jornal que lê com maior frequência, independente de gostar (em %)



Fonte: Conceição (1996).

Mais de ⅔ dos negros que liam *A Tarde* classificavam o jornal como politicamente "conservador", que nunca propunha mudanças significativas na sociedade. Esta compreensão não surpreende – estando inclusive dentro das expectativas dos proprietários do jornal, conforme declarou Renato Simões (ver capítulo 6). Aproximadamente ⅓ dos entrevistados acha a posição do jornal "indefinida", ou seja, às vezes propõe mudanças, às vezes não. É o que mostra a Figura 2.

Figura 2 – Como classificar *A Tarde*, pelo que você lê nesse jornal (em %)

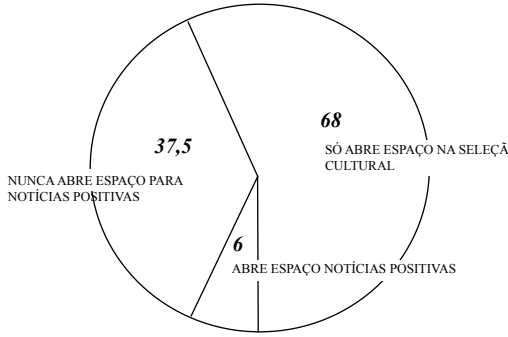


Fonte: Conceição (1996).

Na opinião da maioria desses leitores, *A Tarde* "nunca abre espaço para notícias positivas sobre o movimento negro". A Figura 3 – com respostas estimuladas e múltiplas

– indica que o leitor compreende que esse jornal prioriza a cobertura do movimento negro quando a pauta é cultural.

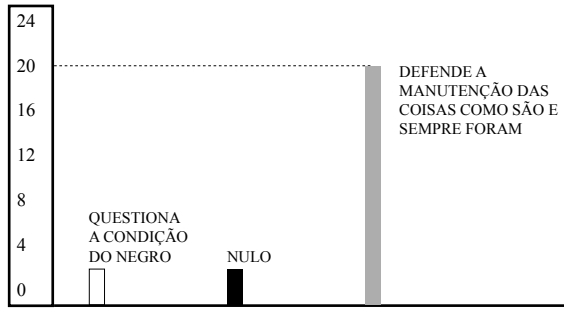
Figura 3 – Em relação ao movimento negro, o noticiário do jornal *A Tarde* (em %)



Fonte: Conceição (1996).

Quanto à questão da função desempenhada pelo jornal nas relações raciais, e consequentemente de poder, no estado da Bahia, a enquete não deixa dúvidas: *A Tarde*, como mostra a Figura 4, trabalha para manter o *status quo*, segundo a maioria dos 24 entrevistados.

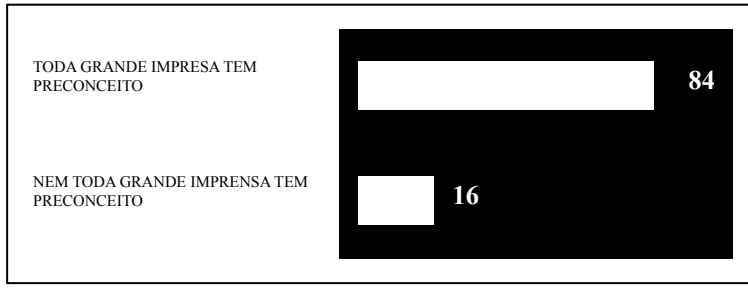
Figura 4 – Na abordagem das relações raciais, o texto de *A Tarde*



Fonte: Conceição (1996).

Para o público negro, toda a grande imprensa baiana "tem preconceito contra o negro", se se considerar o espaço oferecido às questões da negritude à época da pesquisa. Compreendem dessa forma mais de ⅘ dos respondentes, como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Pela qualidade e espaço dados à questão na Bahia (em %)



Fonte: Conceição (1996).

Uma surpresa, para este pesquisador, foi o resultado da questão seguinte. Acostumado a interpretar os meios de co-

municação de massa como um elemento da superestrutura da sociedade e, mais ainda, como uma instituição reprodutora de ideologias a serviço das elites de mando, vinha dando um valor preponderante ao papel que joga a grande imprensa no embate ideológico.

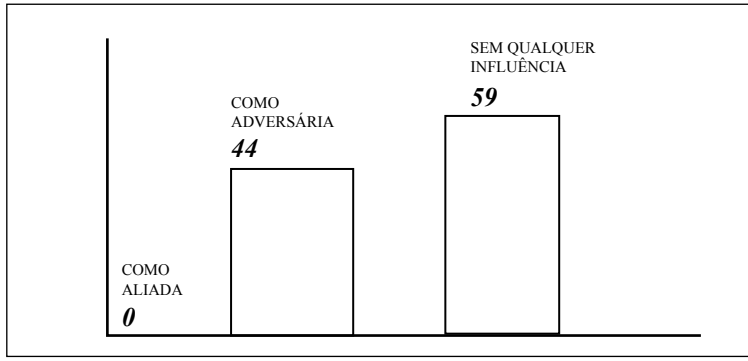
Os dados históricos apresentados pelo presente trabalho somente confirmaram aquela convicção. Razão que faz este pesquisador estranhar que a comunidade negra potencialmente informada – representada aqui pelo público coberto pelo questionário comentado –, ainda que reconhecendo como "adversária na luta contra o racismo" a grande imprensa que se pratica na Bahia, entenda que ela – a grande imprensa, ou seja, o conjunto dos grandes veículos da indústria cultural – não exerça "qualquer influência" no combate daquela luta, que faz parte do cotidiano dos negros que ali vivem.

Ou este pesquisador está enganado – e, de fato, a imprensa é meramente um adereço da sociedade de classes, contradizendo todos os estudiosos do tema e mesmo os proprietários dos meios de comunicação na "província" da Bahia – ou os acadêmicos negros pretendem, com seu quase-desprezo à força política da mídia, evitar a crítica filosófica de que ela necessita. Isso porque, nem mesmo um substitutivo para a imprensa de massa que aí temos, isto é, a implantação de uma imprensa negra competitiva, ainda faz parte do empenho dos empreendedores do setor, como também já vimos.

Sem mais delongas, vamos à Figura 6, que traz à tona o que chamarei de "contradição imanente" ao senso comum na contemplação que faz dos grandes meios de comunicação

para a massa. As respostas foram estimuladas e podiam ser múltiplas.

Figura 6 – No combate ao racismo, você considera a grande imprensa baiana (em %)



Fonte: Conceição (1996).

A crença dos outros

Ao fazer freelance fixo para *A Tarde*, fevereiro a julho de 1993 – tempo em que aproveitei para realizar a pesquisa de campo exigida pelo presente trabalho, era destacado para realizar muitas matérias especiais. Algumas delas eram pautas sugeridas por este pesquisador. Geralmente estavam relacionadas à necessidade de "dar voz" a setores menos privilegiados na comunidade. Em maio daquele ano encontrei em meu escaninho na Redação do jornal, a seguinte correspondência:

> Ao ilustríssimo jornalista Fernando Conceição: Estou enviando este artigo, apesar de saber o espaço econômico em que vivemos, espero que junto ao senhor e a editora *A Tarde*

> ele seja publicado, porque reconheço a preocupação deste jornal há 32 anos em publicar reportagens e fazer artigos para com os negros. Aqui fica o meu abraço literário, Manoel Bonfim.

Em anexo o missivista colocou um texto com 22 linhas, assinou e reconheceu firma em cartório. Entre outras coisas, escreve:

> Me casei com uma negra porque as pessoas brancas que namorei não tinham o seu perfil, boa amiga, boa companheira, uma senhora mãe, boa filha. Também não sou contra os negros que se casaram com as brancas ou queiram se casar. Em 1966 fui surpreendido pela revista Manchete com uma reportagem. Terminaram os "dias negros" norte-americanos, estava um negro com o bumbum para cima e um branco apontando uma arma. De lá para cá não me sosseguei, comecei a fazer pesquisas sobre negros baianos. Descobri que os negros não trabalhavam de recepcionistas nem nos órgãos do governo, imagine em repartição particular. Martin Luther King foi presidente dos direitos civis, cargo difícil de ser aceito em qualquer país. Enquanto no Brasil, quando muito o negro consegue ser embaixador, só serve nos países africanos [...].

Similares a essa, diversas correspondências de leitores eram enviadas para meu escaninho, ou telefonemas com denúncias eram passados para mim. Muitos negros em Salvador percebiam o jornal como um meio onde pudessem expressar sua visão de mundo, ainda que de forma simples. No dia 2 de junho de 1993, escrevi uma matéria sobre uma denúncia de discriminação racial que teria sido praticada numa grande loja de materiais de construção em Salvador. O chefe de reportagem me recomendou: "Vá com calma,

destaque a declaração do dono da loja, que é anunciante do jornal". Abri a matéria da seguinte maneira:

> 'De forma alguma sou racista. Eu sou casado com uma mulher negra', declarou à reportagem ontem o proprietário da loja Ferragens Duran, Manuel Duran, a propósito de queixa policial feita contra ele pela assistente da Petrobras, Paula Lima Aleluia. 'A imagem da nossa loja não é esta. Aquele foi um episódio lamentável, envolvendo um policial despreparado para lidar com o público. Quando vi o que ocorreu, eu o demiti sumariamente'.

Logo depois de fazer essas declarações para o repórter, o dono da loja contatou sua agência de publicidade, que se encarregou de dar alguns telefonemas para o setor administrativo de *A Tarde.* A matéria jamais foi publicada, foi para o escaninho de "sobras" do editor de Geral. Eu a guardei comigo. Paula Lima Aleluia não dera sorte: o homem que ela acusava de ter praticado racismo era um empresário espanhol (possivelmente galego) que fazia publicar gordos anúncios nas páginas do jornal. Mesmo essa não sendo uma prática declarada em *A Tarde,* vez por outra algum anunciante conseguia impedir a publicação de reportagens indesejáveis. Ainda assim, parcela significativa da população baiana parecia acreditar na imparcialidade da cobertura jornalística. A "elite" negra, não.

Oito leituras seletas

A "elite" negra, de acordo com os depoimentos colhidos para a presente pesquisa, mantinha severa desconfiança

em relação ao jornalismo de *A Tarde*. O poeta, compositor e músico Gilberto Gil, por exemplo, achava que a imprensa baiana do período tinha uma "visão preconceituosa, discriminatória". Principalmente pelo fato de estar ligada "a estruturas nitidamente conservadoras egressas do período em que seus proprietários estavam ligados ao mundo escravagista, pertenciam ou a uma pequena burguesia comercial ou a um resto de aristocracia ou a um resto de nobreza urbana"[2]:

> O jornal *A Tarde* é exatamente isso: [Ernesto] Simões Filho; e gente mais atrás... os Calmon e tal... gente ligada a aspectos bem conservadores da sociedade, da elite dirigente. Evidente que nos últimos anos, com o crescimento da cidadania, por mais incipiente que seja, há um crescimento por causa da informação, da multiplicação da informação, mais recentemente com a retomada do jogo democrático. Enfim, a informação, a circulação de informação é maior, o ativismo, a militância em relação a minorias reais, físicas, ou minorias políticas, maiorias quantitativas e minorias políticas, como é o caso dos negros. Quer dizer, como houve essa mudança nos últimos anos, muito dinamismo, muito trabalho e alguma conquista nesse campo, não é desprezível o grau de conquistas que se tem em termos de trabalho de consciência negra no Brasil.
>
> *Entrevistador – Você acha que isso fez melhorar o tratamento dos negros nos textos de jornal?*
>
> Gilberto Gil – Eu tenho a impressão... Acho que essas coisas imprimiram mais cuidado. A coisa do 'politicamente correto', que é um conceito, um princípio que norteia basicamente hoje, ou pelo menos que informa hoje o editorialismo

2 Entrevista gravada de Gilberto Gil concedida a 24 set. 1994 a este autor, para a pesquisa "Imprensa e racismo no Brasil".

internacional. Não é só no Brasil, mas é em todo o mundo. Eu tenho impressão que isso, os tais manuais [de redação] etc., isso tem, de certa forma, controlado um pouco, ajustado um pouco o discurso jornalístico, principalmente o editorialismo, que é o que está mais ligado, realmente, à opinião do proprietário, à opinião do órgão. Tem ajustado mais esse discurso ao que se espera que seja correto.

Entrevistador – Até por uma questão de estratégia mercadológica...

Gilberto Gil – Por causa de uma questão de sobrevivência, questão normal de adaptação aos novos estratos sociais, à nova sociedade, os novos consumidores. Essa sociedade é formada cada vez mais de gente mais interessada nessas questões de cidadania, de "politicamente correto", de participação, de pluralidade, de reserva de espaço às minorias; enfim, de respeito às minorias por parte das maiorias dominantes. A questão democrática. Então, é evidente... Se você for fazer uma pesquisa num texto do jornal *A Tarde* há 30 anos e comparar com o de hoje, o articulismo, a maneira como o cronista se refere aos fatos sociais, a crônica policial – que é, digamos assim, aquela historicamente mais ligada aos negros, ligada aos menos favorecidos, ligada aos discriminados, ligada aos que são a parte sofredora do *apartheid* social, enfim... – se você comparar esse texto de 30 anos atrás, 20 anos atrás, com um texto de hoje, a frequência dos momentos discriminatórios, das atitudes preconceituosas etc., você vê que... eu tenho impressão que diminuiu muito.

Entrevistador – Mas esses momentos não seriam esporádicos?

Gilberto Gil – Sem dúvida alguma. O cerne do sentimento, do pensamento... enfim, da visão ideológica desses donos de jornais, no caso d'*A Tarde*, por exemplo, eu tenho a impressão que a visão continua sendo uma visão muito disfarçadamente preconceituosa mesmo.

Entrevistador – A mudança, como diria Umberto Eco, é somente retórica...

> Gilberto Gil – Essencialmente... Você vai lá conversar com eles, vai ver o que é que eles pensam sobre a sociedade, vai ver o que eles sentem com relação a essa questão da participação, vai ver o que eles pensam do Carnaval na Bahia hoje, o que eles pensam da emergência dos blocos negros, da emergência de uma consciência negra; vai ver o que eles pensam do trabalho extraordinário que se fez de suporte à África do Sul, ao Mandela etc., nos últimos anos... Vai ver lá na encolha, lá nas conversas dos salões deles o que é que eles pensam! Eu posso estar até enganado, mas eu não tenho muita dúvida de que o discurso continua bastante racista e bastante preconceituoso.

Para Gilberto Gil, a questão do preconceito refletido pelos veículos de comunicação é uma espécie de "exercício administrativo" da classe dirigente:

> Na Bahia, a divisão dos espaços acabou ficando mais bem administrada pelo desejo, pela política das elites. Pode até parecer estranho dizer isso, mas, na Bahia, o negro encontrou o 'seu lugar' de uma certa forma... E isso não é só pejorativo, isso não é só negativo, porque o fato de ele ter encontrado esse 'seu lugar' nas áreas culturais, na área do agenciamento cultural da cidade, na maneira de influir nos costumes, nos atos da cidade e de hegemonizar, quase, o lado lúdico e essas coisas todas da cidade de Salvador, isso dá a ele, paradoxalmente, duas possibilidades. Uma, é de atuar nisso que ele atua: de influenciar, transformar, modificar, levar, civilizar toda uma parte da elite predatória, da elite preconceituosa, apartheidiana e tal, que vai aos poucos o admitindo etc., etc. Mas, ao mesmo tempo também, ele acaba ficando confinado: 'Isso é que é o papel dos negros e não mais do que isso', entendeu? [risos]. Na hora que o Vovô, do Ilê Aiyê, ou não sei quem, não sei quem, almeja mais coisa e não-sei-o-quê... é quase como se o próprio negro, a própria comunidade negra e todos os outros estratos sociais

dissessem assim: 'Mas espera aí, mas nada disso!... Não saia dos seus cuidados!' [risos]. Aquela coisa que a gente fala no Brasil. Nos Estados Unidos é um pouco assim também, embora o estágio seja muito mais avançado. Mas é como se a capacidade negra de intervenção ficasse limitada a certas áreas onde o acordo, o 'pacto social', já determinou. Aquela ação pode ser feita nos esportes, na música, numa cultura popular, no ativismo comunitário, de movimento social comunitário ligado a bairro, a isso... alguma atuação em áreas sindicais e nada mais. Quando Luther King se virou lá, deu no que deu; quando Malcolm X se virou, deu no que deu; quando [Jesse] Jackson, pela via democrática, pelo partido Democrata etc., etc., se virou, deu no que deu! Tá lá ele hoje, até hoje... Ele, que despontou como uma liderança negra ponderada, enfim, bem, de acordo com o 'politicamente correto'. Contudo... mesmo assim, ele não se viabilizou. Você imagine aqui no Brasil, que ainda está, em todos os sentidos, pelo menos vinte, trinta anos atrás do estágio que os Estados Unidos da América já alcançaram! Então, é barra!

Entrevistador – E veja que lá os negros são apenas 12%. Mas tem vários prefeitos negros, parlamentares. O que não acontece no Brasil, onde os negros são pelo menos 45%.

Gilberto Gil – Mas você também vê: isto está ligado a quê? Está ligado a isso: a esses aspectos reservados. É um pouco: 'Até aí pode!'. É o ativismo local, é uma mobilização comunitária; é aquela coisa do 'governo local'. Na hora de almejar...

Entrevistador – O comando...

Gilberto Gil – ... O comando... Lá, a cúpula que está ligada ao Governo Mundial, às decisões da indústria de guerra, à manutenção das prioridades, do falconismo americano e etc. Aí não! Se chegar um negro, aí é possível que venha bagunçar, venha com outras mudanças de prioridades etc.: pacifismos, desarmamentos e não-sei-o-quê, está entendendo? Igualitarismo num grau intolerável e etc. E aí o discurso, a atitude muda. É como se eles só pudessem ascender

até um determinado ponto. Fica um pouco essa coisa de reserva dos espaços também, quer dizer, é uma 'administração'. O sistema administra de forma que os negros ocupem espaços 'adequados', entre aspas.

Entrevistador – Quando essa análise é aplicada ao Brasil...

Gilberto Gil – ... é pior ainda. Porque nós estamos num estágio em que nem uma quantidade enorme de prefeitos negros você conseguiu ter ainda. Num país que é predominantemente negro. No Norte-Nordeste, por exemplo, seria naturalíssimo que cidades como Aracaju, Salvador, Recife, São Luís etc., tivessem não um, mas uma sequência de dirigentes, de prefeitos negros; maioria negra nas Câmaras de Vereadores etc. E não têm.

Entrevistador – E olhe que a gente vive numa 'democracia racial', como diz A Tarde.

Gilberto Gil – Pois é. Acontece que o processo democrático, por mais permeável que ele seja, por mais capilar que ele seja, por mais capilaridade que ele permita ter, ele tem suas elites, ele tem seus estratos, tem uma sociedade de classe. Quer dizer, é democrática, mas é de classes, não é amplamente igualitária. É evidente que o resíduo histórico da inferioridade política, a qual historicamente o negro foi relegado, por força da escravidão, é uma coisa que atua; é inercial. Mesmo que o cara não saiba! É como eu estava dizendo... o cara não sabe. Você vai dizer: 'É racismo!' E o cara diz 'Que é isso?! Pelo amor de Deus! Como?! Eu?! Racista?!'. Mas lá no empedernido, que atua em cadeia, atua quase por código genético... códigos genético e social[3].

***

3 Entrevista concedida por Gilberto Gil ao pesquisador a 24 de setembro de 1994, em camarim antes de show realizado em casa de espetáculos em São Paulo, capital.

Antônio Carlos dos Santos, mais conhecido como Vovô, um daqueles "mocinhos"[4] responsáveis pela existência do bloco Ilê Aiyê, declarou-se assíduo leitor de *A Tarde*, portanto apto a comentar o noticiário do jornal:

> Eles não costumam ir muito a fundo nas questões raciais aqui, não! Eles vão mais a fundo quando é para falar do que chamam 'racismo ao contrário'. Um exemplo forte disso é o trabalho do Ilê Aiyê, que está sempre sendo questionado em televisão, em jornais, em rádio. Fazem perguntas provocativas: se o Ilê Aiyê é fechado, se é um bloco racista, por que no Ilê não sai branco, tudo isso. Aqui em Salvador, apesar de todo dia acontecerem casos de racismo e discriminação, a imprensa só noticia alguma coisa quando é muito pressionada, quando é um negócio muito escandaloso. Mas isso não passa de uma notinha, é difícil sair uma matéria grande, destacada, sobre isso. E rapidinho cai no esquecimento[5].

Outro exemplo de noticiário tendencioso citado por Vovô foi a matéria publicada a 13 de maio de 1991 na capa do caderno "Cotidiano" da *Folha de S. Paulo,* com o título "Discriminação também atinge branco na Bahia"[6]. A reportagem usa o Ilê Aiyê (designado no texto erroneamente "Ylê Ayê") como um caso típico de como, em Salvador, os brancos "são discriminados" pelos negros. O comentário de Vovô sobre o assunto:

> Nós estávamos em São Paulo quando saiu essa matéria e algumas pessoas vinham perguntando se nós éramos do

4 Ver capítulo 6.

5 Entrevista com Antônio Carlos dos Santos, Vovô, julho de 1993.

6 *Folha de S. Paulo,* 13 de maio de 1991. O 13 de maio, data simbólica, é o dia em que no Brasil celebra-se a abolição, em 1988, da escravatura.

grupo Ilê Aiyê da Bahia, e se aqui no bairro da Liberdade às vezes se batia em brancos, essas coisas todas. Isso se fixou mais [na cabeça de quem leu], mas a matéria em si não era tão ruim. Mas o título... Isso é uma coisa que se pode dizer até como característica da *Folha de S. Paulo*: eles gostam de fazer uma coisa para chamar atenção, dar destaque, fica uma coisa mais tendenciosa. O título da matéria, para nós negros, para a negrada, para nós do Ilê Aiyê, não foi bom, não!.

Entrevistador – Quando surgiu o Ilê Aiyê parece que a reação da Imprensa foi forte. 20 anos depois nota-se que, pelo menos na cobertura cultural, jornais como *A Tarde* abriram bastante espaço para as atividades do bloco, não é mesmo?

Vovô – Continua a perseguição inicial. É que agora mudaram as pessoas que trabalham no jornal. A cabeça da direção não mudou tanto assim, mas eles tiveram de se render um pouco. Hoje a Bahia é cantada em prosa e verso, e não tem como ficar fora. Mas, na verdade, eles não dão essa abertura total com tanta boa vontade assim, não. Eu acho que tem um espaço que foi conquistado mesmo, com a arte, com o talento, porque normalmente, se você prestar atenção, aqui em Salvador o negro só tem espaço, só é notícia em 20 de novembro e quando é Carnaval. Ou então quando acontece algum fato que possa se relacionar com a comunidade negra, o 13 de maio etc.

Com a emergência de um investimento publicitário pesado no Carnaval baiano, paralelamente à industrialização da festa momesca e das agremiações que dela participam, o Ilê Aiyê surge como uma das opções no fratricida mercado do *show business*.

Entrevistador – Hoje, existem convites da Rede Globo e de outros grandes veículos de comunicação e empresas publicitárias para o Ilê?

Vovô – Tenho propostas de patrocínio para o Carnaval. Mas não tem convites. Não modificou muita coisa. Continua sempre o pessoal com o pé atrás com a negrada. Fizemos um projeto este ano, uma coisa que estávamos cobrando há bastante tempo: que a TV Bahia [afiliada à Globo de Televisão] se abrisse, desse o mesmo tratamento que deram às bandas de trio elétrico naquele 'Projeto Verão', que só participavam bandas de trio. Propusemos que dessem também aos blocos afros. Discutir até com um cidadão lá da TV, que se ele desse a mesma condição eu botava 30 mil pessoas num clube. Somente agora eles começaram a conversar abertamente, mostrar como é o processo na mídia. Não é tão perverso assim, mas também não é tão na camaradagem. Eles já viram que nós temos potencial. [...] Muitas bandas de trio tiveram prejuízo, então chamaram os negros. Porque o negro abre [os shows] mais fácil, facilita tudo. Teve no ano passado o 'Projeto Pôr do Sol' [da TV Bahia], nós tivemos o maior público lá, no pátio do Hotel Othon Palace. Ilê Aiyê e a Timbalada foram que tiveram maior público. Então, neste ano nós fomos chamados primeiro, para conversar. O tratamento já mudou porque nós esgotamos os ingressos um ou dois dias antes.

Entrevistador – A Globo mostrou ao vivo.

Vovô – Globo, Bandeirantes... Os caras, eles sabem, com isso vão poder negociar melhor, vão ter mais patrocinadores, tudo isso [...]. Aí o tratamento já muda, o cara vai conversar com você de forma diferente. Mas, antes: 'Ah... não dá!'. Eu cansei de ir lá, eu e João Jorge [do bloco Olodum], separados, para conversar com Carvalho Júnior [produtor de TV], por exemplo, e a proposta que ele fez...

Entrevistador – Carvalho Júnior, de onde?

Vovô – Trabalhava na TV Bahia. O que podia fazer era colocar a batucada da gente para abrir o jogo, isso que ele dizia.

Entrevistador – Quando foi isso?

> Vovô – Até uns três anos atrás. Aí uma vez eu mostrei a ele o meu tênis, a minha calça. Porque eu acho que ele pensa que negrão não usa tênis importado, não usa jeans, que a gente não consome, né? Mas isso é uma verdade também: os empresários brasileiros e baianos têm medo de associar o produto deles com a negrada [...]. Pelo pique do Carnaval da Bahia, pessoas que saem para negociar, os captadores de recursos, que vão negociar patrocínio fora - porque às vezes nem é o bloco que vai -, os caras nem tocam nos nomes dos blocos afros. Às vezes uma grande empresa do sul deixa de investir na Bahia, na negrada daqui, porque não tem informação direito. Na visão dos caras é só sujeira.

A estratégia empresarial montada pelo Olodum incluiu, a partir do início dos anos de 1990, a montagem de uma assessoria de imprensa organizada. O grupo contratou os serviços da única jornalista negra da equipe de reportagem da TV Bahia (Globo), Wanda Chase. Isto permitia ao grupo a possibilidade privilegiada de ser incluído na pauta de matérias do maior canal de televisão no estado, toda vez que o assunto fosse "comunidade negra", "blocos carnavalescos" etc. Ter como assessor alguém de dentro do esquema televisivo, com toda certeza era fator facilitador do acesso do Olodum à TV Bahia. E aparecer na emissora de maior *ibope*, assessorado por uma de suas funcionárias, somente acrescentava mais pontos ao trabalho empresarial do grupo.

João Jorge Rodrigues, presidente do Olodum, apresentou para a presente pesquisa seu ponto de vista sobre *A Tarde* e a mídia em geral. Vinte anos depois da ácida crítica contra o Ilê Aiyê[7], *A Tarde* se comportava de maneira dúbia, segundo João Jorge:

7 Ver capítulo 6.

A Tarde convive hoje com aplausos para algumas coisas que são feitas na área negra e continua com chumbo grosso para o que ela discorda. No caso do Olodum, temos sido alvos mais diretos do jornal. No ano passado uma comissão de diretores encaminhou uma resposta às várias acusações de que os diretores moravam em cobertura, que o Olodum não trabalhava na comunidade e uma série de coisas. Juntamos documentos comprobatórios e enviamos ao jornal[8].

Entrevistador – O jornal publicou?

João Jorge – Publicou. Neste ano, antes do Carnaval, voltamos a fazer uma visita à sede do jornal. Dessa vez ao Sr. Jorge Calmon[9], para justamente diminuir as matérias que saíam contra o Olodum, sem nenhum fundamento, aleatoriamente. Agora, durante o aniversário do Olodum, saiu uma série de matérias excelentes no jornal *A Tarde*, algumas delas feitas por você. Mas, ainda assim, no domingo saiu uma pequena nota de um cidadão chamado Antônio Pacheco[10], em que criticava o Olodum pela escolha do Carnaval e falando que no Olodum só estava saindo branco.

Entrevistador – Você acha que a postura do jornal A Tarde pode ser estendida à toda a imprensa baiana, na abordagem dessa questão?

João Jorge – Sim, sim. Porque mesmo que os outros jornais tratem o Olodum melhor, no que diz respeito a informar da ação política, da ação cultural, o tratamento do negro como bandido, como marginal, como delinquente, é

8 Entrevista com João Jorge Rodrigues concedida ao autor a 30 de abril de 1993.

9 Jorge Calmon, de tradicionalíssima família baiana, dirigiu *A Tarde* com todo o poder por quatro décadas, sendo um dos principais responsáveis pelos sucessos comercial, editorial e político desse jornal.

10 Toni Pacheco, como ficou conhecido na imprensa baiana, foi editor responsável pelo bem-sucedido "Lazer & Informação", suplemento dominical de *A Tarde* focado na cobertura cultural, de festas, shows e espetáculos. Tornou-se empresário do ramo, por isso.

> uma constante dentro da imprensa baiana. Isso cria uma situação que é a seguinte: para dizer que é exótico ainda tem espaço, mas, para falar da luta política, da luta social, para falar do trabalho que está sendo feito - seja na associação do bairro, seja em sindicato - o negro está fora da imprensa como um todo, no geral. É estranho porque, numa cidade onde há várias instituições negras, há várias lideranças sindicais, políticas e comunitárias negras, eles têm um espaço extremamente reduzido no cômputo geral da mídia na Bahia. Basta que se faça uma análise dos programas de televisão pela manhã, nos canais de televisão da Bahia, quem são os convidados? O que eles falam? De que origem étnica eles são?

Encarando a imprensa local como atrelada a interesses conservadores, o presidente do Olodum explica assim o relacionamento do grupo com a mídia, isto é, com a mídia que não seja "a favor", mas crítica a determinadas atitudes do Olodum:

> Nós optamos por responder a cada vez que alguém diz que a gente não presta, que isso-e-aquilo, [com] estratégias para responder ou em jornais nacionais - como *Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil* - ou em jornais internacionais, já que temos muito mais acesso [a eles], até entendível porque nesses jornais podemos dizer tudo [mais] do que nos jornais aqui do estado da Bahia.
>
> *Entrevistador* – Folha, JB, O Globo... *Você acha que esses jornais são mais liberais, estão mais abertos a aceitar a discussão da questão racial?*
>
> João Jorge – Muito mais! A *Folha de S. Paulo* por excelência! Nós temos conseguido fazer matérias inteiras na *Folha de S. Paulo*, com uma discussão que seria impossível travar aqui dentro [na Bahia]. Até porque, a grande maioria dos jornalistas não-negros estão embrenhados numa rede de relações

com 'A' ou com 'B', e sempre está defendendo um lado e atacando outro. Ou seja, ou supervalorização do Olodum em detrimento dos outros, ou é o elogio ao [bloco] Araketu.

***

Um ex-aliado do presidente do Olodum, o advogado tributarista, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Edvaldo Brito[11], não esquece o que a imprensa baiana "fez com ele" em 1985, quando ousou disputar pelo voto a Prefeitura de Salvador:

> [...] *A Tribuna da Bahia,* que era editado por um neo-adversário e inimigo de Antônio Carlos Magalhães [poderoso político baiano] - eu digo "neo" porque ele não era antes, ele era aliado, comia no mesmo prato -, o meu amigo Joacy Góes, criou um fato político. Botou na primeira página da *Tribuna* [jornal de sua propriedade]: 'Edvaldo Brito, candidato de ACM'. Foi a manchete principal do jornal. Como se sabe [naquela época], Antônio Carlos estava em desgraça. O plano inclinado da minha candidatura vem por aí.
>
> *Entrevistador – "A Bahia no sangue", slogan que o senhor usou na campanha, era um bom filão?*
>
> Edvaldo Brito – Pois é, não tinha nenhum propósito racista. O *slogan* tinha o propósito de reafirmar que a Bahia era uma terra que tinha suas raízes plantadas no segmento negro. O que mais expressa a Bahia no campo cultural é a cultura negra. Logo de saída, o filão político levou aquele jornalista que tinha sido candidato [a prefeito], e hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado... Como é o nome dele?...
>
> *Entrevistador – França Teixeira.*

11 Entrevista concedida por Edvaldo Brito ao pesquisador em 10 de julho de 1993. Brito fora o único prefeito negro que Salvador tivera até então. Não eleito, mas nomeado para um mandato tampão entre 1978 e 1979 por Roberto Santos, penúltimo governador imposto à Bahia pela ditadura civil-militar de 1964.

Edvaldo Brito – ... França Teixeira! Levou França Teixeira a, safadamente, dizer que aquilo era o *slogan* de Hitler. Ele foi à televisão e fez o sinal de Hitler, que eu tinha tirado aquilo do sistema nazista: quando Hitler esticava o braço e metia a mão na veia, dizendo assim: 'Aqui é sangue nórdico, sangue ariano'. Espalhou que eu também fazia a mesma coisa: 'Aqui é a Bahia no sangue', que então eu estava querendo criar esse racismo [contra os brancos] em Salvador.

Entrevistador – E o jornal A Tarde?

Edvaldo Brito – Tendo em vista essa distorção de uma candidatura, *A Tarde*[12], entendo eu, nessa hora resolveu chamar a atenção para o perigo que essa dissensão poderia conduzir. A influência das notas do jornal, você vê, à primeira vista parece imperceptível e parece que não tem efeito. Mas a influência das notas do jornal tirou um pouco a força da candidatura, porque passou a ser olhada sob certo ângulo. As discussões que se faziam nos ônibus eram nessa linha: ou se dizia que eu era casado com uma loira, ou queria separar a Bahia.

Entrevistador–- O senhor, na ocasião, chegou a tentar um contato com a direção do jornal A Tarde?

Edvaldo Brito – Não, porque o que aconteceu foi o seguinte: como eu disse, o doutor Renato Simões [diretor] não permitiria, por eu ser amigo do jornal e dele, de dona Regina [Simões, acionista majoritária], com doutor Jorge [Calmon], doutor [Cruz] Rios, ele não permitiria uma coisa dessas. Eles não personificaram o posicionamento, quer dizer, [as notas] não saíam como uma coisa que me atingisse diretamente [...]. Ao apresentar a questão, o jornal não abria o editorial dizendo: 'O candidato fulano de tal está procedendo mal'. Ele apenas chamava a atenção de que essa era uma questão

12 Edvaldo Brito tinha ascensão relativa sobre a cúpula administrativa de *A Tarde,* vez que era membro do conselho consultivo da empresa que editava o jornal.

prejudicial. E [*A Tarde*] terminou me prejudicando. Estou contando o resultado disso, lamentavelmente.

***

Formada em Direito, Valquíria Barbosa ganhou notoriedade na Bahia como delegada de polícia, a partir da década de 1970, principalmente como titular da circunscrição policial do bairro da Liberdade, o mesmo de onde surgiu o Ilê Aiyê. O tratamento discricionário que recebeu da grande imprensa levou-a, segundo confidenciou a este pesquisador, a ingressar no curso de jornalismo da UFBA, em meados dos anos 1980. "Queria entender, por dentro, como funcionava a cabeça do jornalista", disse ela:

> [...] Há alguns anos um colega delegado, dentro da polícia, me apelidou de 'bico de bule', porque eu tenho lábios grossos. Isso chegou até às páginas de jornais. Na época, esse colega tentou acessar um espaço da Academia de Polícia, da qual eu era diretora e, quando o policial responsável pela área disse a ele que só poderia acessar com minha autorização, ele disse que não tinha 'nada a ver com aquele bico de bule'. No momento estava Moacir Ribeiro [um dos mais importantes jornalistas de cobertura de polícia na Bahia], do *Jornal da Bahia.* No dia seguinte, estava lá a matéria: 'Delegado briga com policial'. E no corpo da matéria, no texto, está lá a referência à expressão injuriosa que ele usou contra mim.
>
> *Entrevistador – Qual a origem da crítica que a senhora recebia da Imprensa, que a chamava de 'durona' no trato com os presos sob sua custódia?*
>
> Valquíria Barbosa – Começou, principalmente, a partir da Delegacia de Furtos e Roubos. Só aceitar o desafio de ir para lá, quando nenhuma mulher e nem todos os homens

tinham coragem, isso já criou um grande questionamento. Depois, ao chegar na DFR eu consegui corrigir uma série de distorções que aconteciam, porque a fama era que só ficava ali justamente o preso preto e pobre. Outros infratores, que tivessem condição média ou alta, estes tinham impunidade. E eu comecei a corrigir isso, e isso, você sabe, desagrada. Então, era preciso brutalizar uma imagem para que houvesse a rejeição social da minha participação. Existia a famigerada Pedra Petra, que era a colônia penal agrícola Lafayete Coutinho. Quem era mandado para lá, em sua maioria, eram o negro e o pobre. Eu comecei a conversar muito com os presos, daí receber até hoje carinho que eles demonstram porque eu sempre fui enérgica. Rigorosa, sim, na apuração. Mas de qualquer infrator. Por que minha imagem foi passada daquela forma? Porque eu processei os primeiros infratores de crime contra o patrimônio, os 'filhinhos de papai'. E é o 'filhinho de papai' que tem espaço na imprensa, né? Então, nessa hora, ele tem espaço para o protesto. Mas a imprensa não divulga a imagem dele como infrator. Divulga como injustiçado: 'Ele foi vítima da arbitrariedade da delegada Valquíria'. Aí eu inovei o método. O que eu fazia? Na hora de interrogar essas pessoas, eu fazia questão que ali estivessem o pai e a mãe, ou um irmão. Porque têm crimes que eles confessam que, lidos a *posteriori* e por seus familiares, esses jamais acreditam que aquele seu querido fosse capaz de tamanha estupidez.

Entrevistador – Como a senhora julga a cobertura dos assuntos policiais nos jornais de Salvador?

Valquíria Barbosa – Como jornalista, tenho visto com muita tristeza o que se tem feito. Hoje o jornalismo policial em Salvador tem sido feito somente com o objetivo de fechar a página do jornal, sem qualquer critério de análise. Se você pegar, a maior parte que você vê no jornal são [transcrições de] ocorrências policiais, inclusive até os próprios erros. Quer dizer, a narrativa da ocorrência, que é a notícia que chega à unidade policial. Esse absurdo é transcrito. Eu

> gostaria de ver o jornalismo policial crítico e investigativo. Normalmente, a investigação de jornalismo policial aqui só vem depois, depois até que o fato chegou ao poder judiciário. Me sentiria inibida de praticar certas arbitrariedades. Não aceito que se mate 4, 5 pessoas de uma vez. Que se mate, se metralhe, transformando a pessoa numa peneira, e vem e diga que foi resistência. Que surja um revólver 32, um 38, um revólver de calibre 22 [e que diga que foi do 'marginal'], seria um marginal suicida! Isso aí eu não acredito! Então, eu acho que a imprensa da Bahia está a dever à sociedade essa fiscalização[13]..

***

Da delegada, passemos a acompanhar o pensamento de um dos exponenciais da Igreja Católica na Bahia, o Monsenhor Gaspar Sadoc, considerado um dos grandes oradores do púlpito nesse estado. Frequente colaborador de *A Tarde*, com diversos artigos publicados, era responsável pela paróquia de Nossa Senhora da Vitória, que abrange bairros aristocráticos da elite branca de Salvador: seus paroquianos eram, por exemplo, o poderoso político Antônio Carlos Magalhães, e Jorge Calmon, todo-poderoso diretor de Redação de *A Tarde*, aos quais o sacerdote tinha acesso não-protocolar.

> *Entrevistador – Na Bahia, hoje, há uma supervalorização da cultura negra na mídia, não é verdade?*
>
> Gaspar Sadoc – Não é supervalorização da cultura, é a supervalorização de alguns aspectos da cultura. Ou seja, o que se divulga do negro é a música, a dança. Mas a cultura é mais do que isso, é muito mais do que isso. Tanto que, acabaram de dançar e acabada a música, os negros ficaram no mesmo. Deveriam marcar a presença deles para além da

13 Entrevista concedida por Valquíria Barbosa ao autor, em 11de julho de 1993.

música e para além da dança. Não é a dança de um negro, é a dança de alguém que marca passagem na vida. Alguém que está ali construindo também no futebol, no voleibol. Eu não gosto de ficar vendo: 'São os negros!'. Os negros só dão para o futebol? Os negros só dão para o voleibol? Seria bom que a gente procurasse ser chamado mais atenção para outros aspectos. Você veja, quantos negros importantes a gente tem? Você vê que não focalizam. Focalizam alguém, não sei o que de lá, Olodum não sei o quê, outro bloco que nem nome tem, mas agrada eles. Mas os grandes homens que têm aqui, os grandes negros que passaram por aqui, cadê? Uma antologia dos negros daqui, onde está? O próprio fundador da Academia [e da Escola Politécnica da UFBA] era um negro: Arlindo Fragoso.

Entrevistador – Academia de Letras?

Gaspar Sadoc – Academia de Letras da Bahia. Negro, mestiço. E quantas pessoas você tem aqui?! Diga, qual a antologia dos negros daqui? E têm muitos negros importantes. Por que não colocaram em evidência? Modificaram a evidência, cobiçados pela quantidade de brancos em derredor. Se há uns 2 ou 3 negros na Universidade, há uns 300 ou 400 brancos. Então, aquilo inunda, é uma inundação! Mas, eu não sei. Se você vê supervalorização da cultura... Cultura no sentido genérico, extenso. Mas no sentido real, não. A cultura abrange o homem todo, é o homem que dança, é o homem que canta, é o homem que cria, é o homem intelectual. A cultura é total.

Sadoc reconhece, de qualquer forma, que nem tudo está perdido:

É claro que é bom o que está acontecendo, que pelo menos através da música e da luta, da força, sejamos lembrados. A projeção da televisão, quando sai um grande lutador de boxe, campeão, aí projeta ele. Mas eu nunca vi projetado na

televisão um negro americano importante. Até o chefe lá das Forças Armadas [Colin Powell] é um negro, e isso não foi projetado. Tantos negros professores de universidade de lá e de outros lugares também, não projetam!

Entrevistador - Sendo padre de um bairro de gente rica o senhor, por ser negro, já enfrentou o problema do racismo?

Gaspar Sadoc - Dizer enfrentar problema é um pouco de imprecisão. Quando a gente analisa, ou pelo menos quando eu analiso o problema do racismo nessa cidade, eu nunca vou por definição. A gente não define porque o racismo aqui é indefinível! É uma coisa existente e indefinível ao mesmo tempo. Se eu dissesse, diante de Deus, que os meus caminhos estiveram atravancados ou impedidos por causa do racismo, estaria mentindo. Dizer também que não existe racismo, seria outra bobagem.

Entrevistador - Como o senhor vê a atuação dos meios de comunicação nesse processo, principalmente A Tarde?

Gaspar Sadoc - O jornal é influência da comunidade, sem dúvida nenhuma. A comunidade influi no jornal e vice-versa. O jornal filtra, traduz o que se passa aqui. Embora o jornal possa fazer muito bem ou muito mal, na realidade mesmo o jornal traduz alguma coisa, ele transmite a vida, a realidade, o que vê lá fora. Se é intransigência, é intransigência; se é tirania, é tirania; se é complexo, é complexo; se é preconceito, é preconceito. O jornal capta aquilo, devolve. Eles fazem daquilo a alma, propriedade deles. A influência do meio é muito importante. O jornal nunca se coloca contra o meio. O jornal *A Tarde*, que é o jornal mais equilibrado daqui... eu nunca vi *A Tarde* com um editorial de preconceito, nunca vi. Eu nunca vi também uma coisa de projeção.

Entrevistador - Como assim? O jornal A Tarde, projetar o negro?

Gaspar Sadoc - Nunca vi.

Entrevistador - E o aspecto cultural?

Gaspar Sadoc - Sim, mas no aspecto cultural é pouco demais, é pouco. A gente não vê muitos negros enfocados aí.

Entrevistador - Mesmo nesse jornal 'equilibrado'?

Gaspar Sadoc - Eu faço um pouco de concessão pelo espírito que o jornal tem. Esse jornal tem o espírito um pouco cristão. Não que todo mundo lá seja cristão, seja carola, mas é um jornal aberto, é um pouco o coração da Bahia. É o jornal que mais espelha a Bahia, que mais traduz a Bahia, então é o menos preconceituoso. *A Tarde* envolve a Bahia e a Bahia envolve *A Tarde*. Você pode ler todos os jornais, mas se você não ler *A Tarde* você não fica satisfeito. Você lê os outros três, mas você quer ler *A Tarde*. Quer dizer, é um jornal que se faz comunitário. A gente gosta de *A Tarde*. Agora, não quer dizer que, como a comunidade não é perfeita, o jornal seja. Como a comunidade tem preconceitos, *A Tarde* pode ter seus preconceitos - e não *A Tarde* mais [preconceito] que a comunidade[14].

***

Mãe Stella, ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá – uma destacada militante religiosa crítica do sincretismo entre o Candomblé e o Catolicismo –, declarou, sinteticamente, para a pesquisa: "Deixe eles lá com os santos deles, e nós aqui com os nossos orixás."

A frase praticamente resume seu depoimento a este pesquisador, na concepção de quem "somente o negro, quando se organizar entre si, vai fazer frente à discriminação e ao preconceito de toda parte, mesmo da imprensa"[15].

14 Entrevista de Gaspar Sadoc concedida para a pesquisa em junho de 1993.

15 Mãe Stella concedeu a entrevista no próprio terreiro em julho de 1993.

CAPÍTULO VI

O DISCURSO RACIAL DA IMPRENSA

Bloco racista, nota destoante

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: 'Mundo Negro', 'Black Power', 'Negros para você', etc., o bloco Ilê Aiyê, apelidado de 'Bloco do Racismo', proporcionou um feio espetáculo neste Carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte-americana, revelando uma enorme falta de imaginação, uma vez que em nosso país existe uma infinidade de motivos a serem explorados, os integrantes do Ilê Aiyê - todos de cor - chegaram até à gozação dos brancos e das demais pessoas que os observavam do palanque oficial.

Pela própria proibição existente no país contra o racismo, é de esperar que os integrantes do Ilê voltem de outra maneira no próximo ano, e usem em outra forma a natural liberação de instinto característico do carnaval.

Não temos, felizmente, problema racial. Esta é uma das grandes felicidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas da população provenientes das diferentes etnias,

> constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos agentes de irritação, que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas isto, no Brasil, eles não conseguem. E sempre que põe o rabo de fora denunciam a origem ideológica a que estão ligados. É muito difícil que aconteça diferentemente com estes mocinhos do Ilê Aiyê (*A Tarde*, 12 de fev. 1975, p. 3).

Em 1975, quando *A Tarde* publicou a nota supracitada, o Brasil vivia sob a ditadura militar. A pior fase do regime iniciado com o golpe de 1964 tinha passado. As organizações da sociedade civil, entretanto, continuariam censuradas ainda por alguns anos, a imprensa inclusive. O movimento negro brasileiro, enquanto força orgânica, estava no fundo do poço. Falar em racismo era quase um tabu.

A revista *Argumento*, da editora Paz e Terra, dirigida por Barbosa Lima Sobrinho, foi recolhida por ordem dos militares em seu número de estreia, dois anos antes, justamente por trazer na capa, como assunto principal, o ensaio do brasilianista Thomas Skidmore, intitulado "O Negro no Brasil e nos Estados Unidos"[1].

Skidmore nada tinha de subversivo. Seu texto era simplesmente um estudo comparativo da situação racial nos dois países, concluindo que a "democracia racial brasileira" – tão afincadamente apregoada pelas elites no poder – não subsistia a um exame mais profundo. Aliás, constatação já feita na década de 1950 pelos chamados "estudos da Unesco",

1 Thomas Skidmore, revista *Argumento,* ano I, número I, outubro de 1973. O mesmo artigo foi republicado em Skidmore, O *Brasil visto de fora*, Paz e Terra, 1994.

que através de trabalhos empíricos mostravam que a "democracia racial" não passava de mito.

Em fevereiro de 1975, com o general Ernesto Geisel no Palácio do Planalto e Antônio Carlos Magalhães no governo da Bahia, com o país amordaçado e pessoas ainda sendo torturadas nos porões da ditadura, o jornal *A Tarde* noticiava, da forma como vimos, o primeiro desfile de uma até então desconhecida entidade no Carnaval de Salvador[2].

Nesse mesmo e nos anos anteriores e logo subsequentes, o noticiário do Carnaval baiano era monopolizado pelas agremiações que, mais tarde, de 1993 em diante, seriam rotuladas de "blocos de gente bonita". Essas agremiações eram dirigidas e compostas por foliões da classe média não-negra de Salvador. Certamente por isso, sobre o resultado do concurso, então realizado, de desfile de todos os blocos carnavalescos que foram às ruas em 1975, *A Tarde* protestasse nos termos seguintes:

> [...] Ao lado destas, muitas outras irregularidades foram apontadas [...]. Também o fato de que o bloco Ilê Aiwé [*sic*] que explorou um tema racista, sendo inclusive vaiado, fizesse jus por parte da comissão julgadora a uma incompreensível menção honrosa, causou muito desagrado aos outros concorrentes [...][3] (*A Tarde*, p. 1, 14 fev. 1975).

2 Sobre o Ilê Aiyê, cf. dissertação de mestrado de Maria Palmira Silva, intitulada *Bloco afro Ilê Aiyê: seus protestos e sua beleza: um estado psicossocial das minorias ativas na constituição da identidade negra na Bahia (1995).*

3 Tradicionalmente as entidades carnavalescas registradas para desfilar no Carnaval concorriam por prêmios em dinheiro e troféus, da melhor agremiação geral e entre si, por categoria – "melhor bloco de índio"; "melhor afoxé"; "melhor bloco de trio elétrico"; "melhor bloco afro"; e, até, "melhor escola de samba" etc. A partir dos anos 1990 a disputa foi oficialmente abolida.

Aquele era o tempo em que os redatores do maior jornal baiano não tinham qualquer cuidado em grafar corretamente o nome da primeira entidade cultural que reanimaria o movimento negro afro-brasileiro pós-64. Pouco se lhes davam ser Ilê Aiyê, "Ilê Ayê" ou "Ilê Aiwé" – expressões para eles estranhas. Vivendo sob um clima de perseguições políticas, a sociedade estava exposta aos rigores da repressão. Qualquer suspeita levantada sobre alguém – como o fato de ser "agente de agitação", pregar "a luta de classes", defender "origem ideológica" alienígena – como acusava *A Tarde* serem "estes mocinhos do Ilê Ayiê", demonstrava, a nosso ver, uma irresponsabilidade de consequências inimagináveis para os acusados.

Como, entretanto, ao passar dos tempos, *A Tarde* e a imprensa brasileira seguirão os rumos dos acontecimentos desencadeados a partir da emergência de organizações negras cada vez mais incorporadas às estratégias da indústria cultural?

Qual será o comportamento adotado pelos editorialistas e pela reportagem a partir do momento em que o Movimento Negro avança das atividades meramente culturalistas – e que o jornal sempre procurou ver como folclóricas, ao noticiá-las na sua página de "Serviços" –, para o estabelecimento de uma pauta de reivindicações mais politizadas?

Um dos métodos utilizados pela pesquisa para responder a essas questões postas foi a coleta de textos publicados por jornais. A amostragem da postura da imprensa pode ser verificada no material de clipagem de recortes que colecionamos para o presente estudo.

Aqui priorizamos o principal veículo analisado. Vejamos a seguir:

- parte do noticiário de *A Tarde* em relação ao tema;
- a opinião do jornal expressa em editoriais, em depoimento diretos de seus "managers" e em artigos assinados por estes e por colaboradores diversos.

A apresentação da amostra é aqui feita em ordem cronológica, com o intuito de dar uma ideia de existência ou não de uma evolução no tratamento do tema pelo texto do jornal. São apresentados exemplos que o pesquisador considerou mais significativos, tomando por base a razão da pesquisa e a operacionalidade da presente reflexão[4].

Preto no Branco, 1975 a 1990

1975

Na matéria "Procura de terreiro é um 'esnobismo cultural'", o padre José Hamilton Barros, diretor do Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador, tenta justificar a procura pelos terreiros de candomblé, cada vez maior, por parte de pessoas de classes sociais mais abastadas. O candomblé é descrito como "expressão de uma cultura primitiva, sem maiores caracterizações teológicas". O padre faz comparações entre o catolicismo e as manifestações religiosas

4 Fichário e recortes totais produzidos pela leitura dos exemplares dos jornais de 1965 a 1990 encontraram-se no arquivo do pesquisador, para posteriores trabalhos.

de matriz africana, para concluir que a igreja católica é o "único caminho convicto de verdade e libertação". (*A Tarde*, p. 2, 29 jan. 1975).

Se o desfile do Ilê Aiyê foi a "nota destoante" do Carnaval naquele ano, o mesmo jornal não acha da participação dos afoxés – tradicionais grupos negros que vão às ruas no período carnavalesco[5].Em "Homenagem de um afoxé à imprensa", nota publicada na mesma edição do ataque ao bloco afro do bairro da Liberdade, *A Tarde* destaca a apresentação do afoxé Filhos da África, "nos passos características de suas danças indígenas e harmonicamente organizado". O afoxé premiou a imprensa distribuindo aos representantes dos veículos de comunicação "medalha de honra ao mérito" (*A Tarde*, p. 3, 12 fev. 1975).

Matéria intitulada "Samuel é malabarista do tonel" diz que o gari Samuel Souza, 22 anos, é uma das grandes atrações de rua, quando faz malabarismo com seu principal instrumento de trabalho: um tonel:

> [...] Trabalha se divertindo. E divertindo o público [...]. Suas exibições podem causar engarrafamentos, sem irritar a ninguém pois todos apreciam o espetáculo dado por aquele

5 A designação mais apropriada para "afoxé" é "candomblé de rua". Essas agremiações começaram a desfilar no Carnaval de Salvador, não sem resistência das autoridades encarregadas pela repressão, no início do século XX, quando a festa foi incorporada ao calendário de festas populares na Bahia. Quando em 1905 desfilou o primeiro afoxé, composto somente por homens negros (estivadores e outros trabalhadores braçais, ligados ao candomblé), o Jornal de Notícias publicou um irado comentário assinado com as iniciais C.F., que conclamava "a tradicional família baiana a acabar com aquele desrespeito". Mais tarde, o comentário foi atribuído a Campos França, intelectual da época. Esta informação está em *A Tarde*, Caderno 2, 23 de fev. 1981, p. 1.

> homem humilde, mas feliz, que já ganhou a alcunha de 'Pelé do lixo' (*A Tarde*, p. 6, 14 out. 1975).

A matéria é ilustrada com várias fotos de Samuel se exibindo. Uma das fotos traz a moradia do gari, com a seguinte legenda: "O barraco é testemunha da pobreza, mas seu ocupante é um homem feliz".

1976

A colunista social mais festejada da imprensa baiana, July, publica no seu espaço cativo uma foto, creditada à esposa do escritor Jorge Amado, da ialorixá Menininha do Gantois, com a legenda:

> Numa foto especial para esta coluna (*by* Zélia Amado), Menininha do Gantois deseja para todos os baianos um feliz 1976, com todas as bençãos (*A Tarde*, p. 9, 3 jan. 1976).

Duas semanas depois, um fato de extrema importância para a comunidade negra – a descriminalização do Candomblé – mereceu a seguinte nota do jornal:

> *Polícia fora dos terreiros*
>
> Todas as sociedades que praticam o culto afro-brasileiro, na Bahia, estão liberadas do registro, do pagamento de taxa e da licença das autoridades policiais para exercerem suas atividades religiosas, segundo determinação do governador Roberto Santos, em decreto assinado ontem. Durante o ato, muitas mães de santo foram ao Palácio da Aclamação, onde prestaram suas homenagens ao Chefe do Executivo, por tão significativa ação. O presidente da Associação Baiana do Culto Afro-Brasileiro, Antônio Monteiro, mostrava-se

> muito feliz pela liberação do candomblé do controle policial, alegando que 'esta vitória se dá após 32 anos de luta' (*A Tarde*, p. 6, 16 jan. 1976).

O general Ernesto Geisel, quarto presidente da República durante a ditadura militar, visitou Salvador no dia 13 de maio daquele ano. Na semana anterior, na edição do dia 4 de maio de 1973, o jornal já anunciava: "Orixás vão dançar para Geisel na sua visita Bahia": informando que o coreógrafo afro-americano Clyde Morgan – radicado em Salvador – faria uma apresentação para o presidente da República no Palácio da Aclamação, sede do governo estadual (*A Tarde*, p. 3, 4 maio 1976). Dias antes da visita do presidente, uma denúncia de racismo repercutiu na imprensa nacional. *A Tarde* relutou em tratar do fato, mas, nas edições dos dias 12, 13, 14 e 15 abriu matérias sobre o caso:

> *Geisel manda apurar caso de discriminação*
>
> O ministro Armando Falcão, da Justiça, enviou ontem ao governador Roberto Santos um telegrama comunicando que o presidente Geisel tomou conhecimento da notícia veiculada em Salvador, segundo a qual, por ordem da administração do Edf. Santa Isabel, na Av. Princesa Isabel (Barra Avenida), pessoas de cor teriam sido impedidas de usar o elevador social [...].
>
> [...] A respeito do assunto, o senhor Roberto Santos disse que 'isto é um fato que só pode ser visto pelo seu caráter de excepcionalidade. A Bahia é, justamente, um dos lugares de maior democracia racial, onde há um caldeamento de raças por completo' [...] (*A Tarde*, p. 3, 12 maio 1976)[6].

6 A coincidência de se ser discriminado justamente no Edifício Santa Isabel, localizado em artéria denominada em homenagem à "Redentora" que assinou a lei pondo fim à escravidão no Brasil, Av. Princesa Isabel, (Barra

Foto de uma mulher com legenda no suplemento "Mulher", dizia:

> Esta sereia 'colored', pousando na foto com uma graça rutilante, é a rainha Luana, o melhor artigo de exportação da Bahia para as passarelas europeias. Ela é nome e presença diagramados em todos os jornais e revistas do mundo, e seu cachê profissional está fora do alcance dos brasileiros (*A Tarde*, p. 7, 19 jun. 1976)[7].

Dias depois, uma matéria com o autor da primeira lei que punia casos de discriminação racial no Brasil:

> *Afonso Arinos vai lançar novo livro dentro de dois meses*
>
> O escritor, professor, político e historiador Afonso Arinos de Melo Franco, está em Salvador para participar do Encontro de Cultura [...]. Membro da Academia Brasileira de Letras [...] é autor da lei número 1.390, de 03 de julho de 1951, a

---

Avenida, então bairro da alta classe média branca de Salvador), só não é mais curiosa que a presença do professor Edvaldo Brito, advogado negro, como defensor de Tereza de Souza Falcão, a administradora do prédio. A vendedora de assinaturas do *Jornal da Bahia*, Irani Maria da Conceição, negra, foi impedida pelo porteiro Nilton da Silva, também negro, de subir pelo "elevador social" ao apartamento do morador Robson Orleans, que tinha solicitado a presença da vendedora para assinar o jornal. O porteiro alegou que era ordem da administradora. Informado da proibição, Orleans comunicou-se com a Redação do *Jornal da Bahia*, que enviou ao local a repórter Maria Carmela Talento, que registrou o fato na edição do dia seguinte. A denúncia repercutiu, chegou a ser matéria da revista *Veja*, de circulação nacional. Em 1993, falando para a presente pesquisa, Edvaldo Brito negou que tivesse atuado no caso, embora assumiu ser advogado negro. *"[...] No caso, ela não me pediu para testemunhar, não me pediu para nada, nem me pediu para ser advogado dela"*. Maria Carmela Talento, em 1994, confirmou a participação de Brito como defensor da administradora do prédio.

7 O texto refere-se a Luana de Noilles, modelo de moda de renome, provavelmente a primeira negra a alcançar projeção internacional nas passarelas.

> chamada 'Lei Afonso Arinos', que proíbe a discriminação racial em todo o País.
>
> Afonso Arinos diz que o motorista de seu pai, um preto chamado José, era casado com uma alemã e sofria as maiores humilhações, porque em certos lugares ela podia entrar e ele não. Um dia prometeu ao motorista de seu pai que ia fazer uma lei para acabar com esse absurdo e, logo no dia imediato, escreveu o projeto, que deu ao senador Aloísio de Carvalho Filho para examinar. Este apresentou no mesmo dia, dizendo que o material era tão bom que não ia perder tempo, porque queria vê-lo transformado em lei (*A Tarde*, p. 3, 5 jul. 1976).

Um parêntesis antes de prosseguir.

Ressalte-se o motivo pitoresco que levou o jurista Afonso Arinos criar a primeira lei contra a discriminação racial no Brasil, a qual ganhou o seu nome. Foi uma dádiva para socorrer um problema pessoal do pobre coitado motorista de seu pai. Mais adiante, em matéria transcrita no presente ensaio, veremos que uma parenta da Princesa Isabel tem quase a mesma compreensão da lei que aboliu a escravidão no país.

Fecha parêntesis.

Chamada na primeira página da edição de 8 de julho de 1976, com foto em que aparece o cantor e compositor baiano segurando o violão, informa:

> *Gil preso em Florianópolis*
> A polícia de Florianópolis prendeu, ontem, em flagrante, o compositor Gilberto Gil e o baterista Francisco Edmundo Azevedo, por porte de maconha. A prisão foi efetuada às 8hs., quando dois delegados revistaram os quartos dos artistas, que estavam hospedados no hotel Ivoram. Gil, Caetano,

> Bethânia e Gal estão em Santa Catarina desde segunda-feira e anteontem apresentaram o seu show 'Doces Bárbaros'. No quarto de Gil foi encontrado um cigarro de maconha que ele admitiu ser de sua propriedade e que havia adquirido em São Paulo. Em seguida os policiais deslocaram até o quarto de Caetano, encontrando um vidro de 'Valium', que ele disse ter comprado com autorização médica. No quarto de Gal Costa e Maria Bethânia os policiais acharam, apenas, um pó branco que as cantoras informaram ser um 'pó de santo' e que foi encaminhado para análise. Além de Gil e Francisco Azevedo foram presos Maria Pia Araújo, administradora do grupo, e os músicos Mauro Alceu Amoroso Lima e Djalma Correia (*A Tarde,* p. 1, 8 jul. 1976).

Nas edições dos dias seguintes, até 16 de julho, *A Tarde* trará matérias sobre o martírio do cantor, sem manifestar qualquer tipo de estranheza pelas circunstâncias da prisão. Nessa data, reproduzindo despacho da Agência Globo de notícias, o jornal publica:

> *Gil foi condenado a internamento em casa de saúde*
>
> O compositor [...] foi condenado, ontem, a internato temporário no Instituto São José, a 10 quilômetros de Florianópolis, pelo juiz Ernani Palma Ribeiro, por uso de maconha. Antes o magistrado lera a sentença que condenava Gil a 1 ano de reclusão e pagamento de 50 salários mínimos de multa, transformada em internamento a pedido da promotoria e da defesa [...].
>
> Gil se apresentou com aparência tranquila e permaneceu impassível durante a audiência [...], ouviu atentamente as alegações e sorriu em duas oportunidades: a primeira, quando o juiz Ernani Palma Ribeiro, no começo da sentença, citou suas últimas composições, 'Refazenda' e 'Abacateiro', e a segunda para os fotógrafos e cinegrafistas que documentavam a audiência. Ele auxiliou o magistrado a pronunciar o

> nome do conjunto norte-americano 'Graude Funk Radroad', também acusado pela polícia por uso de drogas.
>
> Ao final o compositor recebeu um cigarro de filtro do juiz [...] O magistrado deixou Gil conversar com os jornalistas. Ele disse que é difícil analisar a sua situação, porque as consequências são intransferíveis.
>
> - Por isso tive de buscar uma adaptação do ser interior [...] para absorver o golpe [...]. Minha família e meus amigos reagiram de forma positiva [...].
>
> Depois de ressalvar que 'está tudo bem', Gil comentou o comportamento da imprensa no caso. Segundo ele, as atividades variaram de acordo com os padrões dos órgãos: careta, contestatória, sensacionalista, de vanguarda, conservadora e até retrógrada (*A Tarde*, p. 3, 16 jul. 1976).

Cerimônia que antecedeu a instalação do Encontro Nacional de Cultura, realizado em Salvador de 5 a 10 de julho, foi assim registrada pelo jornal:

> [...] Em cerimônia realizada no Palácio da Aclamação, às 18h30 de ontem, foi conferida à Sra. Regina Simões de Mello Leitão, presidente de '*A Tarde*', a Ordem do Mérito da Bahia, no grau de Comendador, em reconhecimento dos seus serviços e dos que este jornal tem prestado, na defesa dos interesses baianos. Ao cumprimentá-la, após a entrega da condecoração, o governador do Estado, Professor Roberto Santos, salientou os motivos da homenagem à ilustre Senhora. O ministro Ney Braga, da Educação, e várias outras personalidades receberam, na ocasião, a Ordem do Mérito da Bahia nas diversas categorias [...] (*A Tarde*, p. 1, 6 jul. 1976).

Até o final da década de 1970, acompanhando as mutações discursivas e o processo de distensão política no Brasil, irá *A Tarde* paulatinamente ampliar a cobertura de fatos re-

lativos ao que aqui denominamos comunidade negra. Quando em agosto de 1978 Edvaldo Brito é nomeado prefeito de Salvador pelo governador Roberto Santos, este nomeado pelos militares, o jornal nada dirá sobre sua condição étnica nem de sua ligação próxima aos terreiros de candomblé. Brito, no noticiário da imprensa baiana, era simplesmente mais um administrador que ascendeu ao mais alto posto na hierarquia de poder local por sua competência profissional.[8]

1980

Matéria de página inteira, no Caderno 2, fala de inédita iniciativa pedagógica que partiu do Ilê Axé Opô Afonjá, dirigido por Mãe Stella de Oxóssi:

> *Crianças aprendem na escola a preservar a cultura negra*
>
> Cansadas e inconformadas com a distorção a que são submetidos seus filhos nas escolas oficiais, mais de 100 famílias ligadas a um dos mais tradicionais terreiros de Salvador, que funciona no bairro São Gonçalo do Retiro, resolveram criar uma mini comunidade que integrasse suas crianças e de moradores do bairro [...] e fundaram uma escola, onde a liberdade é quase total e as professoras dão ênfase às manifestações da cultura negra [...] (*A Tarde*, p. 3, 19 jan. 1980).

8 Edvaldo Brito foi prefeito "tampão" em Salvador de agosto de 1978 a março de 1979, com a exoneração, feita pelo governador, de Jorge Hage Sobrinho. Brito sempre obteve cobertura de *A Tarde*, quase exclusivamente retratado enquanto "grande tributarista". São dezenas as reportagens feitas tendo-o como fonte, são vários os artigos que escreveu sobre o assunto no período coberto pela pesquisa. Rivalizou com ele, como personagem negra, a modelo Luana de Noilles, presença frequente nas colunas sociais do jornal, em sua fase áurea, que vai da metade dos anos 1970 à metade dos anos 1990. Luana, tratada no texto como condessa, é sempre descrita como alegre, festeira, carnavalesca, frequentemente viajando com seu marido francês no circuito Rio-Paris-Salvador.

1981

Na matéria sobre a popular festa para Iemanjá, deusa das águas oceânicas tradicionalmente lembrada no 2 de fevereiro, há destaque para terreiros de candomblé e grupos de umbanda que foram à praia do Rio Vermelho, em Salvador, saudar a orixá. Um dos trechos diz o seguinte:

> Em frente à 'casinha de Iemanjá' entoaram cantos de Umbanda, algumas mães-de-santo incorporaram seus guias, dançaram e confundiram turistas que pensavam estar na África, dada a quantidade assustadora de negros, conforme observou uma branca, turista de Santa Catarina, que pela primeira vez visita a Bahia [...] (*A Tarde*, p. 3, 2 fev. 1981).

Em "Cultura negra não é instrumento político", a reportagem enfoca as conclusões do seminário sobre cultura negra, promovido pela Sociedade de Estudos da Cultura Negra do Brasil (Secneb), "e que serão encaminhadas às autoridades" em forma de documento. No relatório, propõe-se que as manifestações da cultura negra "não sejam percebidas apenas como instrumento econômico e político [*sic*]". (*A Tarde*, p. 2, 4 fev. 1981).

Na cobertura do Carnaval, os blocos afros passam a adquirir destaque. Duas notas sobre o antigo "bloco racista":

> A 2ª noite de beleza negra, promoção do bloco afro Ilê Aiyê [...], um dos mais tradicionais da Bahia, com penetração internacional, inclusive, vai mostrar [...] um desfile muito rico em roupas e penteados afros *(A Tarde*, p. 10, 5 fev. 1981).

*

> Começa hoje a fase eliminatória do Festival do Ilê Aiyê [...] e para tanto foi escolhido um júri integrado de personalidades perfeitamente entrosadas com o movimento negro, que pouco a pouco vem assumindo uma posição de destaque no cenário artístico [...] (*A Tarde*, p. 6, 7 fev. 1981).

Em sua edição especial de Quarta-feira de Cinzas, seis carnavais depois do estranhamento com o ineditismo do Ilê Aiyê, o jornal publica:

> *Grupos afros foram o destaque no Carnaval*
>
> Os blocos 'afro' estão ganhando espaços cada vez maiores no Carnaval baiano, diminuindo o número de blocos de índios e fazendo com que a década de 80 pertença a esta categoria, o que está sendo considerado um reflexo da abertura[9]. As ruas passaram a se encher de negros de trancinhas no cabelo, conchas, pedrinhas e roupas coloridas, e os dirigentes buscam identidades maiores entre os negros, chegando a viajar a locais como a Nigéria.
>
> O sucesso é total quando os blocos afro passam na avenida dançando ao som forte dos tambores, que fazem dançar as rainhas que levam em seus carros decorados.
>
> Vice-campeão no ano passado, o Ilê Aiyê poderia ser o grande campeão deste ano segundo opinião geral, caso não tivesse sido desclassificado logo no primeiro dia. Com mil participantes, ele foi fundado em 1974 e obteve o primeiro lugar nos anos de 77, 78 e 79, perdendo no ano passado para o Malê Debalê, do bairro de Itapuã. O Ilê Aiyê é formado por jovens do bairro do Curuzu (Liberdade) e, entre os blocos do gênero, é considerado um dos mais importantes na discussão sobre a maioria oprimida de negros [...] (*A Tarde*, p. 3, 4 mar. 1981).

9 Referência velada à abertura política do país, com a proximidade do fim da ditadura militar em 1985.

Na mesma lógica, *A Tarde* publica sua primeira reportagem significativa sobre a nova estética da comunidade:

> *Trança: o realce de beleza negra*
>
> Os baianos incorporaram as trancinhas ao seu estilo de vida e, cada vez mais, trançar o cabelo no modelo afro é o que significa estar por dentro dos assuntos referentes à negritude. Pessoas de todas as camadas - sociais e culturais - aderem aos penteados exóticos e práticos e, embora seja 'uma volta às raízes africanas', o penteado não é racista, vai bem em qualquer tipo de cabelo [...].
>
> Diz que não se trata de modismo, só penteia 'afro' aquela pessoa que assume sua negritude, pois sabe que a partir daí será olhada, admirada e até mesmo criticada. Por outro lado, o penteado se popularizou a partir do momento em que Gil, Luana, Zezé Mota e Moraes Moreira adotaram-no. A preocupação de Ana Meire, integrante do conjunto de dança da UFBA, é que fique apenas no modismo, pois durante anos o cabelo negro sempre foi chamado de 'cabelo ruim', daí a assimilação - cabelo alisado - para chegar mais perto do branco. Lamenta que sendo Salvador uma cidade de maioria negra, ainda é pouco o número de pessoas que adotaram o penteado afro (*A Tarde,* p. 1, 18 mar. 1981).

Durante o mês de maio o jornal publicou diversas matérias sobre os eventos comemorativos ao "dia da Abolição", como tradicionalmente sempre fez. Em julho daquele ano aconteceu em Salvador a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), à época um dos mais movimentados fóruns de debates políticos no Brasil ainda sob o regime militar. Um dos temas da reunião foi "A questão do negro". *A Tarde* tentou acompanhar os debates e,

de forma inédita, publicou uma das primeiras matérias de reivindicação política do movimento negro:

> *África do Sul é ponto de honra para negros*
>
> Os líderes do Movimento Negro Unificado que participaram da 33ª SBPC, patentearam, ontem, em entrevista à imprensa, uma exigência ao governo brasileiro: o Movimento Negro Unificado exige um rompimento de todas as relações brasileiras com a África do Sul, como condição indispensável para uma possível incrementação das relações culturais com os países africanos.
>
> O líder do MNU, Hamilton Cardoso, ressaltou entre outras coisas o fato de que 'o negro brasileiro está sendo utilizado como isca ou instrumento para um jogo comercial' (*A Tarde,* p. 6, 16 jul. 1981).

O então arcebispo primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brandão Vilela, dá entrevista em que comenta a ascendência negra na Bahia, em matéria intitulada "Cardeal vê excessos nas festas populares":

> [...] O fato de o IBGE declarar que 75% da cidade exprime a raça negra ou tem sangue negro revela que não se pode negar que a origem cristã do Brasil, como um todo, é evidente. E inumeráveis africanos se converteram ao cristianismo e se fizeram cristãos sinceros. É verdade também que aqueles grupos cultural e religiosamente conscientes do seu papel de liderança negra permaneceram fiéis às origens e trouxeram suas crenças incólumes ou mescladas até os nossos dias. Aqui, o preto africano passou a ter outro 'habitat', outros costumes e se encontrou com outros tipos de civilização. Passaram a ser brasileiros, e como tal devem ser reconhecidos. Se esquecermos esses aspectos do problema, corremos o perigo de pretendermos criar no Brasil

> uma colônia africana. Isso não nos interessa, embora reconheçamos justo que os pretos desejosos de pertencer aos traços culturais e religiosos de sua pátria de origem possam fazê-lo. Aqui na Bahia, e no Brasil, os homens de cor passaram a ter a cor de nosso Brasil, qualquer que seja a sua pigmentação étnica [...] (*A Tarde*, p. 1, 15 ago. 1981).

Pela primeira vez, também, através das páginas de *A Tarde*, os baianos tomam conhecimento da existência do 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra"[10]:

> Debate inicia Semana da consciência negra
>
> [...] ontem pela manhã, integrantes do MNU deram entrevista mostrando a importância da luta do negro 'contra a mesma sociedade que continua injusta e racista em relação aos negros'. Zumbi, para eles, é o maior marco contra a opressão e salientaram que depois dos 100 anos de luta dos Quilombos dos Palmares, os movimentos negros retomam o processo de luta. O MNU foi criado em 1978 e a partir daí os seus integrantes começaram a comemorar o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra [...] (*A Tarde,* 15 nov. 1981, p. 2).

Quase que por reflexo imediato, o jornal ocupa uma de suas páginas de reportagem para reagir, com um editorial[11] – a posição orientada do veículo, que revela embates internos – aqui transcrito pela proximidade com a matéria anterior:

> *Tentativa de racismo que não deve vingar*

10 A data veio sendo construída por setores da militância negra, a partir de Porto Alegre (RS), desde o final da década de 1970.

11 No período de tempo analisado, páginas pares, a 6 ou 8, era o espaço reservado pelo jornal à publicação de textos editorias.

A partir de um tempo não muito recuado, nasceu entre nós e vai procurando expandir-se, um chamado movimento de 'consciência negra', que objetiva congregar o segmento da população pertencente a essa categoria racial, em torno de reivindicações de natureza social, econômica e política.

Restrições não haveria a fazer, se o referido movimento se destinasse a aprofundar estudos sobre a participação do negro na formação étnica, econômica e cultural do país, e, concomitantemente, a procurar atenuar ou eliminar possíveis obstáculos a uma melhor interação entre os vários componentes étnicos da nossa sociedade.

Esforços dirigidos nesse sentido têm sido vigorosos e insistentemente empreendidos pela mais expressiva ala da intelectualidade brasileira, estudiosos das ciências sociais e ficcionistas empenhados em retratar e explicar o amálgama racial que vai plasmando a gente brasileira, de modo a tornar inconsistentes os preconceitos de superioridade ou inferioridade que possam eventualmente adoecer alguns setores da comunidade nacional.

O movimento da 'consciência negra', porém, envereda por outros caminhos e persegue outros objetivos. Começa que nem sempre as opiniões emitidas sobre a questão transformada em ação reivindicatória, fundamentam-se em estudos precedidos com a seriedade devida. Ao contrário, em diversos casos, confunde-se, propositadamente ou não, por inocência ou má fé, o que é autêntico e o que é artificial, o que é tradição e o que é inovação, em termos de cultura negra.

Pior, todavia, ocorre no que diz respeito às intenções claramente manifestadas pelos propugnadores de tal movimento. O que eles pretendem não é integração social, mas a dissociação social, por meio da criação de uma força capaz de exercitar um exacerbado antagonismo sócio-político, a serviço óbvio de ideologias extremadas.

Em outras palavras, pretende-se criar entre nós, artificialmente, o clima de hostilidade racial que, em outros países

resultou, de modo natural, da distância quase intransponível que os grupos étnicos guardam entre si, durante o período de colonização.

No Brasil, a virtude portuguesa da miscibilidade, proclamada por Gilberto Freyre na obra pioneira que foi 'Casa Grande e Senzala', criou um tipo de sociedade miscigenada, ainda em curso e em ritmo cada vez mais acelerado, e que tem sido um dos nossos mais justificados orgulhos. Porque somos, indiscutivelmente, um dos raros países onde tem sido possível essa convivência pacífica e fecunda.

Pois é contra esse patrimônio étnico-cultural que investe o chamado movimento de 'consciência negra'.

Note-se que, pretendendo criar um compartimento negro, fechado e antagônico ao que seria, necessariamente, o compartimento branco, o movimento mais do que desconhece, hostiliza e tenta marginalizar justamente a parte mais densa da população brasileira, aquela resultante da mestiçagem. Somos uma terra de mulatos e morenos, e seria ridículo supor que toda essa vasta população predominante fosse aceitar passivamente a marginalização.

Nação de mestiços - e não apenas de mestiços nascidos de brancos, índios e pretos, mas de descendente de outras raças tidas como antimiscíveis, como a japonesa - não podemos, sobre pena de atentarmos contra a nossa própria nacionalidade, criar obstáculos ao processo de interação racial que prossegue nos dias de hoje e que continuará pelos tempos adiante.

Em vez de quistos raciais, portanto, o que cabe é envidar esforços para eliminar os focos residuais discriminatórios que efetivamente existem. E que são, como tem sido fartamente provado pelos estudiosos do assunto, menos de natureza racial do que econômica. Vale dizer que, necessário é promover a melhoria de condições de vida das camadas menos favorecidas da população brasileira, qualquer que seja a cor de sua pele. Para que se pratique a justiça social.

E, por último, uma advertência. Existe no Brasil uma lei, denominada Afonso Arinos, que pune a discriminação racial. Embora em princípio destinada a coibir manifestações antinacionais de racismo, feitas por elementos brancos, ela existe para ser aplicada, com o mesmo vigor, contra os que tentam implantar entre nós o esdrúxulo racismo negro.

(*A Tarde,* p. 3, 23 nov. 1981).

1982

Nigeriana identifica um primo em Salvador

O negro brasileiro necessita de melhores oportunidades em todos os aspectos, eles [sic] deveriam ter maior participação na sociedade atual. É a opinião da nigeriana Angélica Yewande Oyediram, irmã do Ministro das Finanças da Nigéria, Adenola Thomas, que se encontra no Brasil desde o último dia 15 de fevereiro [...].

[...] Em termos de discriminação racial, ela diz que em todos os locais do país que visitou não viu nada que pudesse chocá-la à primeira vista, mas admitiu que ao analisar as oportunidades que são oferecidas ao negro em termos de trabalho, na vida política e social, o racismo se torna evidente [...] (*A Tarde,* p. 3, out. 1982).

Gil diz quem é o seu candidato ao governo

[...] Ao justificar o seu voto disse ser 'contra o excesso de autoritarismo nas decisões de cúpula' e aproveitou para lembrar a necessidade urgente do negro vir a participar mais efetivamente da riqueza nacional.

Em sua opinião, 'nenhum movimento vai resolver o problema do negro no Brasil, cuja emancipação é tarefa que abrange toda a sociedade'. Considerou que 'a democracia racial na Bahia é compulsória [...]', defendeu uma maior mobilidade social para as comunidades negras, notadamente na Bahia, onde são numerosas para que um número cada vez

> maior de negros passe a viver bem [...] (*A Tarde*, p. 3, 15 maio 1982).

No caderno Turismo, com a chamada "Turismo exportação", o jornal publica matéria sob o título "A Bahia dos encantos e feitiços", na qual está o seguinte trecho:

> [...] A Bahiatursa, fiel a toda esta força atrativa do estado [...], vem divulgar um amplo material de promoção da Bahia para o mundo, escrito em português e inglês e fartamente ilustrado. Começa por enumerar uma série de definições da 'Bahia cidade', que reúne o maior patrimônio arquitetônico colonial da América Latina, primeira capital do Brasil, herança africana, legada pelos negros escravos, que até hoje se conserva viva na sua culinária, na dança, na capoeira, nos candomblés e na própria vida cotidiana. Também é a cidade do eterno verão, do colorido exuberante, de constante convite ao lazer de inúmeras festas populares (*A Tarde*, p. 3, 25 jul. 1982, Turismo).

1983

Neste ano, a cobertura jornalística que mais chamou atenção foi a da II Conferência Mundial dos Orixás, realizada em julho em Salvador. Além das matérias com relativo destaque, *A Tarde* publicou artigos de colaboradores diversos, crônicas e editoriais. Os artigos opinativos ficaram na ambiguidade: parabenizavam os participantes, ressaltavam a importância "cultural" do candomblé, mas rejeitavam qualquer tentativa de questionamento do sincretismo religioso vigente no Brasil.

Duas outras matérias chamaram atenção:

> *Ministro vê mais negro na Bahia que em Angola*

> – Salvador é igual a Angola. Tenho a impressão que estou em casa. Aqui tem mais negros do que lá.
>
> A declaração é do ministro do Plano e do Comércio Exterior de Angola, Lopo Nascimento, que está em visita oficial ao Brasil. [...] Nunca pensou que aqui em Salvador tivesse tantos pretos e gostou especialmente da maneira como essa cultura afro-brasileira está sendo respeitada.
>
> – Vocês estão guardando o que nós, angolanos, estamos perdendo - afirmou [...] (*A Tarde*, p. 3, 10 abr. 1983).
>
> *
>
> *Princesa inicia roteiro na cidade*
>
> A princesa D. Isabel de Orleans e Bragança, condessa de Paris, chegou ontem a Salvador para lançar seu livro 'De todo meu coração', um dos best-sellers da Europa no ano passado [...].
>
> Reconhecimento - Um fato significativo ocorrido na chegada da condessa de Paris foi ter uma baiana de acarajé sabido ser ela neta da princesa Isabel e ter ido beijar suas mãos. A condessa a recebeu com um beijo, dizendo que sentia a mesma emoção que deve ter sentido sua avó quando era aclamada pelos pobres e ex-escravos: 'Só aqui na Bahia receberia um gesto desses', disse alegre [...] (*A Tarde*, p. 3, 9 out. 1983).

A matéria é ilustrada com uma foto onde aparece a princesa Isabel e a negra do acarajé. Legenda da foto: "O gesto da jovem comoveu a princesa Isabel de Orleans".

1984

No início do ano, o destaque de cobertura são os festejos em comemoração ao aniversário de Mãe Menininha do Gantois, que completou 90 anos de idade a 10 de fevereiro. Uma

missa em seu louvor foi realizada no Mosteiro de São Bento, em Salvador. A propósito, escreveu o arcebispo primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, em sua coluna dominical:

> [...] Há ou não há incompatibilidade entre a prática do candomblé e a Igreja Católica? - Não vamos aqui entrar em discussão sobre esta matéria.
>
> Façamos uma distinção entre a pessoa – Maria Escolástica da Conceição Nazaré (Mãe Menininha) – e a doutrina do candomblé.
>
> E do ponto de vista da Igreja, bem se pode fazer essa concessão, porque a tão decantada Maria Escolástica nasceu no dia de Santa Escolástica (não lhe veio daí o nome de batismo?) e sempre se declarou católica em todas as oportunidades.
>
> Por mais que alguns de seus adeptos fervorosos mantenham distância e preconceitos com a Igreja, a 'Mãe Menininha' sempre se referiu com respeito e gratidão para com a religião católica e seus ministros (*A Tarde*, p. 2, 12 fev. 1984).

1985

O jornal manteve, o quanto pôde, discrição em relação ao debate político mais polêmico desse ano na cidade de Salvador, que foi a polarização discursiva entre as candidaturas do negro Edvaldo Brito (PTB), de um lado, e do judeu Mário Kertész (PMDB), de outro, à Prefeitura da capital baiana. Enquanto a *Tribuna da Bahia* e outros veículos se engajaram abertamente em prol da campanha kertista, enfim vitoriosa, *A Tarde* manteve uma postura equidistante. Não publicou editorial condenando diretamente o voto racial, para o qual Brito lançou o seu apelo. Mas não deixou de reforçar sua postura de suspeição a esse tipo de debate, ao negar-lhe eco.

Brito continuou sendo tratado não como um "negro político" reivindicando a preferência do eleitorado majoritariamente negro de Salvador, mas simplesmente como o renomado "professor" de Direito que era:

> *Sociedade lembra Dia da Abolição*
>
> Com uma palestra do professor Edvaldo Brito sobre 'O Negro na Constituinte', encerram-se ontem as festividades promovidas pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, como parte da Semana da Abolição. No domingo, às 9 horas, houve uma missa de ação de graças, na sede da entidade, localizada no Cruzeiro de São Francisco, seguida de uma palestra do professor Antônio Vieira a respeito de 'A África contemporânea e a sua relação com o resto do mundo' [...] (*A Tarde*, p. 3, 14 maio 1985).

1986

O ano iniciou com um sucesso musical do intérprete e compositor Luiz Caldas, em todo o Brasil, cuja letra foi repudiada por setores do movimento negro baiano. Em sua coluna de "tópicos", *A Tarde* comentou:

> *Fricotes*
>
> Alguns membros do movimento negro constituíram advogados para tentar processar Luiz Caldas por sua música 'Fricote'[12], cuja letra estaria eivada de racismo, embora seja alegremente cantada pela grande maioria do povo de Salvador, sabidamente negro em boa parte.

12 FRICOTE. Intérprete: Luiz Caldas. Compositores: Luiz Caldas e Paulinho Camafeu. *In*: MAGIA. Intérprete: Luiz Caldas: Selo Nova República/Polygram, Brasil, 1985. 1 Vinil, faixa B1.

Ora, senhores, deixem de fricotes!

(*A Tarde*, p. 2, 26 jan. 1986, coluna Tempo presente)[13].

No Brasil, 1986 foi um ano eleitoral para escolha de governadores dos estados, senadores e deputados federais e estaduais. Na coluna reservada a tópicos de política, o jornal publica:

Comunidade negra

A preocupação com a construção de um governo democrático, que discuta a questão do negro, sua cultura e situação socioeconômica, foi apresentada ontem a Waldir Pires, por representantes do movimento negro baiano, num encontro em que manifestaram também seu apoio ao candidato do PMDB à sucessão estadual. João Jorge dos Santos Rodrigues, do Conselho das Entidades Negras, Kátia de Melo Silva, do Grupo Cultural Olodum e Manoel Almeida, do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, pretendem integrar-se à campanha de Waldir Pires e deverão instalar, brevemente, um comitê afro, no bairro da Liberdade. Mostrando-se sensível aos problemas da comunidade negra, Waldir Pires concitou os líderes não apenas a participar da campanha, mas também da tarefa de pensar e realizar um governo democrático (*A Tarde*, 4 jun. 1986).

13 A letra de "Fricote" (autoria de Luiz Caldas e Paulinho Camafeu, negro) é a seguinte: "Nêga do cabelo duro/ que não gosta de pentear/ quando passa na Baixa do Tubo/ o negão começa a gritar:/ pega ela aí - pra que?/ pra passar batom /que cor? – violeta/ na boca e na buchecha;/ pega ela aí - pra que?/ pra passar batom/ que cor? – de cor azul/ na boca e na porta do céu". Evidentemente que as palavras *buchecha* e céu eram substituídas, por populares que cantarolavam a música, por palavras obscenas que melhor rimam com as palavras violeta e azul. A Baixa do Tubo, mencionada na letra, é uma comunidade favelada, por óbvio de maioria negra, na periferia de Salvador.

Morre Menininha do Gantois (13 de agosto). O jornal abre matérias e artigos sobre a "maior ialorixá do Brasil" (*A Tarde*, 14 a 22 ago. 1986).

Ano seguinte, 1987, o espaço do jornal continua em progressão na cobertura de assuntos relacionados à comunidade negra, principalmente no que tange às manifestações artístico-culturais.

1988

Conforme trabalhos acadêmicos anteriores[14], esse foi um ano "atípico" na cobertura jornalística pautada nas relações raciais no Brasil, vez que se lembrava o centenário da Abolição da escravatura. Jornais de todo o país acompanharam as atividades governamentais e da militância negra sobre o assunto. Com *A Tarde* não seria diferente: foi, entre todo o período pesquisado, o ano em que mais publicou notícias sobre o negro. A pauta prioritária, entretanto, continuou sendo a cobertura de temas relativos a eventos culturais.

O conteúdo político no ano de centenário da Lei Áurea na Bahia foi dado por dois fatos: a contestação feita por amplos setores do movimento negro organizado contra as "comemorações" oficiais da data organizadas pelo Ministério da Cultura[15], e a tentativa feita por Gilberto Gil de candidatar-se

14 A propósito, conferir Ricardo Alexino Ferreira na dissertação *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil* (1993), e Edson Lopes Cardoso na obra *Bruxas, Espíritos e outros Bichos* (1992).

15 Deve-se ressaltar que o heterogêneo Movimento Negro na Bahia se dividiu durante o Centenário da Abolição. Setores mais identificados com o projeto de comemorações gestado por Carlos Moura, no Ministério da Cultura do presidente da República José Sarney, não aderiram de pronto aos protestos organizados pelo movimento "100 Anos sem Abolição", que além da

a prefeito de Salvador. *A Tarde* nada publicou sobre a passeata "Cem anos sem Abolição" realizada no centro de Salvador no 12 de maio, reunindo milhares de manifestantes.

Uma retrospectiva de alguns dos títulos de suas reportagens em maio de 1988 oferece uma ideia do "tom" da cobertura adotado pelo jornal sobre o assunto:

- "Casa do Benin reúne a cultura de dois países" (*A Tarde,* p. 3, 7 de maio de 1988);
- "Entidades comemorarão a Abolição da Escravatura" (*A Tarde,* p. 3, 8 de maio de 1988);
- "Escravatura será tema de palestra" (*A Tarde*, p. 3, 8 de maio de 1988);
- "Em exposição a presença do negro no cartão postal" (*A Tarde,* p. 5, 11 de maio de 1988, Caderno 2);
- "Brancos e negros fizeram a abolição" (*A Tarde*, p. 1, 12 de maio de 1988, Caderno 2);
- "Professor critica grupos que negam o 13 de maio" (*A Tarde,* p. 3, 12 de maio de 1988);
- "Congresso presta sua homenagem à Abolição" (*A Tarde*, p. 10, 13 de maio de 1988);
- "Arte africana debatida em conferência na Bahia" (*A Tarde*, p. 3, 25 de maio de 1988).

A Tarde concedeu publicar, quase um mês antes, a única matéria sobre a organização de ato público de protesto do

---

Associação de Moradores do Calabar, Os Negões, MNU e o Niger Okan, juntava 14 outras entidades. Se aliaram ao governo federal e à Secretaria de Cultura do Estado (que tinha como titular o poeta José Carlos Capinam): o Grupo Olodum, o Ilê Aiyê etc. A esse tempo, dirigentes do Olodum e de outras entidades ocupavam cargos de segundo escalão na Prefeitura de Mário Kertész. Esses blocos afros somente aderiram aos protestos quando o movimento *"100 anos Sem Abolição"* adquiriu repercussão irreversível, se espalhando pelo país. Cf. folheto *100 anos sem Abolição*!, 12 maio 1988.

movimento negro, a ocorrer no centro de Salvador dali a 4 semanas:

> *Cem anos sem abolição quer apoio da SEEB*
>
> Representantes dos diversos grupos afro-brasileiros que participam da organização da passeata dos '100 anos sem Abolição' estiveram reunidos com a coordenadora de 2º grau na Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEEB), Terezinha Fróes. Eles foram pedir apoio para a programação que antecede ao 13 de maio, data não aceita pelo movimento negro como da 'Abolição da Escravatura'. A passeata dos '100 anos sem Abolição' ocorrerá no dia 12 de maio, a partir das 16 horas, saindo do Campo Grande até a praça municipal.
>
> Os organizadores da passeata querem promover debates nas escolas da rede estadual de ensino do segundo grau, trazendo pesquisadores e militantes do movimento negro da Bahia e outros estados. O ponto central da discussão será a discriminação racial que os integrantes do movimento negro afirmam não ter acabado com o 13 de maio [...].
>
> A Associação de moradores do Calabar, o Niger Okan e o grupo cultural Os Negões, estão à frente da organização da passeata [...] (*A Tarde*, p. 3, 10 abr. 1988).

Na edição de 13 de maio o editorial que encimava a página de opinião – cujos trechos transcrevemos adiante – deixa, mais uma vez, explícita a posição de *A Tarde* contra os protestos do movimento negro. Além disso, publicou uma extensa matéria transcrevendo depoimentos de 12 entrevistados pela reportagem no jornal. Foram ouvidos: o secretário de Transportes Urbanos de Salvador, Horácio Brasil, a artista plástica Goya Lopes, o juiz de Direito Lourival Ferreira, a delegada Iracema de Jesus, o jornalista Luiz Augusto dos

Santos, o jogador do Esporte Clube Bahia Ademir Chagas, o "Bigu", o escritor e coordenador do Instituto de Cegos, João de Deus, a professora da UFBA e artista plástica Yêdamaria, o monsenhor Gaspar Sadoc, o médico psiquiatra George Alakija, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Adhemar Bento Gonçalves, e o soldado PM Juarez Borges Silva:

> *A pergunta é: Existem ou não vestígios de discriminação na Bahia?*
>
> 'O importante é que haja integração'. A frase não foi pronunciada por nenhum intelectual que estuda com profundidade a discriminação racial, tão explorada no centenário da Lei Áurea. Pelo contrário, o seu autor, o soldado da Polícia Militar, Juarez Borges Silva, não teve oportunidade de mergulhar no infinito mundo das letras e do conhecimento. No entanto, como aluno da escola da vida, aprendeu bastante. 'Acho que sei trabalhar bem com relações humanas', afirmou o soldado, sem falsa modéstia. Discriminação? 'Nunca, exerço minha função tranquilamente'.
>
> Negro, Juarez Borges jamais sentiu, conforme contou, a estupidez da discriminação racial. Este rótulo que, aos poucos, está encontrando a estrada final, na Bahia, foi o tema de depoimentos de negros mais e menos importantes, conhecidos e desconhecidos, dentro da sociedade. Alguns deles, como a professora da Universidade Federal da Bahia, Yeda Maria, não hesitaram em afirmar: 'Sofro discriminação. Dizer que a discriminação racial não existe é tentar esconder o sol com a peneira'. Na Bahia, porém, os negros vêm ocupando espaços e muitos deles, como o soldado Juarez, não sabem o que é ser discriminado. A professora Yeda Maria reconheceu, no entanto, que o nível da discriminação está diminuindo, principalmente de uns 30 anos para cá [...] (*A Tarde*, p.2 e 5, 13 de maio de 1988).

Esse será o tom da reportagem. Excetuando Yêdamaria, todos os demais reconhecerá a existência da discriminação racial como um subproduto da história prestes a desaparecer, a partir das qualidades pessoais e funções profissionais dos negros. Todos dirão não sofrer discriminação. O soldado Juarez será a referência. Dias depois, na escondida página de despachos de municípios do Interior da Bahia, o leitor de *A Tarde* ficou sabendo da versão da militância negra sobre o Centenário:

> *Movimento negro não aceitou comemorações*
>
> Juazeiro (Da Sucursal) - O Movimento Negro Unificado-MNU, em Juazeiro, seguindo determinação em nível nacional, também calou-se durante todo o dia 13 de maio, data em que se completou 100 anos da abolição da escravatura no Brasil [...]. Toda a imprensa juazeirense procurou o Movimento Negro Unificado para participar dos noticiários locais, principalmente das emissoras de rádio.
>
> [...] A resposta dos seus membros foi negativa, alegando eles que 'o 13 de maio não é um dia de comemoração da libertação dos escravos no Brasil' [...] (*A Tarde*, p. 14, suplemento Interior, 17 de maio de 1988).

A pretensão de Gilberto Gil concorrer à Prefeitura da capital baiana no ano do centenário da abolição do trabalho escravo foi apenas uma ameaça: não se concretizou[16]. Nas

16 Depois de ver boicotada sua candidatura a prefeito, Gil conformou-se em concorrer à vereança. Entrevistei o então vereador Gilberto Gil, em maio de 1989, em seu gabinete, para uma matéria freelancer que pretendia ver publicada, sem êxito, em *A Tarde*. Nela, respondendo à pergunta *"Já que Mário Kertész detinha cerca de 70% dos votos da convenção, se ele quisesse não faria de você o candidato do grupo de qualquer forma?"*, Gil declarou: "Acho, sim, que ele poderia ter feito de qualquer forma. Se ele quisesse. O que eu não

edições do jornal não se encontra um veto explícito à candidatura, mas é certo que a direção de Redação agiu nos bastidores contra Gil, embora nos textos publicados haja apenas insinuações e repercussões de outros opositores à postulação do compositor tornar-se prefeito de Salvador. Um dos políticos que assim se manifestaram foi o então governador Waldir Pires (PMDB). Em 17 de agosto de 1988, o programa "Chico Anysio Show", da Rede Globo de Televisão, que tinha num dos quadros a personagem Zelberto Zel – caricatura de Gilberto Gil –, levou ao ar uma entrevista do cantor criticando Waldir Pires. O governador obteve direito de resposta, que *A Tarde* divulgou em sua página de política:

> *Para Waldir, Gil deveria ser político libertário*
>
> O governador Waldir Pires garantiu, ontem, na gravação do programa 'Chico Anysio Show', que vai ao ar na quarta-feira, que votará no compositor Gilberto Gil para vereador[17], informando que já disse isso pessoalmente ao candidato [...]. Ele considera muito importante que um poeta como Gil assuma a candidatura a vereador, observando que a política não se faz sem poesia e sem sonhos [...].
>
> O humorista procurou saber do governador se Gil não representava a mudança, ao que Waldir observou que o cantor tem a cara da mudança, 'uma poesia libertária que

acho é que, levando em consideração as necessárias ponderações que um político deve ter... eu não acredito que ele pudesse. Em política, necessariamente, querer não é poder. É daí que o veto dele acabou sendo um veto explícito [...]. O que me interessava comentar era: quais fatores teriam levado Mário ao veto explícito, e aí foi que eu levantei a questão do veto implícito do [governador] Waldir Pires e outras áreas do partido. A minha argumentação era essa: tivesse Mário as condições de apoio para me fazer candidato, eu teria podido me fazer candidato".

17 A vereador... bem entendido...

> precisava se transformar também numa política libertária' [...]. Ressaltou, entretanto, ser difícil para a população entender a posição política de Gilberto Gil, 'como a ambiguidade com essa coisa do passado, dos cinco anos para o Sarney[18], da convivência com essa gente do Centrão. Isso, para a Bahia, ficou difícil de entender, como também não ter uma posição expressa em relação à retaliação que sofre a Bahia porque quer mudança'.
>
> [...] A gravação começou às 14h30 e foi aberta com as explicações de Chico Anysio de que o governador da Bahia ali estava para explicar como ocorreu a convenção do PMDB e o veto a Gilberto Gil. Waldir responsabilizou a convenção cartorial pelo veto e rebateu as acusações de racismo feitas por Gil no programa da semana passada, afirmando que se assim procedesse estaria negando toda a sua vida, pois sempre lutou por essas coisas elementares da humanidade (*A Tarde*, 24 ago. 1988, p. 1).

A Tarde jamais publicou a versão de Gil para o veto que sofreu. Em verdade, Gil teve seu nome vetado como fruto de negociação entre o então prefeito da capital, Mário Kertész, e o empresário de comunicação Pedro Irujo, dono de importantes emissoras de TV e rádios, além de futuramente um jornal diário. Juntos, Kertész e Irujo, de nacionalidade basca, detinham mais de 80% dos votos dos delegados à convenção do PMDB para a escolha do candidato a prefeito do partido.

Em entrevista para a pesquisa que resultou no presente ensaio, seis anos depois em São Paulo, em setembro de 1994,

18 Tentava-se, à época, estender por mais um ano o mandato de José Sarney, do PDS (depois PFL). Este exercia a Presidência da República, em mandato de transição da ditadura militar para a democracia, depois da eleição, pelo Congresso Nacional, de Tancredo Neves (morto antes de assumir), de quem Sarney era vice na chapa apresentada ao colégio eleitoral formado por deputados federais e senadores.

abandonada a breve carreira político-eleitoral, Gilberto Gil assim se referiu àqueles episódios:

> *Entrevistador – Você falou em momentos que jornais, como A Tarde, revelam, digamos, sua face preconceituosa...*
>
> Gilberto Gil – Bastante racista e preconceituosa.
>
> *Entrevistador – Um desses momentos teria sido quando se ensaiou o lançamento de sua candidatura para prefeito de Salvador?*
>
> Gilberto Gil – Sim. Embora, se você for examinar o texto da época, as manchetes, a visão... se você for ver o texto, você não vai encontrar lá nenhuma menção específica, nenhum tom nitidamente racista. Agora, evidente que o posicionamento geral era contra, evidentemente contra a minha postulação, quer dizer, absolutamente desestimulante em relação às elites baianas, desestimulante da hipótese de que elas viessem a admitir meu nome. O trabalho de desestímulo que foi feito contra a minha postulação etc., é evidente. Eu até na época cheguei a referir. Até mesmo em relação a Waldir Pires. Eu cheguei a me referir a uma espécie de racismo quase inconsciente, talvez... É um impulso mesmo inercial, por inércia, por hábito na sociedade, por compromissos históricos, ideológicos das elites dirigentes. Principalmente numa cidade como Salvador, no estado como a Bahia. Ali, aquilo ali, na hora o sujeito nem pensa que está exercendo racismo, mas no fundo está. No jeito de discriminar, no jeito de dizer: 'Não, você não pode, você não dá, nós não podemos, você não está preparado'. Coisas desse tipo.
>
> *Entrevistador – Tem algum texto de jornal àquela época, que você relembre, em que o posicionamento era contra a sua candidatura?*
>
> Gilberto Gil – Aqueles painéis, aquelas notinhas de pequenos tópicos. Aquilo era o tempo todo: fazendo piada, assim, jogando...

Entrevistador – Se referindo ao fato de você...

Gilberto Gil – ... de ser artista, de usar brinco, de não estar preparado, ser folclórico, enfim, usando o 'Zelberto Zel', que o Chico Anysio colocou na televisão... Aquilo tinha duas faces: aquilo podia ser visto como uma homenagem...

Entrevistador – uma homenagem entre aspas...

Gil – ..., mas, evidentemente, tinha aspectos absolutamente demeritórios, de relação pejorativa em relação à minha imagem: era folclorização, a coisa da 'carnavalização' que [a personagem criada por Chico Anysio] usava, o discurso beletrista, sabe? Baiano...

Entrevistador – Verborrágico...

Gilberto Gil – Verborrágico... Tudo aquilo tinha, evidentemente, um aspecto de retrato de um modo, de uma natureza baiana e artística à qual eu pertencia; mas, sem dúvida alguma, tinha uma crítica realmente ácida e corrosiva que tentava minar [a candidatura]. Às vezes eu até cheguei, disse à imprensa, à época. O Chico até não concordava com isso que eu dizia. Não sei até que ponto ele tinha intenção ou consciência, mas eu achava isso. E na imprensa da Bahia, ali em geral isso era constante, era diário, era voz-corrente, era um modo mesmo de tratar!

***

O diretor redator-chefe de *A Tarde*, Jorge Calmon[19], ao analisar não apenas a postulação de Gil, mas circunstâncias

19 De família tradicional, centenária, ligada à política e ao capital agrário da Bahia, Jorge Calmon por mais de quatro décadas, até o começo dos anos 2000, foi uma das mais influentes personalidades no estado, posto que mandatário – por autorização da principal acionista e herdeira – do mais influente órgão de imprensa da região Nordeste do Brasil. Seu irmão, historiador Pedro Calmon, foi o primeiro reitor da pioneira Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

das candidaturas negras à Prefeitura de Salvador, declarou em entrevista a este autor o que se segue:

> *Entrevistador – Em 1985, quando Edvaldo Brito se lançou candidato apelando para o voto negro, e em outros momentos, A Tarde se posiciona claramente contra esse voto racial. Candidatos que se lançam com esse apelo não têm chance para o jornal?*
>
> Jorge Calmon – Ah, eu acho. Claro! Porque exatamente o nosso propósito, a nossa meta, deve ser anular as barreiras, não facilitar a existência de preconceitos, de coisas outras. Achamos que o tratamento que é dado aos brancos deve ser dado aos negros. Não tem sentido que o negro segregue. Ele está se discriminando, entendeu? O voto racial é uma maneira de discriminar o negro!
>
> *Entrevistador – De discriminar o negro?! Como assim?*
>
> Jorge Calmon – De o negro se auto discriminar. O que convida, então, os brancos a procurarem uma tentativa de defesa. E aí criou o atrito. Então, a nossa norma, a minha, pessoal, por exemplo, é desconhecer qualquer coisa que sirva de fronteira entre uma comunidade e outra, a comunidade negra e a comunidade branca. Esse negócio de movimento de negritude, eu acho isso uma coisa perigosa, no sentido de que convida à segregação. Eu acho que cabe o estudo da cultura negra, das origens, tudo, cabe tudo! Na parte científica, tudo bem. Agora, na parte política, na parte prática, é um perigo. Quer dizer, prejudica o próprio negro.
>
> *Entrevistador – Por que?*
>
> Jorge Calmon – O negro precisa de promoção econômica. E eu acho que a discriminação é mais econômica do que outra coisa.
>
> *Entrevistador – E essa promoção, não se dá na luta política, mais do que de outras formas?*
>
> Jorge Calmon – Dá-se pela educação, dá-se pela educação, dá-se pela educação.

Entrevistador – E isso, como é? Pela educação, de que forma?

Jorge Calmon – Pela educação, pela formação da pessoa. Transformação em ser humano, a gente se transforma em ser humano. Os negros que tiveram condição de conhecimento, venceram! Edvaldo Brito é um caso desses [...]. João Leocádio é outro, e assim vai. Terêncio Luz, lembra-se dele?

Entrevistador – Não. Terêncio Luz?

Jorge Calmon – É um médico preto, negro. O pai de... um rapaz, Alauê, um velho tabelião que era boníssimo. Quer dizer, então, em condições favoráveis o negro se projeta e termina a discriminação. Você acha que há alguma discriminação em relação a Edvaldo Brito? Está com o presidente [da República] hoje, e depois embarca para os Estados Unidos. Frequenta todas as rodas e ninguém olha a cor dele[20].

Entrevistador – Mas, quando ele tentou disputar um naco de poder dentro da estrutura...

Jorge Calmon – Sim, ele foi derrotado. Essa autoria é difícil. Nenhum prefeito teve um apoio mais sentido do que ele em *A Tarde* [1978-1979]. Agora, acontece que ele não tem sorte na política, não sei por quê. Não é bom de voto. É o tal negócio...

Entrevistador – Apesar de todo talento...

---

20 Edvaldo Brito, nascido em 1937 em Muritiba, município do Recôncavo baiano, começou sua carreira pública fazendo política estudantil na Faculdade de Direito da UFBA. Foi presidente do diretório acadêmico no período da ditadura militar. Aliou-se ao diretor da faculdade, Orlando Gomes (que o tinha apadrinhado desde cedo), que apoiou o golpe. Ainda estudante de Direito, foi subsecretário da Saúde Pública do Estado (governo Juraci Magalhães) e secretário em exercício de Educação e Cultura (governo Luiz Viana Filho, 1967). À época, viajava aos EUA a convite do governo norte-americano, cujo consulado em Salvador sempre frequentou com desenvoltura. Com profícua carreira especializada em Direito Tributário, aliada à docência que nunca abandonou, depois de ser prefeito nomeado (1978-1979) e vice-prefeito eleito de Salvador (2009-2012), elegeu-se vereador da capital, função que cumpria em mandatos sucessivos até o final da legislatura de 2024.

Jorge Calmon – Pois é [...]. É o caso de Edvaldo. Tinha todas as condições, mas a sorte não o ajuda na eleição.

Entrevistador – E outro caso, o de Gilberto Gil? O jornal, na ocasião que ele se pré-candidato a prefeito...

Jorge Calmon – Mas não podia!

Entrevistador – ... a postura do jornal A Tarde foi de combate à candidatura dele?

Jorge Calmon – Claro! Não apoiei porque não tinha condições. Se fosse Edvaldo Brito, tá certo. Mas nós sabíamos que ele [Gil] não tem condições para ser administrador, prefeito. O que o Mário Kertész queria era um instrumento na Prefeitura que ele pudesse manobrar. O Gilberto Gil estaria ausente toda a vida, e o Mário Kertész mandando.

Entrevistador – No caso de Gil, então, a posição de A Tarde de combate a candidatura dele se deu por ele ser parte da estratégia de Kertész?

Jorge Calmon – Sim, e pela falta de competência dele. É um rapaz inteligente e tal, mas não que ele pudesse largar a carreira artística. E realmente não largou. Ele foi vereador e não exerceu o mandato, não foi? O motivo sobre ele foi esse.

Entrevistador – Gil já declarou que se sentiu discriminado pelo jornal, naquela ocasião, por causa da cor.

Jorge Calmon – Demagogia dele [...]. De forma que não... Porque sabíamos, eu sabia, e inclusive mandei um recado a Mário Kertész. Por isso é que ele [Kertész] foi à televisão [atacar *A Tarde* e Jorge Calmon], aquela coisa. Mandei um recado através de Samuel Celestino [por anos colunista e editor de Política de *A Tarde*] dizendo que nós não

poderíamos aceitar a candidatura de Gil, nem de Fernando José[21], porque realmente não tinha condições.

Entrevistador – Doutor Jorge, nos Estados Unidos Ronald Reagan foi governador do seu estado duas vezes, se candidatou à presidência e foi presidente do país também duas vezes. Por uma determinada análise, ele fez um bom governo nos Estados Unidos. Ronald Reagan, em tese, pela visão do senhor, não teria competência, não é mesmo? Porque ele era ator - de filmes medíocres, inclusive.

Jorge Calmon – Ele se promoveu como governador da Califórnia, fez um bom governo, por isso é que ele foi presidente.

Entrevistador – Mas antes de ser governador, era um ator de segunda linha.

Jorge Calmon – Mas tem talento[22].

1989

Entre junho e julho de 1989, integrantes de 13 entidades do movimento negro e popular de Salvador promoveram debate e recolheram assinaturas em prol de propostas a serem encaminhadas aos deputados estaduais, em face das discussões na Assembleia Legislativa constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição do Estado da Bahia pós-ditadura militar. Entre as propostas, uma dividiu a opinião pública e o próprio movimento negro. Os jornais, não somente *A Tarde*, foram unânimes em condená-la:

21 No referido pleito, o radialista Fernando José, apresentador de programas popularescos nas emissora de rádio e TV do empresário Pedro Irujo, com apoio deste e do então prefeito Mário Kertész, foi eleito prefeito.

22 Entrevista concedida por Jorge Calmon em 17 de abril de 1993.

Absurdo

> A propósito de lutar contra a discriminação racial, entidades ligadas à cultura negra no estado da Bahia apresentaram, ontem, à Constituinte Estadual, uma emenda popular que terminaria, caso os deputados resolvessem acatá-la, em constitucionalizar um autêntico apartheid na Bahia. A proposta, intitulada como Lei da Proporcionalidade, é uma cópia, até no nome, de lei semelhante aplicada nos Estados Unidos em situação diversa da nossa, e se resume na determinação de que as vagas dos cursos de graduação nas universidades públicas e nas empresas (indústria, comércio e serviços) deverão ser preenchidas, proporcionalmente, às características de cor e sexo da população, baseadas em dados do IBGE. Entre outras coisas, sequer explicam como será determinada a cor de uma pessoa e que testes terá que fazer para saber se é negra, branca, amarela ou vermelha... (*A Tarde*, 25 jul. 1989, coluna política, p. 7, "Além da Notícia").

"Racismo ao contrário" (*Jornal da Bahia*, 25 jul. 1989) e "Racismo às avessas" (*Jornal da Bahia*, 30-31 jul. 1989) foram os títulos que encimaram outras notas na imprensa sobre a proposta. O "bombardeio" da mídia à chamada Lei da Proporcionalidade foi tamanho que, no dia da apresentação das emendas do movimento negro à Assembleia Legislativa, em um plenário bastante agitado, o projeto que era unitário foi dividido em duas partes. Disso resultou o Capítulo XXIII, "Do Negro", na Constituição estadual, aprovada em outubro daquele mesmo ano.

As mesmas entidades que propuseram as emendas na constituinte baiana organizaram, de 7 a 10 de setembro em Salvador, o 9º Encontro de Negros do Norte-Nordeste, importante fórum regional de debates, que nessa versão teve como temário Central "O negro e as relações de poder: estado

e partidos políticos"[23]. Não deixa de ser significativa a reação de *A Tarde* ao comentar o evento em sua sessão de tópicos opinativos:

> *O nosso apartheid*
>
> Reúne-se até domingo próximo, no auditório do ICEIA, o 9º Encontro de Negros do Norte-Nordeste, cujo tema central é 'O negro e as relações de poder: estados e partidos políticos'.
>
> Berço maior da população negra no país, a Bahia é um exemplo de integração racial, não tendo tido receptividade os posicionamentos racistas que querem dividir irmãos, ignorando a própria origem da nacionalidade. Os ranços extremados não hão de lograr profundidade, porque repelidos pela consciência da maioria dos que integram a coletividade negra.
>
> Não há razão para que aqui se instale um 'apartheid' à moda baiana. Salvo idiossincrasias de um ou de outro brasileiro, desligado da realidade histórica, compomos um concerto em que não há lugar para discriminação racial, banida, aliás, pela legislação do país, através da Lei Afonso Arinos.
>
> A ascensão social do negro é um fato indiscutível malgrado tentativas de desconhecê-la, estas, sim, eivadas de sentimentos que procuram instalar o preconceito entre as raças.
>
> O encontro que se realiza no auditório do ICEIA, esta semana, pois, é uma oportunidade para que se confirme no País a inexistência de preconceito racial, solertemente explorado por facções que tentam em vão dividir a nacionalidade. Não temos, felizmente, clima para o 'apartheid' (*A Tarde*, 9 set. 1989).

23 Coordenaram o 9° Encontro de Negros do Norte-Nordeste representantes da Associação de Moradores do Calabar, do Olodum (João Jorge) e de Os Negões.

1990

A chegada dos anos de 1990 consolida na Bahia a emergência de um produto que conquistou a indústria cultural, e que passou para a mídia com o rótulo de "axé-music". Essa expressão – "axé-music" – entrou no vocabulário da imprensa a partir de 1990. O seu autor foi o jornalista Hagamenon Brito, um jovem mestiço claro que, entre 1989 e 1993, pontificou no jornalismo cultural da Bahia, a partir de espaços privilegiados que *A Tarde* lhe dera em suas edições. HB fazia o estilo típico da nova geração de repórteres de "cadernos 2": linguagem carregada de expressões em inglês, gírias de *clubs* e danceterias, necessidade de mostrar-se atualizado com o que acontece no circuito Tóquio-Paris-Londres-Nova York.

O que fez HB foi rotular, com a marca de uma suposta pós-modernidade linguística que juntava um termo yoruba próprio do Candomblé ("axé" = energia positiva, força vital) e um termo em inglês ("*music*"), todo o movimento cultural cuja origem foram as músicas feitas para os blocos afros (Ilê Aiyê, Muzenza, Olodum, Araketu etc). Escritas, em sua maioria, por compositores das favelas e bairros populares da periferia urbana.

Até a "sacada" de Hagamenon Brito, a mídia procurava um termo adequado para o fenômeno, só igualado, na Bahia, ao movimento Tropicália, de Caetano Veloso e Gilberto Gil. Os comunicadores denominavam essa nova "onda" rítmico-musical de "samba-reggae", "rebentão", ou até "fricote", termo que seria apropriado e reduzido a título de música de Luiz Caldas e Paulinho Camafeu, citada anteriormente.

Como prestador de serviços de gravadoras pertencentes à indústria fonográfica internacional, Hagamenon Brito – a

partir das páginas de *A Tarde* – colaborou para difundir exatamente a ideia de que aquilo que os inúmeros compositores e cantores locais faziam nos ensaios dos blocos carnavalescos era, de fato, *world music*. E cunhou o neologismo *axé music*.

Desde meados dos anos 1980, e então, o jornalista que melhor expressava a importância daquele movimento cultural da negritude baiana era Hamilton Vieira, militante de organizações como MNU e Grupo Adé-Dudu de Negros Homossexuais.

Hamilton Vieira foi contratado por *A Tarde* em 1985. Logo despontava no "Caderno 2", destinado à cobertura de atividades e eventos culturais. Foi ele quem primeiro publicou reportagens e artigos descritivos, aprofundados e exclusivos, de página inteira, sobre o Ilê Aiyê ou sobre a famosa Bênção do Terreiro - antiga movimentação que ocorria, desde a escravidão, às terças-feiras, a partir do final d*a tarde*, na Praça do Terreiro de Jesus e arredores, reunindo milhares de jovens e adultos, para bater papo, beber e fazer a organização do movimento negro baiano.

O jornal *A Tarde* assimilou com sagacidade a revolução cultural empreendida por aquele movimento e, dentre toda a imprensa local, foi o que proporcionou melhor cobertura do assunto. Seja porque tinha alguns dos melhores jornalistas especialistas na compreensão do fenômeno - caso de Hamilton Vieira, profundo conhecedor dos bastidores das organizações negras no estado, já que integrante de algumas delas –, seja porque a concorrência dispunha de recursos ainda tímidos, a exemplo de quantidade de páginas por edição etc. O "Caderno 2" de *A Tarde* diariamente abriu-se para as atividades dos grupos de artistas da chamada "axé-

-music" e concedeu-lhes espaços realmente privilegiados desde a segunda metade da década de 1980.

A partir da entrada em circulação do caderno semanal "Lazer & Informação", aos domingos, o movimento afro-cultural ganhou novo reforço de cobertura. Por exemplo, "Capoeira" passou a ser uma coluna fixa no suplemento, assinada por um dos editores do caderno, Antônio Carlos Pacheco (o outro editor era o jornalista negro Alexandre Ferraz). Rara foi a edição, nos cinco primeiros anos de circulação do "Lazer & Informação", em que o movimento afro-cultural deixou de ser destacado.

Da mesma forma procedeu a pauta do suplemento tabloide *A Tarde Cultural,* de circulação aos sábados, editado pelo poeta Florisvaldo Matos, professor da Faculdade de Comunicação da UFBA. Este suplemento, entretanto, por sua especificidade, podia permitir uma maior reflexão crítica sobre os temas abordados – ele era dirigido a um público mais intelectualizado, digamos. Começou a circular no primeiro semestre de 1990.

"Bahia, terra da nobreza africana", é o título de uma das dezenas de matérias de capa do "Caderno 2" feitas por Hamilton Vieira. Nela pode-se verificar como *A Tarde* se dispõe a aceitar, ainda que parcimoniosamente, o fato de o estado ter uma forte presença negra. Mas, ali naquela matéria, como em inúmeras publicadas no jornal, o negro é sempre a figura que está incorporada se não harmoniosamente, ao menos sem ameaças ao conjunto da sociedade:

> Em Salvador vivem mais de uma dúzia de famílias negras que descendem da nobreza africana, quase na sua totalidade da Nigéria. Isso porque esse país foi um dos que mais

receberam negociantes de escravos, que mandavam levas de negros para a Bahia. Com o término da escravidão, muitos africanos retornaram à Nigéria. Hoje, alguns dos descendentes dos que voltaram à África ocupam cargos de mando junto ao governo nigeriano ou estão estabelecidos como prósperos negociantes.

Outro dado importante é que muitos dos que retornaram, ainda hoje mantém contatos com os parentes que ficaram na Bahia, trocam correspondência entre si e eventualmente fazem viagens de um país a outro para reiterar os laços de parentesco que os unem. Entre estas famílias estão a da famosa ialorixá Olga Francisca Régis - Olga do Alaketo - e a do médico psiquiatra George Alakija [...] (*A Tarde*, 7 ago. 1990, Caderno 2, p. 991).

***

Em entrevista para este trabalho, Hamilton Vieira assim se referiu ao seu papel dentro do jornal:

Entrevistador – Qual é o seu trabalho na redação de A Tarde, em termos da militância negra?

Hamilton Vieira – Eu conheço os meus limites. No meu trabalho no jornal procuro evidenciar os valores da raça negra, mas, no aspecto cultural; ou seja, manifestações artísticas. Nunca, em nenhum momento, nas minhas reportagens, fiz um trabalho com um cunho mais político, questionando a realidade do negro na Bahia e no Brasil de hoje. Nunca fiz nenhuma matéria, por exemplo, denunciando a matança de negros, aqui na Bahia, pela polícia.

Entrevistador – Por quê?

Hamilton Vieira – Porque eu conheço os meus limites, entende? Eu não sei se é um pouco de receio, mas eu acredito que essa matéria poderia ter alguma dificuldade de ser veiculada, a partir do momento em que essa matéria... seria

um trabalho mais aprofundado. Então, esse trabalho talvez não agradasse a muita gente. Eu nunca tentei.

Entrevistador – O que significa 'conhecer os limites', como você fala?

Hamilton Vieira – Conhecer os limites... que eu trabalho em um veículo que tem alguns valores que podem ser identificados como conservadores. Me parece que se eu colocasse questões de como o racismo se manifesta aqui no Brasil, *A Tarde* não tivesse nenhum interesse em veicular essa realidade. Então, eu crio a minha autocensura. Eu nunca fui censurado diretamente: eu crio minha autocensura[24].

Entrevistador – Na entrevista que fiz com doutor Jorge Calmon, ele cita você, dentre todos os demais repórteres negros da redação, como o único jornalista negro que teria uma consciência da problemática racial. Isso seria um elogio? Como você toma esse destaque que ele fez?

Hamilton Vieira – Eu tenho que fazer uma comparação. Sou de uma geração diferente desse pessoal que o doutor Jorge Calmon citou – Luzi, Pedro Souza e outros mais. São pessoas que estão na faixa dos 50 anos de idade. Quando eles começaram a trabalhar em jornal deveriam ser pessoas bem jovens, e era um período em que não se falava da questão racial. Eu comecei a viver na década de 70. Quando eu estava na adolescência, tive contato, participei do movimento negro, do qual ainda participo. Então, eu tenho mais informação sobre essa questão. Parece-me que eles não têm, ou

24 Hamilton Vieira, que diz nunca ter sido censurado, recebeu, no dia 5 de abril de 1993, uma advertência por escrito da editora do Caderno 2, Suzana Varjão, hierarquicamente superior, também encaminhada ao Diretor de Redação, nos seguintes termos: "Já cansei de lhe dizer que jornal não é comitê (nem político, nem racial, muito menos sexual)". A advertência se deu por Hamilton, homossexual assumido, ter destacado em foto legendada, na seção de programação cultural e entretenimento sob sua responsabilidade, a reexibição num canal de TV do filme "A gaiola das loucas", uma comédia sobre um casal gay em apuros com a família tradicional.

não têm interesse de ter, essa informação [...]. Eu não quero considerar esses nossos colegas como pessoas alienadas, muito pelo contrário. Eu tive a oportunidade de conversar com algumas dessas pessoas e elas expressam um nível de consciência racial muito grande. Claro, como eu coloquei, elas têm outro tipo de formação, então não expressam publicamente esse pensamento. São pessoas que têm plena consciência do próprio limite que muitas vezes o veículo *A Tarde* pode ter colocado na vida delas, enquanto profissionais, talvez ligado, de alguma forma, com a questão da cor.

Entrevistador – No jornalismo baiano, você é sempre lembrado como um marco do jornalismo da militância negra. Se A Tarde é conservador, pertencente a uma família oriunda de donos de escravos, como você concilia isto, essa contradição? E por que você acha que A Tarde dá tanto espaço a você?

Hamilton Vieira – Como eu falei anteriormente, o meu trabalho no jornal *A Tarde* se caracteriza mais por invocar o negro no âmbito cultural. Eu não pego nunca o negro como ser político, indivíduo inserido numa sociedade que muitas vezes lhe é bastante hostil. Nas minhas matérias, se você perceber, nunca enfoco essa questão, ou raramente faço esse tipo de colocação. Pelo fato de eu fazer uma abordagem da questão do negro do ponto de vista cultural, não invadir o aspecto político e social do negro, com relação a como o negro se encontra marginalizado, então me parece que é por aí que eu tenho esse 'espaço', que coloco entre aspas porque eu não sei se tenho esse espaço todo no jornal. Agora, como concilio isto? Na verdade, não vejo muita contradição na minha postura, na minha militância dentro do jornal *A Tarde* [...]. Quero deixar bem claro: quando digo que em minha matéria não faço nenhuma abordagem política e social sobre a realidade do negro, não quer dizer que minha matéria não tenha um conteúdo político. Eu comecei a trabalhar em *A Tarde* no início da década de 80. E desde os anos 70 já colaborava com matérias para o jornal *A Tarde* sobre manifestações da cultura negra na cidade de Salvador, na

> Bahia. E, de alguma forma, nenhum jornal na década de 70 dava espaço ao negro, não! Davam espaço assim, quando matavam alguém, nas páginas policiais. Mas eu comecei a falar da Benção do Pelourinho/Terreiro de Jesus, que hoje é um evento conhecido internacionalmente. Muita gente tinha medo de sair em bloco afro pensando que 'Ah, só porque eu sou branco vou ser discriminado, os negros vão me tratar mal, são pessoas mal educadas'. Então, nas minhas matérias eu sempre colocava que é um espaço como qualquer outro, um espaço onde você é bem recebido se você souber chegar, se você for afetivo e souber se relacionar com as pessoas. Minha contribuição, em termos jornalísticos para a comunidade negra foi esta. Fui o primeiro a conseguir dar matéria de capa, matéria de página inteira, a eventos culturais nos quais o negro era o principal agente. Nesse sentido, sou histórico dentro do jornal *A Tarde*, a partir do momento em que abri esse espaço. No final da década de 70, início de 80, comecei a colocar nesses jornais - o que, antigamente, ninguém fazia. Achavam: 'Ah, não vou colocar no jornal *A Tarde* porque é coisa de negão'. E eu consegui isso[25]!

O movimento afro-cultural baiano ganhou ruas, praças; conquistou a indústria fonográfica além fronteiras e a mídia setorizada. A ponto de descaracterizar o que poderia haver de essência política e de afirmação étnica naquele movimento. Parte da comunidade negra organizada, já no início dos anos 1990, se ressentia contra a apropriação feita pela

25 Em julho de 1995, Hamilton Vieira foi sumariamente demitido de *A Tarde*, por "justa causa", a mando da editora Suzana Varjão, depois de uma briga corporal na redação do jornal. Jorge Calmon, Diretor de Redação, estava em viagem de férias na Europa. Ao regressar, foi-lhe encaminhada uma carta assinada por quase a totalidade dos demais editores, repórteres, fotógrafos, pessoal administrativo e de outros setores da empresa, apelando pela revogação da demissão de Hamilton. A ordem de Suzana foi acatada por Calmon. Hamilton Vieira morreu aos 57 anos, a 13 de dezembro de 2012.

indústria do entretenimento daquele movimento. É o que informa a revista *Isto É*, de circulação nacional:

> *Pelô em preto e branco*
>
> A elite de Salvador invade as ruas e os casarões restaurados do Pelourinho e disputa espaço com seus ocupantes tradicionais.
>
> O cheiro de azeite-de-dendê, quase sempre misturado com os odores características de fezes e urina, continua o mesmo. Mas a cor, quanta diferença! O Pelourinho, berço da afro-music baiana e de seu mais festejado representante, o bloco Olodum, deixou de ser o território livre dos negros. Uma verdadeira leva de brancos vem tomando de assalto as ruas estreitas e os casarões coloniais. Por onde antes circulavam negros de roupas coloridas e cabelos rastafari, veem-se agora senhoras elegantes equilibrando-se no salto alto e jovens de classe média ostentando as grifes da moda. As casas de cômodo viraram bares e restaurantes sofisticados, galerias de arte, ateliês e butiques caras. Segregados em algumas poucas áreas onde permaneceram os tradicionais estabelecimentos populares, os negros ficaram com um único dia para reinar absolutos em seu ex-reduto: a chamada terça-feira da bênção.
>
> [...] No início, nenhum dos novos comerciantes fez restrições à popular terça-feira da benção [...]. Do Terreiro de Jesus ao Largo do Pelourinho, as ruas transformam-se num verdadeiro Carnaval. Em meados de agosto aconteceu, porém, o primeiro incidente. Um grupo de negros provocou uma baderna na Cachaçaria Alambique, reduto de intelectuais instalado a uma quadra do Largo do Pelourinho. O proprietário, arquiteto Itamar Kalil, decidiu, então, não abrir mais às terças-feiras. Foi a senha para que 90% dos novos estabelecimentos tomassem decisão semelhante. A terça-feira virou tabu. Há aqueles que admitem uma segregação social [...]: 'O meu público não vem aqui às terças-feiras. Mas nos

> outros dias há um congraçamento entre a alta sociedade e o povo', afirma Julieta Isensee. Dona da galeria de arte e *pub* NR, Julieta é mais conhecida como July, pseudônimo com o qual há 26 anos assina a coluna social do jornal *A Tarde* (Isto É, 29 set. 1993).

Outra colunista social de *A Tarde*, Gilka Maria, talvez foi quem melhor expressou a natureza hipócrita da indústria cultural no contexto do movimento afro-cultural baiano na década de 1990. Pegando carona em um sucesso musical cujo autor é um compositor negro, mas cuja música foi gravada pela rotulada "rainha da axé-music", Daniela Mercury[26], a colunista publicou, dias depois do Carnaval de 1993, uma página antológica. Ilustrada por fotografias de 58 "socialites" sorridentes, a coluna trouxe como título o refrão do referido sucesso musical adaptado para as novas circunstâncias baianas:

> A cor dessa cidade... o canto dessa cidade... são eles e elas...

Um pequeno detalhe: sequer uma das 58 pessoas ali retratadas é negra, numa cidade cuja população majoritariamente declara-se "preta" (34,4%) e "parda" (49,07%). A cidade "branca" somava demograficamente apenas 16,49%[27].

---

26 A "escolha" de Daniela Mercury para "rainha do axé-music" é um dos milagres da indústria cultural. Inclusive sua conversão, tardia, aos ritmos produzidos a partir dos blocos afros foi uma jogada comercial, pelo que se depreende da entrevista que a artista, quando era vocalista da banda Companhia Clic, concedeu ao jornal *A Tarde*, publicada no Caderno 2, 23 de setembro de 1988, p. 1, sob o título "Daniela Mercury, fugindo da 'onda axé".

27 Dados do Censo do IBGE, 2022.

Opinião engajada

Demais jornais de Salvador, com maior ou menor ênfase, acompanharam o comportamento de *A Tarde* no tratamento das relações raciais na Bahia. Porém, excetuando *A Tarde*, nenhum deles mantinha uma página sistemática de opinião com editorial diário.

A página de "Opinião" de *A Tarde* sempre foi cuidada com esmero pelo Diretor de Redação. Além do editorial principal – que tomava em média 2/3 do espaço – era o *locus* de publicação de artigos e crônicas diárias assinados por colaboradores fixos ou eventuais, além de uma charge. Entre os colaboradores, na linha de frente de intelectuais famosos que escreviam para *A Tarde* estava Thales de Azevedo, respeitável estudioso das relações socio-raciais na Bahia[28].

Por mais de 20 anos, entre as décadas de 1970 a 1995, quando morreu, Azevedo assinou uma crônica semanal. Dezenas delas exatamente sobre o tema de que era especialista desde que fez parte do grupo constituído pela Unesco na década de 1950 para pesquisar relações raciais no Brasil. Em seus textos, denunciava a "democracia racial brasileira" como "uma falácia"[29] e procurava ressaltar a situação de subalternidade do negro como uma herança do escravismo. Contudo, era contra qualquer tipo de radicalização:

---

28 Formado em medicina, Thales de Azevedo, por mais de quatro décadas dedicou-se à antropologia. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*, cuja primeira edição é de 1955, sua obra clássica, é uma fotografia das relações raciais em Salvador da época.

29 Conferir "Democracia racial e realidade", Thales de Azevedo, *A Tarde*, Salvador, p. 6, 12 nov. 1982.

> [...] O exame da atual problemática leva a pensar em que pesa nessa questão, muito fortemente, a pobreza da maioria dos brasileiros, independentemente do tipo racial: este dado há de ser pensado numa reanálise da discriminação em desfavor de qualquer grupo [...]. A verdade é que, ao menos de uma perspectiva científica e isenta, o preconceito somente não explica o que se passa com os 'de cor' nem justifica falar-se dessa categoria como de 'negros', como se fossem todos escuros e ainda presos a uma herança africana. O único título comum a todos nós é o de brasileiro, que devemos prezar acima de tudo para a integração completa e harmônica, de quantos vieram nos trazer seu labor, seus valores, seu temperamento, seu patrimônio humanístico como os arrastados nos navios negreiros às senzalas [...] (*A Tarde*, 13 maio 1988, p. 6).

O tema das relações raciais na Bahia esteve presente nas crônicas de diversos colaboradores, no decorrer do período pesquisado. Adroaldo Ribeiro Costa[30], que mantinha uma crônica diária das mais populares no jornalismo baiano entre as décadas de 1960-1980, era mestiço e sempre escrevia sobre o assunto. Outro frequente colaborador, Antônio Monteiro. Ambos exemplificam a linha de raciocínio da esmagadora maioria dos colaboradores do jornal sobre a questão:

> Que fiquem os seus adeptos em movimentos unificados nos grupos afros, folclóricos ou nos seus afoxés, e por fim: unificados em nossa sociedade, como sempre estiveram. Que

30 Multifacetado, Adroaldo Ribeiro Costa colaborou por três décadas em *A Tarde*. Professor, advogado, músico, teatrólogo de peças infantis, esteve à frente da campanha para criar uma das mais importantes instituições de amparo a menores carentes da Bahia, a Hora da Criança. É autor do "Hino do Esporte Clube Bahia", popularíssimo entre uma das maiores torcidas brasileira de futebol, famoso por ter sido gravado por Caetano Veloso em LP de 1969, quando a Tropicália deslanchou no país.

no Carnaval, todos se unam em torno de um só movimento: unificados nomeadamente, sem a pretensa ideia inglória de preconceito[31] (*A Tarde*, 2 maio 1984, p. 6).

Harmonia: uma fixação editorial

A Tarde manteve-se vigilante, no período de "abertura política" no Brasil, compreendido entre 1975-1990, ao problema que durante todo o tempo buscou negar: o da existência de um antagonismo na sociedade baiana, cujas origens não se explicam por si só na estrutura de classes[32] rigidamente calcificada nesse estado.

Além de convocar, sempre que necessário, seus fiéis escudeiros – historiadores, sociólogos, sacerdotes, antropólogos, políticos, escritores do quilate de Jorge Amado – para propagandear, através de crônicas e artigos frequentes, a ideia de uma "harmonia" de convivência entre "as três raças" que compunham a sociedade, os editorialistas do jornal manterão sempre a guarda alerta. Jamais se furtarão ao duro combate em defesa dos princípios da visão conservadora, da tradição de uma sociedade cartorial, paternalista, de mentalidade escravocrata.

No ano de 1988, "centenário da Abolição", o jornal publicou uma centena de artigos assinados, cartas de leitores etc., sempre propugnando pelo convívio pacífico, rejeitando

31 Trecho do artigo "Movimentos negros unificados", de Antônio Monteiro, articulista de *A Tarde*. Conferir também "O brilhante do negro", de Adroaldo Ribeiro Costa, *A Tarde*, Salvador, p. 4, 12 de janeiro de 1992.

32 Ou de castas, como chegou a considerar Thales de Azevedo, na obra citada (nota 74).

as tentativas de questionamento do *status* de subalternidade política do afro-brasileiro. Em maio, no fervor dos debates provocados pelo movimento negro, concentrou esforços nesse objetivo. Era o mês do centenário da abolição da escravatura, questionada em praças públicas de todo o país. Por dois dias consecutivos, 12 e 13 daquele mês, voltando à carga no dia 22, *A Tarde* reservará seu editorial principal para deixar patente o ponto de vista dos seus proprietários. Ei-los, para a reflexão do leitor:

> *A abolição na História e no embuste*
>
> O centenário da Abolição estava a merecer uma comemoração mais expressiva que a programada para registrar a passagem dessa data, de tão elevada a significação na História de nosso país. [...] A ausência de receptividade ao sentido desse centenário chega a dar a ideia de que se preferiria esquecê-lo, ou que se preferia que jamais houvesse Lei Áurea, ainda que continuasse, sem ela, o horror do cativeiro... E por que essa falta de ressonância ao transcurso de uma efeméride que é das principais, das mais belas e empolgantes em nosso calendário cívico? Simplesmente porque se passou a entender que a Abolição da Escravatura não aboliu coisa alguma, ou seja, que a população negra brasileira continua em estado tão servil quanto à situação anterior ao decreto de emancipação... Eis aí o feliz resultado do trabalho de uma minoria de ativistas, a que se tem ingenuamente aliado até figuras de outras tendências, levadas, sem o perceberem, para a efetivação de um objetivo que outro não é senão o de criar no Brasil - esta nação que tem sido para o mundo um exemplo de perfeita coexistência de etnias - uma questão racial, análoga à luta de classes e a outras formas de atrito na sociedade.
>
> [...] A esta altura do tempo não cabe mais lamentar o que passou, ou o que faltou, porém unirmo-nos todos, negros,

brancos, mulatos, para tirarmos o atraso verificado neste século. A importação de conflitos semelhantes aos que ocorrem em outros países somente poderá concorrer para que esse objetivo não se concretize. Como estimariam que não se concretizasse os ardilosos inimigos atuais da Abolição (*A Tarde,* 12 maio 1988, p. 6).

*

O novo negro

[...] Mas existe algo que não é polêmico porque os números não deixam dúvidas. Tais números estão no anuário estatístico do IBGE, com dados levantados pelo Censo de 1980 em que fica clara, transparente e indiscutível a rápida ascensão social do negro no Brasil que, no curto período de 100 anos, passou da condição de escravo importado da África à condição de trabalhador livre, com carteira assinada e gozando de todos os direitos de uma legislação trabalhista que já se disse ser uma das mais progressistas do mundo.

Hoje, os negros já não vivem confinados em guetos ou fugidios em quilombos. São eles 60 milhões de brasileiros, ou melhor, 44% de nossa população, e se uma grande parcela desta população ainda se dedica a trabalhos braçais, o que os próprios apologistas de um racismo às avessas não podem negar é que o negro ascendeu à condição de classe média, e entre eles estão executivos das maiores empresas do País, profissionais liberais em todas as áreas, a começar pela Medicina, que trata do ser humano independente de sua raça ou do que pensa; professores, advogados, administradores de empresa, para não falar no mais alto sucesso no campo de todas as artes e no esporte

[...] Por falar em esportes, não existe no momento uma marca mais popular do Brasil pelo mundo afora do que a notável figura de Edson Arantes do Nascimento - o Pelé -, quase sempre guindado à condição de gênio em sua especialidade [...].

Esse clima de virtual democracia racial que espanta e faz inveja a boa parte do mundo só foi possível graças ao processo de miscigenação, que, corpo a corpo, derrubou as barreiras herdadas do tempo da escravidão. Sobre o assunto, Gilberto Freyre foi mais do que oportuno num dos trechos de seu 'Casa Grande & Senzala' [...].

[...] O constituinte [deputado federal Carlos Alberto] Caó é o próprio e acabado exemplo da ascensão do negro na sociedade brasileira. Hoje com 45 anos de idade, filho de marceneiro e de uma costureira de Salvador, começou a fazer política ainda estudante, subindo aos palanques para defender então a candidatura Lott-Jango contra Jânio-Milton Campos. As multidões gritavam no palanque quando ele aparecia: 'Pelé, Pelé!' [...]. Hoje Caó é um constituinte, após servir ao povo carioca ocupando duas secretarias de Estado no governo passado. Enfim, são apenas exemplos de um novo negro, o negro que foi forçado a abandonar a África, mas que se viabilizou como gente onde aportou, enquanto seus países de origem amargam até hoje a mais completa e acabada inviabilidade econômica e social [...] (*A Tarde*, 13 de maio de 1988, p. 6).

*

De Zumbi a Caxias

Quando um grupo de radicais do movimento negro tentava avançar sobre o monumento a Caxias, no Rio de Janeiro, durante uma incrível manifestação contra a Lei Áurea, o secretário da Polícia Civil carioca fez ver à turba que uma agressão daquela natureza correspondia a uma afronta a Zumbi dos Palmares, que os negros veneram.

O fato é que os manifestantes, que, segundo '*O Estado de S. Paulo*', dispõem do respaldo de movimento revolucionário de Angola, não estavam dispostos a ouvir considerações daquela natureza. Tampouco os radicais de hoje se mostram sensíveis ou no mínimo informados para reconhecer

a herança que toda a cultura nacional recebeu de nomes da estatura de um Aleijadinho, Juliano Moreira, José do Patrocínio e tantos outros, igualmente notáveis.

Da mesma forma em se tratando da história de sua própria trajetória, através de seus antepassados que foram trazidos da África para as Américas, os adeptos do radicalismo tendem a não se curvar a fatos. É indiscutível hoje que o lusitano não foi o único responsável pelo tráfico de escravos. O abastecimento de braços escravos era assegurado por negros opressores de seus irmãos [...].

Torna-se curioso hoje em dia que atrás dos radicais negros estejam alguns autodenominados teóricos do marxismo. Poderiam lançar mão de um texto do próprio Marx sobre o assunto ao escrever que 'é inútil invectivar o lado mau sem levar em conta que se tratava de uma categoria econômica indispensável ao progresso'. Também os marxistas de hoje não deixam por menos. Moacir Werneck de Castro - em recente artigo no '*Jornal do Brasil*' - lembra que de tal modo a escravidão se confundia com a ordem econômica que sequer os inconfidentes de Minas Gerais ousaram incluir a libertação dos escravos sobre a sua bandeira *Libertas quae sera tamen.*

A realidade é que os radicais querem fazer nascer entre nós um ódio interracial e atiçar o conflito que nunca houve em nossa História moderna. Como se não bastassem as adversidades que o País enfrenta em razão da confusão na economia e das incertezas lançadas aos quatro ventos pelos constituintes[33] [...].

[...] Na verdade, ao contrário do que aspiram os radicais, o negro é o nosso maior passaporte para a comunicação com

33 Referência aos deputados e senadores membros do Congresso Nacional Constituinte empossado dois anos antes com o encargo de elaborar a nova Constituição brasileira, com o fim da ditadura militar, a ser aprovada em outubro do mesmo ano em que esse editorial de *A Tarde* é publicado.

> o resto do mundo. Nossa música e dança prolongam expressões culturais afro-brasileiras, como diz Merquior.
>
> Conforme conclui um articulista de São Paulo, o negro nos deu sua indiscutível alegria natural, sua sociabilidade, sua aptidão para o trabalho regular e a negritude infundiu em nós um temperamento de valores inestimáveis. Entre tais valores, a convicção de que os radicais podem gritar e espernear, mas não encontrarão futuro para se transformarem de minoria em maioria (*A Tarde*, 22 maio 1988, p. 6).

A Tarde demonstrou, pelos vários editoriais, tópicos e artigos assinados por colaboradores, uma fixação psicótica sobre a temática. Se até meados da década de 1970 o discurso de editorialistas reproduz a ideologia da harmonia sem contestação, cada vez mais a partir da segunda metade daquela década seus textos opinativos, ainda que reivindicando a primazia das relações étnicas harmoniosas no estado, passam a atacar o que chamam de ideias dos "radicais" do movimento de consciência negra.

Em 13 de maio de 1982, seu editorial – justamente intitulado "13 de maio" – afirmará:

> [...] Os preconceitos que ainda existem, são principalmente resultantes das distâncias sociais criadas pela injusta distribuição de renda [...].

Comentando, em 12 de setembro de 1982, a assinatura de um convênio entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura de Salvador, para o mapeamento e preservação de sítios e monumentos religiosos da comunidade negra, o editorialista dirá:

> [...] Daí não se infere, todavia, que ele vale para um estímulo a uma espécie de discriminação racial que ultimamente se vem tentando implantar entre nós, através de 'movimentos negros' que não escondem seu propósito de transplantar para nossa terra os conflitos que em outras criaram problemas de solução dificílima.
>
> Aqui, desde os primeiros tempos, predominou a miscigenação [...]. Definição melhor do que esta realidade não se poderia encontrar do que nas páginas de um dos romances de Jorge Amado, o grande campeão de integração entre nós.

No tópico "Racismo", publicado em 13 de fevereiro de 1983, a editorialista volta à carga:

> [...] Se do ponto de vista cultural e sociológico chega a ser saudável a existência de grupos interessados na pesquisa e na manifestação dos elementos sociais de origem negra, por outro lado é perigoso e condenável transformar-se este interesse numa posição de antagonismo às outras raças [...].
>
> [...] Estranhamente, isso ocorre em Salvador, uma terra onde o vatapá, a capoeira, o candomblé e os afoxés estão ao alcance de todos.

Novamente no 13 de maio, em 1983, o editorial intitulado "Significação de uma data", recolocará o assunto nos seguintes termos:

> [...] Não é possível contestar, por exemplo, que a campanha abolicionista foi um dos poucos movimentos que efetivamente empolgaram o Brasil, de norte a sul [...]. E, finalmente, a Lei Áurea, apenas quebrando os grilhões, deixou ao desamparo toda aquela massa humana que ganhava a liberdade, mais [*sic*] perdia a segurança.

> [...] Mas, se são válidas as restrições levantadas ao processo abolicionista, no seu todo ou nas suas várias etapas, nem por isso se há de deixar de louvá-lo, como uma das grandes cruzadas nacionais [...].
>
> Ultimamente vem sendo tentado em nosso país a implantação de um processo discriminatório que contraria toda a nossa formação social. Num país de integração como Brasil - integração racial e cultural -, procura-se estabelecer uma linha divisória entre negros e brancos, como se não fôssemos um país de mestiços [...].

"Mãe Menininha e o sincretismo", editorial publicado em 12 de fevereiro de 1984, louva o aniversário de 90 anos da ialorixá:

> [...] Como poucos, Mãe Menininha personaliza a incorporação das duas seitas predominantes no Brasil - o misticismo espírita do candomblé e a religiosidade cristã da Igreja Católica [...]. Esta integração cresce em valor e admiração por não ser resultante de um ecumenismo protocolar, mas por ter surgido da convivência de grupos humanos [...].
>
> Verdade que pequenos contingentes, tão insignificantes em quantidade quanto fartos em arengas, vivem a destacar conflitos, descendo como arqueólogos aos recônditos da história à cata dos fósseis mais repelentes. Este mórbido esforço desprendido em função de ressaltar os aspectos negativos torna-se dispensável.
>
> [...] O Candomblé não somente continuou a ser praticado com toda a sua pujança, como os negros e seus descendentes deram uma humilde, mas digna, demonstração de civilidade, ao aproximarem-se sem preconceitos da religião trazida pelos portugueses, seus ex senhores [...].

Meses antes da visita de Nelson Mandela ao Brasil (ocorrida em 1991), ressaltava *A Tarde* no editorial "Mandela anti-racista", publicado em 23 de junho de 1990:

> [...] Mandela deu um recado em seu discurso em Nova Iorque, que não poderá deixar de ser levado em conta pelos descendentes de africanos que vivem no Brasil, particularmente na Bahia. Ele condenou não apenas o racismo contra o negro, mas igualmente o racismo do negro contra os brancos [...].
>
> [...] Quando Mandela chegou ao local ouviu uma miscigenada mistura de sons que iam dos atabaques africanos a cantos de sinagogas e música de órgão. Assim esperamos que seja sua passagem pela Bahia. Uma demonstração do ecumenismo e tolerância que exclui, desde logo, o racismo de qualquer espécie, que parece condenado numa África do Sul até então intolerante, e que hoje dá mostras ao mundo de que o ódio entre as raças pode estar com seus dias contados.

A voz dos mandatários

O que pensam sobre relações raciais, por si mesmas, as pessoas em cargos e funções diretivas de um dos grandes jornais do país; algumas, sócias do empreendimento?

Um dos sócios de *A Tarde*, o diretor-chefe da Redação Jorge Calmon, fez publicar vários artigos seus assinados. Nesses, sempre procurou deixar mais do que patente sua compreensão da questão racial brasileira. Ao receber o título de sócio honorário do Centro de Estudos Etnográficos da Bahia, em junho de 1983, fez um discurso cujos trechos principais foram reproduzidos em reportagem do seu jornal:

Conciliação racial é um exemplo da Bahia

> [...] Referindo-se à orientação imprimida pelo Centro aos seus trabalhos, [Jorge Calmon] ressaltou o sentido não político e não ideológico que o tem norteado, inclusive ao abster-se de apoiar um movimento que pretendeu, sem êxito, trazer para o nosso meio o problema da discriminação racial, com o isolamento voluntário de pessoas pertencentes a uma das raças que para aqui vieram. 'A recomposição ou a valorização dos traços culturais de uma raça não podem conduzir ao enquistamento de indivíduos pertencentes a essa raça, o que equivaleria a retirá-los da comunhão social em que se encontram ajustados, para colocá-los numa atitude de auto-segregação, vaidosa e hostil'. E acrescentou: 'Quando a lei não proibisse esse tipo de comportamento, o simples bom senso ou a elementar prudência, ou, ainda, a consciência da realidade, haveriam de reprová-lo, e evitar que se efetivasse' (*A Tarde*, 11 jun. 1983, p. 3).

Durante viagem aos Estados Unidos, em 1986, Jorge Calmon aproveita para escrever dois artigos comparando as relações raciais entre o Brasil e o país visitado. Em "Pretos e brancos nos Estados Unidos", escreve ele:

> [...] Bastante grave é, portanto, esse problema nos Estados Unidos. Confirma o que disse, linhas acima, sobre o retrocesso da promoção social do negro, a despeito da ascensão de uma parte da minoria a que ele pertence, o que conduz à impressão de que tudo caminha para uma solução satisfatória, suposição, todavia, apenas aparente [...] (*A Tarde*, 3 ago. 1986, p. 6).

"Este país precisa de mulatos", é o título do segundo artigo. O país em pauta são, evidentemente, os Estados Unidos:

> [...] O problema que não nos aflige, mas que aqui se afigura de improvável remédio, é, este sim, o distanciamento racial.

> Por mais que alguns impacientes e irresponsáveis tenham pretendido criar no Brasil o conflito de etnias, opondo pretos aos brancos, e vice-versa, jamais conseguiram este intento, visto como a nação caminha para ser quase que inteiramente mestiça, graças à extinção, que se vai completando, de preconceitos nesse terreno [...].
>
> [...] Enquanto que no Brasil o colonizador, acompanhado mais tarde pelo senhor de engenho, e seguido, em circunstâncias mais caóticas, portanto, dos seus descendentes, deu origem a esse produto híbrido em que parece reproduzirem-se as qualidades de melhor teor humano das matrizes étnicas - o mulato.
>
> Eis aí um produto que o americano é incapaz de fabricar [...]. De qualquer modo, é, por enquanto, uma quimera, cuja decifração contudo algum dia se fará com o encontro do segredo mágico – a mestiçagem, única fórmula apropriada para unificar as nações povoadas por indivíduos de etnias diferentes [...].
>
> Os norte-americanos deveriam aproveitar esta bem sucedida - e amorável – experiência. (*A Tarde*, 5 ago. 1986, p. 6).

***

A propósito do tema, Jorge Calmon respondeu algumas perguntas para nossa pesquisa, relativas à postura do jornal, e sua própria:

> *Entrevistador - O senhor acha que A Tarde pratica algum tipo de preconceito na sua linha editorial?*
>
> Jorge Calmon - Eu acho que não. Eu acho que em relação a raças, não. Preconceito contra os homossexuais, normalmente tem.
>
> *Entrevistador - apesar de na Redação do jornal...*

Jorge Calmon -... ter muitos! Eu tenho mais coisas para fazer, não vou estabelecer condição de um sujeito... O jornal não reconhece. Uma vez que o comportamento não seja escandaloso, tem que tolerar. Nós queremos que o nosso pessoal tenha sempre um bom conceito, não é? Pessoa que não procede corretamente na sua vida particular não pode trabalhar no jornal. Sujeito que passe um cheque sem fundo, faça alguma patifaria, não pode continuar no jornal. Agora, em relação a raças realmente não tem [preconceito]. Milton Santos era o principal redator do jornal, na década de 50 e 60[34]. Ele ganhava muito bem. Na Bahia eu acho que não pode haver discriminação, é inconcebível, é uma comunidade em grande parte de negros. Não pode!

Entrevistador - O texto de A Tarde admitia, no passado histórico, ser mesmo marginal a condição do negro.

Jorge Calmon - [...] É a tal coisa, é a história da mentalidade, que é um ramo muito interessante e rico da história. Você folheando as edições de *A Tarde*, vai encontrar muito a reportagem sobre candomblé, achando que candomblé era uma coisa bárbara, criminosa, magia negra e tal. A polícia prendia estudante de candomblé, prendia pai de santo, o jornal aceitava aquilo sem protestar. O jornal achava aquilo natural. Hoje não se permitiria uma coisa dessas, não é? Quer dizer, muda a mentalidade.

Entrevistador - Essa mudança se dá, digamos assim, por consciência do próprio jornal de que aquilo que se praticava era errado?

Jorge Calmon - Não. Essas mudanças se produzem pela própria ação do tempo. Como seria no vestiário de mulher: quem poderia imaginar mulher vestir fio-dental? Até 20 anos passados isso era praticamente inconcebível. Isso você

34 O geógrafo Milton Santos colaborou intensamente com *A Tarde*, do início dos anos 1950 até sua prisão, pela ditadura militar implantada a 1° de abril de 1964. Fez parte do restrito grupo de editorialistas, com acesso à cúpula do jornal, a partir de 1959.

> vai aceitando naturalmente, é a mudança da mentalidade. Então, o jornal também muda.

Indagado sobre o mesmo assunto para este trabalho, Silvio Simões, herdeiro da principal acionista de *A Tarde*, preferiu analisar o problema do racismo como "uma questão que não é apenas baiana, é brasileira, é mundial". Genericamente, declarou: "Nós vamos lutar para que as etnias, as religiões, a questão de pele e de cor, nós consigamos acabar com esse negócio. Quem se colocar numa posição contrária a isso, é nosso inimigo".

Renato Simões, Diretor-superintendente da empresa, reagiu à pergunta apresentando trunfos. "Máximo Cruz, negro, é nosso gerente-administrativo, e o professor Edvaldo Brito faz parte do nosso Conselho Fiscal. Esta é a melhor resposta que posso dar à questão de que o jornal admite o racismo", respondeu. Prosseguiu: quanto ao problema da disputa do poder político pelo voto, "não deve haver candidatura negra, branca ou amarela, mas que leve em conta a competência do indivíduo".

***

Máximo Cruz, que na adolescência foi seminarista da Igreja Católica, afirmou:"Pode parecer um contrassenso, pode parecer estranho, mas n'*A Tarde*, em 24 anos de empresa, nunca sofri discriminação. Por incrível que pareça, no seminário - sim":

> *Entrevistador – Seminário teológico aqui na Bahia?*
>
> Máximo Cruz – Aqui em Salvador. De certa forma eu era hostilizado pelos colegas por ser preto e pobre. Me colocaram o apelido de 'picolé de betume' e outras brincadeiras, quando

saíamos para o recreio. O seminário era numa fazenda, havia vários saguis e eles diziam: 'Olha os seus parentes montados na árvore'. Eram seminaristas que estavam se formando para ser padres. Na universidade também, como professor [da Universidade Católica], tive a oportunidade de perceber algumas reações contrárias, como jovem e como preto ensinando na universidade.

Entrevistador – Como o senhor analisa a questão das relações raciais na Bahia?

Máximo Cruz – *Na realidade, nós temos uma sociedade racista. É multirracial, mas é racista.*

No dia a dia, como Gerente Administrativo do maior jornal da Bahia, Máximo Cruz observa:

Você tem de distinguir a questão do poder e a questão da raça. Numa sociedade racista, os famosos indicadores de poder, riqueza etc., encobrem a questão racial e você é visto não como negro, você é visto como o Gerente Administrativo. Se você não fosse gerente administrativo, provavelmente sofreria algum tipo de segregação racial dentro da empresa, mas o fato de pertencer à cúpula administrativa do jornal afasta um pouco as possibilidades de agressão. Não sofri, até hoje, por parte de nenhum membro da alta direção do jornal, qualquer tipo de segregação. Muito pelo contrário, eles me convidam e me estimulam. Inclusive a ir a ambientes tipicamente brancos, representando o jornal. Reforçam a minha presença em determinados eventos, onde estão pessoas da cúpula capitalista, e sempre sou bem recebido nesses locais. E sou recebido, acredito, porque eu sou o gerente do jornal, não porque eu esteja ali... Como um negro eu não seria tão bem recebido como sou hoje. Eu tenho certeza disso, não nutro nenhuma ilusão com relação a isso.

Entrevistador – Algum diretor de grande empresa já veio aqui ao jornal visitar o senhor e, de repente, se chocou por ver que o senhor é negro?

Máximo Cruz – Já. Várias pessoas, sem querer, me disseram: 'Eu não esperava que fosse você o Gerente Administrativo d'*A Tarde*, eu ouvi falar em um Máximo, mas eu não imaginava!'. Nas entrelinhas, queriam dizer que não imaginavam que um negro estivesse ocupando essa função no jornal.

Entrevistador – Isso acontece com muita frequência? De repente é um comandante militar...

Máximo Cruz – Não, estas pessoas são mais recatadas, elas não explicitam uma surpresa. Mas você, como negro, já está acostumado, você sente, percebe. Um dado interessante, elas olham para você com admiração: 'Por que é que um negro ocupa uma função dessas no jornal *A Tarde*, um jornal tradicional etc.?'. Elas têm isso como um dado de admiração. As pessoas que não me conhecem, quando são apresentadas, têm aquela cara de espanto: 'Esse é o Gerente Administrativo d'*A Tarde*? Ah, muito bem, muito bem!'. Você vira uma *avis rara* nesse contexto[35].

O pensamento da Redação

Quando entrevistei Pedro Souza ele era um dos jornalistas com maior tempo contratado na redação de *A Tarde*: 30 anos. Chamava atenção o fato de ter um dos braços amputados acima do cotovelo. Ingressou no jornal trabalhando na editoria de Esportes e passara por quase todas as demais: Política, Polícia, Interior. Agora, aos 58 anos de idade, estava novamente na Geral:

35 Entrevista concedida por Máximo Cruz, em 31 de junho de 1993.

Entrevistador – O que deu mais satisfação a você nesses 30 anos de jornal?

Pedro Souza – O importante no jornal não é a satisfação, é o contato com a turma nova que chega querendo reformar o jornal, querendo mudar tudo, com o espírito de redator-chefe, achando que os velhos não sabem nada, e acabam se acoplando ao nosso caminho, à nossa postura. O jornal, como Jorge Calmon diz, é um jornal eclético, misturado - tem o candomblezeiro, tem o feiticeiro, tem o protestante, tem o anarquista, tem o democrata, tem o esquerdista [...].

Entrevistador – Ser negro trouxe algum problema para você aqui dentro do jornal?

Pedro Souza – Não. A questão racial na Bahia existe, mas é um problema econômico. Se você tem dinheiro, se você tem apresentação, se você tem status na sociedade, você não tem problema. E realmente eu nunca tive... O único constrangimento que passei foi de um porteiro da Fonte Nova [estádio de futebol], não me esqueço, um crioulo que não me deixou passar porque eu não tinha 'permanente' [credencial de acesso]. Toda vez que eu ia à Fonte Nova ele perguntava: 'Seu número, qual é?', e eu dizia: 'Sou permanente'. No dia em que fui sem permanente, ele disse: 'Você não entra não!'.

Entrevistador – Aqui na Redação, há ou não racismo?

Pedro Souza – Não, aqui tem brincadeira de racismo, eu acho que é só para descontrair. Pegar um exemplo: eu estava escrevendo ali na máquina e chegou um embaixador americano, não sei de que área ele era. Aí Jorge Calmon me chamou e me apresentou ao embaixador, e disse: 'Tá vendo como aqui não há discriminação? Tem um crioulo trabalhando aqui na redação'. Isso é um exemplo. É assim, no jornal *A Tarde*. É brincadeira. Pode ser camuflado, mas você não sabe se é verdade, se está falando sério ou se está brincando. [...] Essa discriminação que se fala aí não é aberta aqui na redação. Têm alguns casos, essas coisas todas [...]. A discriminação no jornal *A Tarde* é o seguinte:

Você é funcionário, você é pé-de-boi para tudo. Agora, para chefia... Só chefia setores de *A Tarde* elementos que vêm de outro jornal, porque o daqui fica é pelos cantos.

Entrevistador – Você seria um exemplo? 30 anos aqui e você não se tornou editor...

Pedro Souza – Os editores de *A Tarde* são poucos, ou são raros, os que são aqui da casa [...]. Os daqui não tem, é para substituir ou para ajudar na última hora de fechar uma matéria, ajeitar. É pau para toda obra, mas não pode ser chefe. A discriminação é essa.

Entrevistador – Você se sente prejudicado? Teria a ver com sua capacidade profissional ou com o fato de você ser negro?

Pedro Souza – Mas não somente eu, não! Tem branco aqui que está na mesma situação que eu estou. Eu sou repórter 'B'. A classificação aqui é 'A', 'B', 'C' (início de carreira é 'C'). Eu sou 'B', eternamente 'B'. Eu digo aqui que é repórter bunda, entendeu?

Entrevistador – Você acha que no Brasil existe um problema racial a ser resolvido?

Pedro Souza – O problema do negro é que ele não se impõe, nem politicamente [...]. O preto se encolhe, fica eternamente no 'sim, senhor', no 'doutor'. Então, é ele que é culpado, ele não procura se misturar, ele não procura se aprimorar. O mal do preto, do negro, é que ele só quer saber - na Bahia - de Carnaval, é batucada, é cachaça e praia. Ele não quer se preparar, se nivelar ao nível do branco. Porque branco que não tem escolaridade também não tem vez em lugar nenhum, vai ser pedreiro, ajudante de pedreiro ou vai quebrar pedra por aí afora, bater a cabeça ou ser marginal. O preto tem que se alinhar ao nível do branco para mudar a lei do branco, e não deixar que o branco açambarque ele. [...] Eu costumo dizer sempre, invertendo a história, que o dia 13 de maio foi o dia da abolição da escravatura dos brancos. Os pretos precisam se burilar, se equiparar, chegarem ao estágio maior

> nas entidades de classe, nos órgãos de representação civil, para que ele consiga mudar a lei do branco. Falta ao preto a capacidade de se igualar e deixar o negócio de se nivelar por baixo[36].

***

Para somar a esses depoimentos a opinião de outros funcionários da Redação de *A Tarde*, apresentei-lhes um questionário, no qual busquei aferir a compreensão dos repórteres e fotógrafos sobre o problema colocado pela pesquisa. Eu prestava freelance fixo, portanto convivia com os respondentes do questionário o cotidiano da Redação, por todo um semestre de 1993. O questionário formulava seis questões fechadas, objetivas. Foi entregue a 19 funcionários, entre repórteres, editores e fotógrafos. É o resultado dessa enquete que apresentaremos agora.

Quase a totalidade do pessoal da redação (17 funcionários, ou 90%) que serviu de amostra ao nosso trabalho reconheceu que existe discriminação racial no Brasil. Diante do quesito sobre a posição política de *A Tarde* ("é um jornal liberal, conservador, ou outra coisa"), em torno de 85% (16 respondentes) consideraram "conservador" o jornal onde trabalhavam.

Nenhum dos funcionários considerou *A Tarde* "liberal", mas quatro marcaram a opção "outra coisa": um dos respondentes marcou cumulativamente as opções "conservador" e "outra coisa", acrescentando, de próprio punho: "preconceituoso e discriminador e racista". Posição antagônica a esta, para a mesma opção "outra coisa", foi o respondente que es-

36 Entrevista com Pedro Souza concedida em julho de 1993.

creveu ser *A Tarde* "um jornal plural, refletindo tanto o pensamento liberal quanto o conservador".

E o preconceito racial dentro da redação? Para 80% dos funcionários nenhuma ação que pudesse ser caracterizada como preconceituosa tinha sido por eles percebida no ambiente de trabalho. Somente quatro dos respondentes afirmaram ter percebido ações preconceituosas na redação, mas, desses, apenas um admitiu ter sido vítima direta do preconceito. Os demais informaram que a vítima era "outra pessoa" do jornal.

Na abordagem das relações raciais na Bahia, *A Tarde* defende a manutenção do *status quo* para 30,5% do pessoal da redação (7 respondentes); outros 21% afirmaram que o jornal "questiona a condição marginal do negro na sociedade". Quase a metade dos respondentes fazem outro tipo de leitura (48,5%,): "indiferente ao problema"; "mantém uma postura neutra", "se omite" – são algumas das respostas. Novamente, as duas respostas mais antagônicas são:

1. "abafa o conflito e acirra a discriminação";
2. "o jornal como qualquer publicação séria, apenas reflete todas as tendências da sociedade, tanto das minorias quanto das maiorias".

Se auto identificaram como "mestiços" 11 dos respondentes, sete se consideraram "negros" e um se identificou como "branco". Eram essas as três categorias étnicas dadas como opção pelo questionário.

Ressalte-se que o universo de respondentes foi definido pelo pesquisador, a partir de critério pessoal que levava em conta as características étnicas dos escolhidos. Em outros termos, procuramos medir o grau de consciência étnica

dos respondentes, considerando-os como afro-brasileiros, exceção feita àquele que se identificou como branco e que recebeu um questionário por ter uma posição privilegiada dentro da Redação, por seu parentesco com os proprietários do jornal. A média de tempo no emprego dos respondentes era de cinco anos.

Em julho de 1993 a Redação de *A Tarde* poderia ser considerada "a mais negro-mestiça" em comparação com a redação dos outros jornais em circulação no estado e, possivelmente no país. Dos 19 questionários distribuídos, 14 foram preenchidos por repórteres, um fotógrafo preencheu um e quatro funcionários da redação em cargos de chefia responderam os demais. Considerando que na redação trabalhavam 18 repórteres, pela resposta à questão sobre identidade étnica, pode-se concluir que parcela majoritária deles se define como negra ou negro-mestiça.

Os dois chefes de reportagem do jornal na ocasião da aplicação do questionário, Eliezer Varjão e Antônio Matos Júnior, se definiam como "mestiços". Todos os traços deles eram negroides e a cor de sua pele era mais escura, por exemplo, que a do coronel norte-americano Colin Powell. A editora do Caderno 2, Suzana Varjão, do mesmo modo, e assim por diante. Entre diagramadores, fotógrafos e *copy-desks* (ou redatores finais), muitos estavam nesse meio termo entre "negro" e "mestiço".

O diretor de redação, Jorge Calmon, à observação do pesquisador quanto à presença de negros no jornal, argumentou: "Isto não é nenhum propósito, estão lá por merecimento. Acho que a redação d'*A Tarde* é uma síntese da comunidade baiana". Reconhecendo Hamilton Vieira como

"o único que tem lá que é militante", Jorge Calmon comentou a propósito de se aquela militância o incomodava: "Não, de jeito nenhum. Eu acho que ele entende a posição do jornal de realmente desconhecer qualquer separação"[37].

O negro em números

Com o propósito de medir a presença do negro como tema ou personagem do material noticioso de *A Tarde* no período pesquisado. apresento três tabelas que objetivam oferecer um quadro numérico da leitura que fizemos do texto do jornal. Evidentemente que, nesse primeiro momento de um trabalho acadêmico, somente foi possível constituir uma pequena amostragem da medição elaborada pelos três tipos de tabela que elaboramos, a saber:

- Tabela de Frequências (TF);
- Tabela de Circunstâncias (TC); e
- Tabela de Qualificações (TQ).

Essas tabelas foram pensadas para efeito de análise do texto do jornal e pretendem ser um modelo técnico-metodológico de medição, quantificação e análise do discurso da imprensa sobre o negro no Brasil. Tive de produzir este modelo, uma vez que inexistia algo similar nos estudos da Comunicação no país.

A TF registra tão-somente, sem outras preocupações classificatórias, o número de vezes em que o negro e suas

37 Jorge Calmon, entrevista em 17 de abril de1993.

manifestações são temas de reportagens, notas, artigos e editoriais. A TC mede o número de vezes em que o negro é abordado no texto enquanto:

I. assunto principal;
II. assunto secundário;
III. sujeito positivo do relato;
IV. sujeito negativo do relato;
V. elemento exótico;
VI. elemento folclórico;
VII. elemento positivamente diferenciado;
VIII. elemento negativamente discricionado;
IX. elemento negativamente discriminado;
X. elemento discriminador (que discrimina outrem);
XI. elemento igual, sem distinção.

Escolhi três momentos distintos para formar essa amostra: todo o ano de 1981, abril/maio de 1985 e novembro/dezembro de 1988. Por fim, a TQ registra o número de vezes em que o negro é abordado (E) exoticamente/caricaturalmente; (I) como inimigo social/adversário/ameaça à sociedade; (M) como mal educado/desinformado/analfabeto; e (P) paternalisticamente.

Em cada edição consultada essas tabelas foram aplicadas às editorias de Geral/Cidade, Opinião, Política, Economia, Polícia/Segurança e Cultura. Eventualmente, as editorias de Esportes, Nacional e Interior também puderam ser motivo de leitura.

Eis os resultados:

Quadro 1 – Frequências - O número de vezes em que o negro foi notícia em *A Tarde*

Editoria	1981	abril-maio/1985	nov.- dez./1988
Cultura	75	9	67
Economia	0	3	0
Editorial/Opinião	3	2	0
Geral	110	21	37
Polícia	98	29	55
Política	0	0	7

Fonte: elaborado pelo autor para a pesquisa de mestrado "Imprensa e racismo no Brasil".

Quadro 2 – Circunstâncias - Quantas vezes o negro foi abordado em *A Tarde*

	1981	abril-maio/1985	nov.-dez./1988
Assunto principal	175	12	53
Assunto secundário	58	9	0
Sujeito positivo da história	133	12	54
Vilão da história	104	23	43
Exótico	12	1	0
Folclórico	7	6	2
Positivamente diferenciado	185	10	50
Negativamente diferenciado	47	13	7
Discriminado	48	2	7
Discriminador	1	-	0
Igual (sem distinção)	60	2	0

Fonte: elaborado pelo autor para a pesquisa de mestrado "Imprensa e racismo no Brasil".

Quadro 3 – Qualificações - O número de vezes em que o negro foi abordado em *A Tarde*

Tabela de															
	1981					abril-maio/1985					nov.-dez./1988				
Editoria	P	V	M	I	E	P	V	M	I	E	P	V	M	I	E
Cultura	5	66	0	0	8	8	3	0	0	0	4	54	0	0	1
Editorial/ Opinião	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Geral	7	97	0	2	9	9	13	0	0	4	11	15	1	0	2
Polícia	1	0	4	89	0	2	0	5	20	0	10	0	0	46	0
Política	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	1	1	0

Nota: P=paternalisticamente/ V=valorizadamente/ M=como mal-educado, desinformado, analfabeto/I=inimigo social, ameaça à sociedade/ E=exoticamente, de forma caricata.

Fonte: elaborado pelo autor para a pesquisa de mestrado "Imprensa e racismo no Brasil".

Uma série de cruzamentos dos números sinteticamente revelados pelas tabelas acima, permite se chegar a conclusões das mais variadas. Entretanto, vou me permitir determinar a leitura literal de cada tabela em separado. Com isso, posso afirmar:

I. Quanto à Frequência:

- a presença do negro no noticiário de *A Tarde* cresceu substancialmente entre 1981 e 1988;
- em dois meses, novembro e dezembro de 1988, tomando por referência as seis editorias expressas na tabela de frequências, o negro foi notícia 169 vezes; isto é mais da metade do número registrado em todo o ano de 1981, quando o negro foi notícia 296 vezes;
- o aumento da presença do negro no noticiário é mais saliente em editoriais específicas, como Cultura, Polícia e Geral - por ordem de grandeza;

- a presença do negro nos textos da editoria de Política não é frequente, embora seja maior que na editoria de Economia, e tenha sido ressaltada no ano de 1988.

II. Quanto às Circunstâncias:

- cada vez mais o negro deixa de ser assunto secundário para tornar-se assunto principal e sujeito histórico positivo no texto de *A Tarde*;
- paralelamente, cresce em mais de 150% a descrição do negro como vilão no texto do jornal, se tomarmos em conta os números de novembro/dezembro de 1988 em comparação com todo o ano de 1981;
- é cada vez menor o número de notícias que registram o negro como exótico, folclórico e como vítima de discriminação;
- há uma tendência em diferenciar positivamente o negro no texto do jornal.

III. Quanto às Qualificações:

- o noticiário permanece registrando o negro retratado paternalisticamente;
- há uma maior valorização do negro nos textos da editoria de Cultura;
- na Política, o negro pode ser valorizado, mas também é visto como ameaça à sociedade;
- a imagem do negro como inimigo social e, novamente, ameaça à sociedade é o que há de mais frequente na editoria de Polícia e essa tendência cresceu de 1981 a 1988.

Enfim, são considerações aqui registradas pelos números extraídos das nossas tabelas. A todo o quadro delineado neste ensaio interpõe-se a ação ativa de setores do movimento negro, organizado ou não.

Referências

CARDOSO, E. L. *Bruxas, espíritos e outros bichos*. Belo Horizonte: Mazza, 1992.

CONCEIÇÃO, F. *Imprensa e racismo no Brasil*: a manutenção do *status quo* do negro na Bahia. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FERREIRA, R. A. *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil.* 1993. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SILVA, M. P. *Bloco afro Ilê Aiyê*: seus protestos e sua beleza: um estado psicossocial das minorias ativas na constituição da identidade negra na Bahia. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SKIDMORE, T. O *Brasil visto de fora.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Outras fontes

Folheto *100 anos sem Abolição*!, 12 maio 1988.

A Tarde, 12 fev. 1975, p. 3.

A Tarde, 14 fev. 1975, p. 1.

A Tarde, 14 out. 1975, p. 6.

A Tarde, 23 de fevereiro 1981, p. 1, Caderno 2.

A Tarde, 14 out. 1975, p. 6.

A Tarde, 3 jan. 1976, p. 9.

A Tarde, 16 jan. 1976, p. 6.

A Tarde, 4 maio 1976, p. 3.

A Tarde, 12 maio 1976, p. 3.

A Tarde, 19 jun. 1976, p. 7

A Tarde, 5 jul. 1976, p. 3.

A Tarde, 6 jul. 1976, p. 1.

A Tarde, 8 jul. 1976, p. 1.

A Tarde, 16 jul. 1976, p. 3.

A Tarde, 19 jan. 1980, p. 3, Caderno 2.

A Tarde, 2 fev. 1981, p. 3.

A Tarde, 5 fev. 1981, p. 10.

A Tarde, 7 fev. 1981, p. 6.

A Tarde, 4 mar. 1981, p. 3.

A Tarde, 18 mar. 1981, p. 1, Caderno 2.

A Tarde, 16 jul. 1981, p. 6.

A Tarde, 15 ago. 1981, p. 1, Caderno 2.

A Tarde, 15 nov. 1981, p. 2.

A Tarde, 23 nov. 1981, p. 3.

A Tarde, 5 out. 1982, p. 3.

A Tarde, 15 maio 1982, p. 3.

A Tarde, 25 jul. 1982, p. 3, Turismo.

A Tarde, 10 abr. 1983, p. 3.

A Tarde, 09 out. 1983, p. 3.

A Tarde, 12 fev. 1984, p. 2.

A Tarde, 14 maio 1985, p. 3.

A Tarde, 26 jan. 1986, p. 2, Tempo presente.

A Tarde, 4 jun. 1986.

A Tarde, 14 a 22 ago. 1986.

A Tarde, 8 maio 1988, p. 3.

A Tarde, 12 maio 1988, p. 3.

A Tarde, 25 maio 1988, p. 3.

A Tarde, 8 maio 1988, p. 3.

A Tarde, 13 maio 1988, p. 10.

A Tarde, 11 maio 1988, p. 5, Caderno 2.

A Tarde, 7 maio 1988, p. 3.

A Tarde, 12 maio 1988, p. 1, Caderno 2.

A Tarde, 10 abr. 1988, p. 3.

A Tarde, 13 maio 1988, p. 2 e 5.

A Tarde, 24 ago. 1988, p. 1.

A Tarde, 25 jul. 1989, p. 7, Além da Notícia.

A Tarde, 9 set. 1989.

A Tarde, 7 ago, 1990, p. 991, Caderno 2.

A Tarde, 13 maio 1988, p. 6.

A Tarde, 2 maio 19842, p. 6.

A Tarde, 12 maio 1988, p. 6.

A Tarde, 12 maio 1988, p. 6.

A Tarde, 22 maio 1988, p. 6.

A Tarde, 3 ago. 1986, p. 6.

Jornal da Bahia, 25 jul. 1989.

Jornal da Bahia, 30-31 jul. 1989.

Isto É, 29 set. 1993.

CAPÍTULO VII

"FACES DO BRASIL"
INDÍGENAS, NEGROS E CIGANOS NA MÍDIA

O presente ensaio revisita dados de pesquisa nomeada "Faces do Brasil". A pesquisa teve por foco verificar as formas de representação de negros, indígenas e ciganos em veículos da *mainstream media*[1] brasileira, tendo por hipótese que historicamente negros, indígenas e ciganos são alvos de estereótipos negativos de representação de sua imagem pelos meios sociais de comunicação.

A metodologia adotada foi a leitura, o monitoramento, a catalogação e a análise de milhares de páginas de 17 jornais impressos e digitais diários de todas as regiões do país, assim como o escrutínio de outras centenas de páginas de seis revistas semanais e mensais de circulação nacional. Apresenta-se, ao final do capítulo, um recorte analítico sobre

1 Em tradução literal do inglês, algo como "mídia principal". O termo refere-se aos grandes conglomerados tradicionais que atuam no negócio de produção e difusão de notícias e entretenimento.

a representação de indígenas e de ciganos na mídia. Essas duas etnias têm sido menos consideradas até há pouco sob a perspectiva das ciências da comunicação no Brasil.

A respeito de negros já há vasta literatura na área, razão porque aqui deixamos de privilegiá-los[2].

Introdução

A pesquisa "Faces do Brasil" esteve baseada no âmbito do Etnomídia – Grupo de Estudos em Mídia e Etnicidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA)[3]. Em parceria com duas instituições da sociedade civil organizada: Omi-Dùdú – Núcleo de Resgate e Valorização da Cultura Afro-Brasileira, e Afirme-se! – Centro de Práticas e de Estudos de Diversidades Culturais, ambas sediadas em Salvador[4]. Obteve para sua realização financiamento exclusivo da Ford Foundation (FF)[5], a partir de convite por iniciativa pessoal de Ana Toni

2 Pelo menos desde Nina Rodrigues, em capítulo de *Os africanos no Brasil*, reflete-se sobre a representação de negros nos meios de comunicação. Poderíamos aleatoriamente citar os trabalhos de Muniz Sodré, Solange Martins Couceiro de Lima, Edson Cardoso, Joel-Zito Araújo, Liv Sovik e demais. O autor do presente artigo está, ao lado de centenas de outros pesquisadores que se dedicam às temáticas de racismo e mídia no Brasil, entre os que há décadas até o presente têm produzido conhecimento científico nesse campo, de combate aos estereótipos negativos contra os negros nos meios de comunicação.

3 Para informações sobre o Etnomídia, ver Conceição (2019).

4 Essas duas instituições serviram como contratantes da pesquisa. Disponibilizaram também espaços físicos para o trabalho da equipe de pesquisa, na medida em que institucionalmente a UFBA absteve-se de tal responsabilidade.

5 A FF fez duas doações à pesquisa, na forma de *grants*, assim identificadas: Ref. nº 1105-0530-0 e Ref. nº 11151260-0.

então, então diretora (2003-2011) do escritório no Brasil dessa fundação norte-americana, sediado no Rio de Janeiro.

O projeto teve início em março de 2010 e foi concluído em setembro de 2013. A escolha dos três grupos étnicos obedeceu ao critério da inserção destes na história brasileira, desde o período colonial[6].

Ampla literatura produzida existente retrata-os como "raças" inferiores, construindo deles, em geral, imagem negativa de conduta e comportamento.

Foram catalogadas 2.066 matérias – textos e imagens – sobre os grupos étnicos reproduzidos em dezessete jornais diários e seis revistas informativas de todo o Brasil. O acervo de clipagens com menções por etnias, sobrepostas, totaliza 3.334 recortes.

A Tabela 1 apesenta a distribuição das menções específicas por grupo étnico nas 2.066 matérias registradas, com as respectivas palavras-chaves que orientaram o trabalho de clipagem pela equipe da pesquisa. Assuntos relacionados aos negros tiveram 1.887 menções (91,3%), aos indígenas 170 (8,2%) e aos ciganos 9 (0,4%).

6 Sob nossa perspectiva de análise, o conceito auto-identitário é também um conceito político. Dessa forma, quando se fala de "negros" quer-se dizer a soma das pessoas que se autodeclaram "pretas" (em torno de 9% da população) e "pardas" (47%). Povos ciganos no Brasil – calon e rom, principalmente – eram estimados em torno de 800 mil pessoas (0,4% da população brasileira). Havia estimadamente 900 mil indígenas no país – também 0,4% Conferir Estimativas da população – 2021. IBGE, Ministério da Economia, Brasília, 27/08/2021.

Tabela 1 – Clipagem por etnicidade

Etnia	Número de matérias	Percentagem
Negra	1.887	91.3%
Indígena	170	8.2%
Cigana	9	0.4%
Total	2.066	100%

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Consideramos ter sido uma boa ideia daquela diretora da Fundação Ford ter estimulado a montagem do projeto fora do eixo Rio-São Paulo. A capital da Bahia, estado brasileiro com maior presença de afrodescendentes, paradoxalmente, segundo dados estatísticos de diversas fontes, é dos locais que apresentam maiores índices de pobreza, desigualdade social e racismo estrutural[7].

A equipe de pesquisa do Faces do Brasil (EPqF) envolvida no projeto considerou que os resultados aqui apresentados poderiam ter maior impacto, naquilo em que o projeto se propôs, não houvesse a quebra de continuidade na forma de assistência prestada pelo escritório da FF, por decisão política

7 Dos 26 estados brasileiros e o distrito federal, a Bahia figura em 21ª posição, à frente apenas de Sergipe, Pará, Piauí, Maranhão e Alagoas, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 2022, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). Cf. PNUD/Relatório do Desenvolvimento Humano 2021-2022: Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22 Situa-se, no entanto, entre os sete estados de maior produção de riqueza econômica, isto é, Produto Interno Bruto (PIB), caindo para o 18º lugar em termos de PIB per capita. Cf. IBGE/Sistema de contas regionais (IBGE, 2022). Por seu turno ostenta, em série histórica, a liderança de mortes violentas no país, as quais os negros, particularmente a juventude, são as vítimas preferenciais (Souza; Vieira, 2022).

distinta da nova diretora da agência de fomento depois do fim da gestão de Ana Toni[8].

Um esforço sério para compreender como a mídia impressa brasileira discute as questões de grupos historicamente marginalizados e estereotipados por sua condição étnico-racial, resultou em interações feitas pelo projeto, no período, com diversos atores sociais.

Pelo menos 23 pessoas estiveram diretamente envolvidas na pesquisa[9]. Do início à sua finalização, a EPqF – composta por jornalistas, cientistas da computação, estudantes de pós-graduação e de graduação em Comunicação Social, em Letras e Pedagogia, além de assistentes – continuou recebendo formação acadêmica, com leitura de bibliografia adredemente selecionada.

O financiamento cobriu despesas com pagamento de bolsas aos pesquisadores, contratação de serviços de terceiros, compra de equipamentos eletrônicos, computadores, materiais de consumo, custos com taxas e assinaturas de periódicos, além de organização de eventos acadêmicos.

Para coleta de dados foi utilizado o software Sphinx[10], mediante contrato pago que garantiu o suporte técnico necessário de manipulação da ferramenta. Alimentamos o

---

8 Sucedida por Nilcéa Freire, que ficou no cargo até maio de 2016.

9 A equipe de pesquisa, formada por bolsistas, sob coordenação geral deste autor, foi composta por: Danila de Jesus e Wellington Oliveria: assistentes seniores; Joaci Conceição Batista e Marilúcia Leal: assistentes juniores; Adrielle Magly, Alles Alves, Ana Paula Costa, Ana Paula Fanon, Daniele Rodrigues, Fabiana da Guia, Ítalo Lírio, Maria Garcia, Matheus Sampaio, Paul Regnier, Vanice da Mata e Wilton Mercês. Além dessas,participaram outros assistentes voluntários. Essas pessoas estão isentas de responsabilidade por possíveis falhas e omissões de conteúdo do presente ensaio.

10 Ver: https://www.sphinxbrasil.com.

software com palavras-chaves, a fim de detectar a incidência de termos utilizados na cobertura da imprensa.

Tabela 2 – Termos que aparecem na cobertura

Palavras-chaves	Número de vezes	Percentagem
África	85	1.7%
Africano(a)	142	2.9%
Afrodescendente	150	3.1%
Candomblé	163	3.3%
Cota	253	5.2%
Discriminação	160	3.3%
Equidade	90	1.8%
Indígenas	106	2.2%
Negro (M)	893	18.3%
Negra (F)	294	6.0%
Orixá	86	1.8%
Quilombo	128	2.6%
Racial	246	5.0%
Racismo	391	8.0%
Outros	184	3.8%
Indefinido	1,505	30.9%
Total	4,876	100.0%

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Importância do projeto

A cada quinze dias as mesas de debates internos com os participantes visaram fornecer elementos para a compreensão dos mecanismos de produção do noticiário jornalístico. Não apenas questões técnicas, mas também de conteúdo e de política foram sempre abordadas. De fato, a pesquisa

também visou formar massa crítica entre os membros da equipe envolvida no trabalho.

Há indicações de que foi alcançada a meta de estabelecer diálogos permanentes com outros atores sociais diversos. Em particular, com representantes das empresas de comunicação no país. Isso porque a opção filosófica do projeto sempre foi enxergar a necessidade de encarar a chamada grande mídia não, necessariamente, como adversária.

Nesse sentido a pesquisa chegou, em 2012, a ser analisada pela direção da Empresa Brasileira de Comunicação/ TV Brasil (EBC), como pauta para a produção de um evento especial, que inicialmente estava previsto para ocorrer em Brasília. As tratativas, entretanto, não chegaram a termo esperado pelas partes.

Mesmo que não se possa dizer que a grande mídia brasileira seja uma aliada de primeira hora da luta antirracista, vimos a necessidade de dialogar com os seus prepostos, na tentativa de melhorar a cobertura jornalística a partir dos dados apresentados pela pesquisa. Dados que comprovam a visão estereotipada que subsistia (ou até o presente subsiste) na cobertura midiática das questões que envolvem o indígena, o cigano e o negro brasileiros.

A EPqF fortificou parcerias com instituições da sociedade civil, a exemplo da ANDI – Agência Nacional para os Direitos da Infância e da Juventude, contribuindo, inclusive, como membro do grupo montado por essa ONG com o intuito de produzir um relatório sobre mídia e racismo no Brasil.

De modo semelhante, mantivemos e até ampliamos parcerias com a Universidade, particularmente no processo de organização e execução de seminários temáticos focados no

desenvolvimento da pesquisa. No decorrer de 2012, dois integrantes do projeto tiveram aceitas propostas de divulgação científica dos dados parciais da pesquisa em dois fóruns de discussão acadêmica privilegiados na área de Comunicação, a exemplo do Intercom.

O ineditismo e a importância do projeto "Faces do Brasil" podem ser medidos com o transbordamento de sua esfera de atuação. Entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, duas propostas acadêmicas que têm os dados da pesquisa como elementos de análise, foram acolhidas – uma ao nível do Pós-Afro (Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos) da UFBA, no grau de mestrado; outra, na graduação, como Trabalho de Conclusão de Curso.

Espaços fundamentais de interlocução com a sociedade em geral foram os Seminários Abertos de apresentação pública de resultados da pesquisa, como forma de prestação de contas aos grupos étnicos interessados.

O primeiro seminário, intitulado "Indígenas na mídia brasileira: um recorte", foi realizado em março de 2012. Participou como palestrante convocado o cacique Babau, do povo Tupinambá, à época ele próprio submetido a ordens de prisão, por conta de conflitos no território indígena no sul da Bahia. A seu lado, palestraram ainda dois acadêmicos envolvidos na causa dos povos originários[11].

O segundo seminário, "Ciganos na mídia brasileira: um recorte", em dezembro de 2012, contou com a participação de representações ciganas e palestras do professor Rodrigo

11 Foram eles a professora Clélia N. Côrtes, coordenadora do Programa de Educação Tutorial (PET) Indígena da UFBA, e o professor Francisco Alfredo Guimarães, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Corrêa Teixeira, pesquisador da temática na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais[12], e do fotógrafo Rogério Ferrari, que então lançava seu livro de registros fotográficos desses povos, justamente intitulado *Ciganos: existências, resistências* (2011).

Em maio de 2013 aconteceu o derradeiro dos seminários sobre a representação dos três grupos étnicos focados na pesquisa: "O negro na mídia brasileira: um recorte" levou a Salvador a então *ombudsman* de um dos mais importantes veículos nacionais, Suzana Singer, da *Folha de S. Paulo*. Da mesa de debates participaram o jornalista Sérgio Costa, diretor de redação do jornal *Correio*, o professor Valdemir Zamparoni, coordenador do Pós-Afro UFBA, e o autor do presente texto.

Os seminários obtiveram ampla aceitação de público envolvido na luta antirracista dos três grupos étnicos abordados na pesquisa, além de grande repercussão na mídia em geral. Obedeciam a uma decisão estratégica de publicização dos dados do monitoramento. Devido ao grande volume de material colhido e analisado, a EPqF decidiu fatiar a apresentação dos relatórios, por etnia. Em todos os seminários houve qualitativa participação de ativistas e de acadêmicos dedicados à problemática[13].

12 Ver a obra *Ciganos no Brasil: uma breve história*, de Corrêa Teixeira (2009).

13 Foi proposto à direção do escritório da FF no Rio, sem sucesso, o apoio à publicação dos dados consolidados da pesquisa em suportes impressos e digitais.

Universo da pesquisa

A pesquisa teve abrangência nacional. Não se esqueça: ainda era incipiente, quando proposto o projeto em 2010, a febre das redes sociais que anos depois viriam elas mesmas se transformar em veículos de produção e difusão de notícias, atuando prioritariamente nas estradas digitais possíveis com a Internet de grande velocidade. Vêm à mente Facebook, WhatsApp, Twiter, Telegram, Tiktok e demais.

Naquele contexto, a opção da pesquisa foi o monitoramento de veículos impressos: jornais e revistas noticiosos e de informação. As edições diárias, semanais e mensais – mediante contrato de assinatura com o setor de assinatura dos veículos escolhidos – eram entregues na sede da pesquisa em Salvador.

Um total de 17 jornais impressos, alguns de circulação nacional, a maioria de circulação estadual ou local, foi assinado (Quadro 1). Houve dificuldades, questões logísticas – como impossibilidade de entrega em Salvador das edições – de assinaturas de veículos diários de outros estados brasileiros, razão que levou a esse universo de monitoramento. Mais seis revistas impressas de cobertura e circulação nacionais juntaram-se aos jornais na composição do *corpus* da pesquisa (Quadro 2).

Quadro 1 – Jornais diários monitorados

Região	Nome do veículo	Estado-sede do veículo
Norte	*O Liberal* *A Crítica* *Folha de Boa Vista*	Pará Amazonas Roraima
Centro-Oeste	*Correio Braziliense* *Folha do Estado*	Distrito Federal Mato Grosso

Região	Nome do veículo	Estado-sede do veículo
Sul	*Zero Hora*	Rio Grande do Sul
Sudeste	*O Globo* *Folha de S. Paulo* *O Estado de S. Paulo* *A Gazeta* *Estado de Minas* *Valor Econômico*	Rio de Janeiro São Paulo São Paulo Espírito Santo Minas Gerais São Paulo
Nordeste	*A Tarde* *Correio* *O Estado do Maranhão* *Diário do Nordeste* *Diário de Pernambuco*	Bahia Bahia Maranhão Ceará Pernambuco

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Quadro 2 – Magazines ou revistas monitorados

Revistas de circulação nacional por importância e tiragem	Periodicidade
Veja	Semanal
Época	Semanal
Carta Capital	Semanal
Isto É	Semanal
Caros Amigos	Semanal
Brasileiros	Mensal

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

O total de 2.066 textos clipados e analisados obedeceu a critérios de leitura e análise estabelecidos por um questionário adredemente criado – de forma original – pela "Faces do Brasil". Como já mencionado, 91,3% tratava de questões relacionadas à representação dos negros, 8,2% dos textos à representação de indígenas e 0,4% à representação de ciganos.

Fundamentos do questionário da pesquisa

É consensual entre os que se dedicam à pesquisa científica a importância que se deve dar às perguntas a compor o questionário – ou o conjunto de questões – objetivando obter os resultados esperados na investigação do inquérito social. Seria exaustivo, aos propósitos do presente capítulo, utilizar este espaço com transcrições de citações do conhecimento teórico já plenamente estabelecidas neste tópico[14].

Na prática, sob orientação destre autor, a EqPF trabalhou nos primeiros noventa dias iniciais de execução do projeto com uma série de temas multidisciplinares até a aprovação do questionário enfim aplicado na leitura e na análise dos veículos impressos assinados.

O questionário, subdividido em sete grupos – ou camadas de aprofundamento –, além de uma parte inicial introdutória, conteve 81 questões. O pesquisador fazia as questões ao texto disponível à análise e, com isso, alimentava o sistema Sphinx, que ao final as agregava em planilhas. Da primeira à última questão, buscou-se seguir um percurso de abordagem dos textos de jornais e revistas à disposição.

Eis o detalhamento do questionário explicado passo a passo no Quadro 3.

14 Ver o artigo "A técnica do questionário na pesquisa educacional", de Chaer, Diniz e Ribeiro (2011).

Quadro 3 – Questionário utilizado para o monitoramento

Faces do brasil - questionário			
Questões		**Respostas (explicação ao leigo)**	**Datas**
Parte introdutória do questionário			
1	Pesquisador	Nesse espaço o membro da EqPF apõe nome e sobrenome.	Referente aos dias de monitoramento.
2	Cód. do pesquisador	Foi atribuido um código identificador para cada membro da EqPF, tanto para o pesquisador/analista dos textos, quanto para aqueles que executavam apenas a tarefa de clipagem das matérias selecionadas.	
3	Cód. do clipador	Quem apenas clipava tinha código distinto.	
4	Data	Da publicação da metéria.	
5	Região	Da publicação do veículo.	
6.	Veículo	Nome do veículo.	
7	Página	Em que ou quais páginas a metéria saiu.	
8	Localização na página	Se dobra superior ou na dobra inferior do veículo[<?>].	
9	Código do texto	Foi atribuído um código a cada tipo de texto, a depender de seu volume e destaque.	
10	Editoria	Identidicação da seção editorial da matéria publicada.	
11	Se outros, defina	Por exemplo, notas ou comentários de leitores.	
Grupo 1 de questões			
12	Manchete principal	Especifica se a matéria ganhou importância em relação a ouras na mesma edição.	
13	Chamada de capa	Se a matéria foi destacada na capa da edição.	
14	Tipo de notícia	Se principal, secundária, retranca etc..	
15	Tipo de texto	Se reportagem, entrevista, opinião, carta de leitor.	
16	Título do texto	Aqui, reproduz-se o título da matéria	.
17	Autor do texto	Colcar, se o texto é assinado.	

Grupo 1 de questões			
18	Matéria com imagem	Sim ou não.	
19	Qual?	Se foto, ilustração, gráfico.	
20	Número de retrancas	Se a matéria tem texto de apoio, quantos.	
21	Localização geográfica da notícia	Área rural? Área urbana? Não se aplica?	
22	Local da notícia	Região central? Periferia? Não se aplica?	
23	Etnia abordada	Das três escolhidas para análise.	
24	Grupo indígena	Se indígena, de que povo?	
25	Palavras-chaves	Uma série (ver gráfico).	
26	Se outras, definir	(Outras palavras-chaves, indicada por pesquisador).	
Grupo 2 de questões			
27	Menciona legislação	A partir do conhecimento adquirido pelo pesquisador das leis sobre o tema a níveis federal, estadual e municipal.	
28	Se sim, defina	Definir a caracterísca da lesgislação mencionada no texto.	
29	Inclua o texto	Pesquisador transporta o texto para o questioonário.	
30	Tema principal	Citar o fato noticiado.	
31	Tema secundário	Dizer o contexto da notícia.	
32	Termos pejorativos	Em relação à etnia envolvida, quanto a estereótipos negativos.	
33	Se sim, defina	Havendo termos pejorativos, defini-los.	
34	Citado por	Dizer quem expressa o termo pejorativo.	
35	Se fonte, defina	Se o termo pejorativo foi usado por fontes da notícia ou pelo autor do texto.	
36	Abordagem do texto	Se denúncia, se reforça estereótipos se apresenta soluções etc..	

Grupo 3 de questões			
37	Cita políticas públicas?	Sim ou não.	
38	Executivo federal	Se políticas públicas emanadas do poder federal.	
39	Executivo estadual	Se políticas públicas emanadas do poder estadual.	
40	Executivo municipal	Se políticas públicas emanadas do poder municipal.	
41	Órgãos auxiliares do executivo	Se as políticas públicas emanam de alguma instância auxiliar do poder executivo, a exemplo de Defensorias Públicas.	
42	Se sim, defina	Emanam de qual órgão auxiliar do executivo?	
43	Se cita Legislativo federal	Se o texto menciona legislação federal.	
44	Se sim, defina	Qual legislação federal?	
45	Órgãos auxiliares do legislativo federal	Se a matéria menciona regra ou norma de órgão auxiliar do legislativo, a exemplo do Tribunal de Contas da União.	
46	Se sim, defina	Mencionar o órgão auxiliar do legislativo federal.	
47	Legislativo estadual	(repete procedimento aplicado para a federal)	
48	Órgão auxiliar do legislativo estadual	*Idem*	
49	Se sim, defina	*Idem*	
50	Legislativo municipal	*Idem*	
51	Órgão auxiliar do legislativo municipal	*Idem*	
52	Se sim, defina	*Idem*	
53	Cita Poder Judiciário	Se o texto menciona questão jurídica.	

Grupo 3 de questões			
54	Se sim, defina	Aqui especifica qual instância judicial da questão.	
55	Se 3ª Instância do PJ, defina	Se a questão já tramita ou tramitou até as cortes superiores da Justiça.	
Grupo 4 de questões			
56	Partidos políticos / candidatos	Sim ou não.	
57	Se sim, defina	Especifica, nomeando, partido e candidato.	
58	Igrejas/entidade religiosa	Se o texto cita.	
59	Se sim, defina	Especifica qual ou quais igrejas ou entidade.	
60	Empresas	Se há empresas citadas na matéria.	
61	Se sim, defina	Especifica a ou as empresas.	
Grupo 5 de questões			
62	Ministério Público	Se houver envolvimento do MP no texto abordado.	
63	Universidades	*Idem*	
64	Sindicato/ entidade de classe	*Idem*	
65	Fundações/ Institutos	*Idem*	
66	Se sim, defina	Especifica, nomeando se fundação ou instituto.	
67	ONG	Se o texto menciona alguma Organização Não-Governamental da sociedade civil.	
68	Se sim, defina	Especifica.	
69	Organismo internacional	*Idem*	
70	Se sim, defina	Especifica o organismo internacional.	
71	Fontes estatísticas	Se o texto utiliza e cita dados estatísticos.	
72	Se sim, defina	Especifica a fonte de tais dados estatísticos.	

Grupo 6 de questões			
73	Especialista	Se o texto menciona pessoas definidas como especialista autorizado na questão abordada.	
74	Se sim, defina	Em que a fonte é especialista.	
75	Há personagens	Se há atores/personagens presentes no texto.	
76	Se sim, qual a posição	Se esses personagens são beneficiários de políticas de ações afirmativas, contra ou neutros.	
Grupo 7 de questões			
77	Mídia	Se o texto ou matéria referencia-se ou é referenciada por algum meio de comunicação.	
78	Se sim, defina	Nomeia e especifica que tipo de mídia.	
79	Fonte identificável	Se o texto é produzido a partir de citações de fontes nomeadas explicitamente.	
80	Há fontes citadas	Independentente de estarem identificadas.	
81	Se sim, defina	Dizer que tipo de fonte.	

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

A extração das informações obtidas a partir do questionário alimentaram o banco de dados suportados pelo software Sphinx. Isso resultou na produção de um conjunto de gráficos detalhados, o qual seria exaustivo aqui expor – até pela limitação de espaço.

Vale, entretanto, passando uma vista d'olhos em alguns gráficos, comparar:

I. em quais editorias negros, indígenas e ciganos são mais mencionados;
II. o tipo de abordagem feita pelas matérias dos jornais/revistas em relação a cada etnia; e
III. a inserção que a etnia obteve em cada um dos veículos monitorados.

Seguem-se, em forma de tabelas, a amostragem gráfica e, mais adiante, a análise feita a partir dos dados levantados pela "Faces do Brasil".

Tabela 3 – Negro por Editoria ou seção do veículo

Editoria ou seção	Número de vezes	Percentagem
Carta do leitor	140	7.4%
Editorial	34	1.8%
Sondagem (pesquisa de opinião)	0	0.0%
Internacional / Mundo	8	0.4%
Cultura	277	14.7%
Economia	24	1.3%
Esportes	24	1.3%
Nacional /Brasil	172	9.1%
Opinião / Artigo assinado	252	13.4%
Política	80	4.2%
Regional / Cidades	460	24.4%
Segurança / Polícia	35	1.9%
Social / Sociedade	44	2.3%
Suplementos especiais	57	3.0%
Outros	280	14.8%
Total	1.887	100.0%

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 4 – Indígena por Editoria ou seção do veículo

Editoria ou seção	Número de vezes	Percentagem
Carta do leitor	23	1,6%
Editorial	10	0,7%
Sondagem (pesquisa de opinião)	1	<0,1%
Internacional / Mundo	6	0,4%
Cultura	105	7,4%

Editoria ou seção	Número de vezes	Percentagem
Economia	55	3,9%
Esportes	10	0,7%
Nacional /Brasil	174	12,4%
Opinião / Artigo assinado	92	6,5%
Política	118	8,4%
Regional / Cidades	538	38,2%
Segurança / Polícia	47	3,3%
Social / Sociedade	63	4,5%
Suplementos especiais	33	2,3%
Outros	136	9,6%
Total	1.411	100%

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 5 – Cigano por Editoria ou seção do veículo

Editoria ou seção	Número de vezes	Percentagem
Carta do leitor	3	8.3%
Editorial	1	2.8%
Sondagem (ou pesquisa de opinião)	0	0.0%
Internacional / Mundo	0	0.0%
Cultura	3	8.3%
Economia	0	0.0%
Esportes	0	0.0%
Nacional /Brasil	4	11.1%
Opinião / Artigo assinado	8	22.2%
Política	0	0.0%
Regional / Cidades	9	25.0%
Securança / Polícia	1	2.8%
Social / Sociedade	0	0.0%
Suplementos especiais	0	0.0%
Outros	7	19.4%
Total	36	100.0%

Fonte: Pesquisa "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 6 – Como é a abordagem da questão negra no texto

Tipo de enfoque	Número de vezes	Percentagem
Apresenta denúncia	361	15.0%
Busca de soluções	148	6.2%
Fatual	021	42.5%
Problematiza a realidade	788	32.8%
Reforça estereótipos	85	3.5%
Total	2.403	100.0%

Fonte: "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 7 – Como é abordagem da questão indígena no texto

Tipo de enfoque	Número de vezes	Percentagem
Apresenta denúncia	368	18.5%
Busca de soluções	255	12.8%
Fatual	838	42.1%
Problematiza a realidade	492	24.7%
Reforça estereótipos	36	1.8%
Total	1.989	100.0%

Fonte: "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 8 – Como é a abordagem da questão cigana no texto

Tipo de enfoque	Número de vezes	Percentagem
Apresenta denúncia	7	13.7%
Busca de soluções	4	7.8%
Fatual	20	39.2%
Problematiza a realidade	17	33.3%
Reforça estereótipos	3	5.9%
Total	51	100.0%

Fonte: "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 9 – Presença negra, por veículo

Veículo	Número de inserção	Percentagem
A Crítica CR (AM)	30	1.6%
A Tarde TA (BA)	376	19.9%
A Gazeta GA (ES)	99	5.2%
Correio* CO(BA)	178	9.4%
Correio Brasiliense CB (DF)	93	4.9%
Diário do Nordeste DN (DF)	88	4.7%
Diário de Pernambuco DP (PE)	50	2.6%
Estado de Minas EM (MG)	66	3.5%
Follha de Boa Vista FB (RR)	25	1.3%
Folha de São Paulo ES (SP)	131	6.9%
Folha do Estado FE (MT)	71	3.8%
O Estado de São Paulo ES (SP)	95	5.0%
O Estado do Maranhão EM (MA)	126	6.7%
O Globo GL (RJ)	200	10.6%
O Liberal LI (RJ)	101	5.4%
Valor Econômico VE (SP)	4	0.2%
Zero Hora ZH (RS)	86	4.6%
Brasileiros (BR)	5	0.3%
Caros Amigos (CA)	12	0.6%
Carta Capital (CC)	19	1.0%
Época (EP)	12	0.6%
Isto É (IS)	6	0.3%
Veja (VE)	14	0.7%
Total monitorado	1.887	100.0%

Fonte: "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Tabela 10 – Presença indígena, por veículo

Veículo	Número de inserções	Percentagem
A Crítica CR (AM)	176	12.5%
A Tarde TA (BA)	90	6.4%
A Gazeta GA (ES)	32	2.3%
Correio* CO(BA)	32	2.3%
Correio Brasiliense CB (DF)	35	2.5%
Diário do Nordeste DN (DF)	81	5.7%
Diário de Pernambuco DP (PE)	16	1.1%
Estado de Minas EM (MG)	25	1.8%
Follha de Boa Vista FB (RR)	255	18.1%
Folha de São Paulo ES (SP)	67	4.7%
Folha do Estado FE (MT)	93	6.6%
O Estado de SãoPaulo ES (SP)	89	6.3%
O Estado do Maranhão EM (MA)	68	4.8%
O Globo GL (RJ)	78	5.5%
O Liberal LI (RJ)	194	13.7%
Valor Econômico VE (SP)	10	0.7%
Zero Hora ZH (RS)	31	2.2%
Brasileiros (BR)	2	0.1%
Caros Amigos (CA)	5	0.4%
Carta Capital (CC)	9	0.6%
Época (EP)	9	0.6%
Isto É (IS)	4	0.3%
Veja (VE)	10	0.7%
Total monitorado	1.887	100.0%

Fonte: "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Quadro 4 – Presença cigana, por veículo

Veículo	Número de inserções	Percent
A Crítica CR (AM)	1	2.8%
A Tarde TA (BA)	10	27.8%
A Gazeta GA (ES)	2	5.6%
Correio* CO (BA)	3	8.3%
Correio Brasiliense CB (DF)	1	2.8%
Diário do Nordeste DN (DF)	0	0.0%
Diário de Pernambuco DP (PE)	0	0.0%
Estado de Minas EM (MG)	0	0.0%
Follha de Boa Vista FB (RR)	0	0.0%
Folha de São Paulo ES (SP)	0	0.0%
Folha do Estado FE (MT)	5	13.9%
O Estado de São Paulo ES (SP)	1	2.8%
O Estado do Maranhão EM (MA)	1	2.8%
O Globo GL (RJ)	5	13.9%
O Liberal LI (RJ)	0	0.0%
Valor Econômico VE (SP)	0	0.0%
Zero Hora ZH (RS)	5	13.9%
Brasileiros (BR)	0	0.0%
Caros Amigos (CA)	0	0.0%
Carta Capital (CC)	1	2.8%
Época (EP)	1	2.8%
Isto É (IS)	0	0.0%
Veja (VE)	0	0.0%
Total monitorado	1.887	100.0%

Fonte: "Faces do Brasil" de monitoramento da mídia impressa.

Recorte: Indígenas

Na pesquisa observa-se que as editorias em que predominavam os textos sobre os indígenas no país são: Cultura, com 105 textos publicados; Nacional/Brasil, com 174; Política, com 118; e Regional/Cidades, com o recorde de 538 textos publicados.

Percebeu-se que 38% dos 1.411 textos publicados nos veículos monitorados estão ligados à pauta local. Sintomático, já que a pesquisa abrange os veículos regionais, especialmente da região Norte, onde a população indígena, de acordo com o último censo do IBGE (2010), era de 243 mil pessoas. Não por coincidência os veículos que mais publicaram sobre os indígenas são dessa região: *Folha de Boa Vista* (RR), *O Liberal* (PA) *e A Crítica* (AM).

Juntos, esses três veículos foram responsáveis por 44,3 % dos textos publicados sobre povos indígenas no período de monitoramento, totalizando 625 notícias. *Folha de Boa Vista,* relatou a temática por 255 vezes. O Liberal, sediado em Belém, com 194 textos publicados, foi seguido por *A Crítica*, de Manaus, com 176 notícias.

Em termos de cobertura nacional o destaque foi o jornal *Valor Econômico*, publicação voltada para temas de negócios empresariais e financeiros. Abordou por 10 vezes a questão indígena. Bem acima de revistas semanais, como *Isto É* com quatro citações, mesmo número da concorrente *Veja*.

O Globo (RJ), (SP) e *O Estado de S. Paulo* (SP) publicaram juntos 234 textos. Esses veículos, por estarem no centro financeiro do país, só tratam de assuntos voltados aos indígenas quando, e principalmente, questões voltadas para a

demarcação de terras, ou a construção de usinas na região da Amazônia legal, onde se concentra o maior número de reservas indígenas.

Outros veículos também se destacam: *Folha do Estado* (MT), *Diário do Nordeste* (CE) e *A Tarde* (BA)[15].

Constata-se que havia uma flutuação da cobertura midiática sobre indígenas, pois não é restrita apenas àquelas editorias acima citadas. Os povos indígenas estiveram presentes nas editorias de Economia, por 55 vezes; em editorias que discutem "Sociedade", com 63 aparições; nos espaços de debates dos jornais – a exemplo de artigos e cartas de leitores. Na editoria de Opinião, que inclui editoriais, estiveram por 92 vezes. Em Esportes, 10 textos foram regstgrados.

Já aí foi possível observar uma compreensão menos estreita em relação às questões indígenas na cobertura da mídia no país. A agenda indígena, durante os 19 meses de cobertura dos jornais brasileiros, apontava para abordagem mais integral, menos estereotipada, das identidades dos povos originários.

Veículos regionais publicaram volume considerável de textos sobre os indígenas, em especial os da região norte e centro-oeste – já que são um grupo étnico importante na demografia desses estados, fronteiras agrícolas nos quais está grande parte das reservas indígenas demarcadas brasileiras.

Quando analisamos os números referentes às editorias em que os textos sobre os indígenass mais foram pautados, percebemos como essa afirmação se concretiza. Nesses jornais, indígenas fazem parte da vida daquelas sociedades. São, dessa forma, quase que cotidianamente retratados na

15 O jornal *A Tarde*, com 90 textos no período de análise, superou em quase três vezes seu principal concorrente no mercado baiano, o *Correio**, com 32 matérias.

mídia. Na *Folha de Boa Vista*, por exemplo, a cobertura estava centrada aos problemas no sistema de saúde, educação, cultura, segurança e disputa de terras. Ou discussões do Governo Federal sobre a inserção de políticas de apoio para o grupo étnico.

Temas e abordagens recorrentes sobre indígenas na mídia

Desde os primeiros meses de análise, foi possível observar que boa parte das matérias publicadas sobre a etnia ora abordada fazia associação desta com assuntos relacionados à questão fundiária e à saúde.

O assunto *demarcação de terras indígenas* é bastante evidenciado no período analisado. Esse aparece, sobretudo, no tipo de texto "artigo de opinião". Na verdade, essa modalidade é das mais recorrentes, marcado em 8,4% das publicações, correspondente a 118 textos. Contudo, "reportagem", modelo base dos textos jornalísticos, é majoritário: 73,4% das publicações, o que corresponde a 1.036 marcações. O texto tipo "nota" foi observado em 13,8% do conjunto monitorado, com 195 marcações. As demais matérias se dividem entre "coluna de consulta", "carta do leitor", "coluna social", "editorial", "enquete" "entrevista". Porém, excetuando "carta do leitor" (2,3%), nenhum desses demais tipos atinge a marca de 1%.

Observa-se também a relevância dada pela mídia aos conflitos entre indígenas e fazendeiros – novamente a questão fundiária -, com destaque para os ocorridos no município de Pau Brasil, sul da Bahia, em 2012. Destaca-se na cobertura a

Folha de S. Paulo, que deslocou àquele município um repórter para cobrir todo o acontecimento. Ao analisar, porém, o conteúdo das matérias, este oscilava entre o questionamento de "*para que indígena quer tanta terra*?" e a situação dos fazendeiros – fixados naquele território por concessão governamental por volta de meados do século XX, enquanto os povos indígenas ali estão desde antes de o Brasil ser Brasil.

Destaque-se os assuntos em que a presença indígena possui relação direta com grandes obras, públicas ou privadas. Aqui se verifica considerável quantitativo de material sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol[16] e, principalmente, a hidrelétrica de Belo Monte[17]. Nestes casos, a cobertura acontece quase que diariamente, trazendo fatos novos. O conflito em Belo Monte é recorrente em praticamente todos os veículos. A análise diária do assuntoo dá a entender que para a mídia brasileira os grupos indígenas que "insistem" em viver os seus modos de vida tradicionais são um entrave para o desenvolvimento do país, na pespectiva desenvolvimentista abraçada também pelos governos de então.

A abordagem dada às matérias é fundamental na compreensão de realidades construídas sobre determinados grupos humanos. Enquanto campo social, o jornalismo agrega valor de importância ou invisibilidade aos fatos e acontecimentos. Nesse sentido, não falar determinado assunto pode causar danos tão grandiosos quanto descrevê-lo ou narrá-lo estabelecendo relação maniqueísta com os acontecimentos, ou ainda empreender cobertura enviesada.

16 Ver: Santana (2019).

17 Para uma síntese sobre os conflitos e construção da usina de Belo Monte, ver Suçuarana (2023).

A análise do material pesquisado foi feita a partir de classificações diversificadas, a saber: classificações "Apresenta denúncia", "Busca soluções", "Fatual", "Problematiza a realidade" e " Reforça estereótipos". Considerando uma escala numérica evolutiva, no caso da etnia indígena as classificações resultaram em: "Fatual", primeiro lugar com 42,1% das publicações, correspondente a 838 marcações, seguida pela "Problematiza a realidade", com 24,7% (492 marcações), "Apresenta denúncia", com 18,5% (368 marcações), "Busca soluções", com 12,8% (255 marcações) e "Reforça estereótipos", com 1,8% (36 marcações).

Ao observar-se os gráficos gerados a partir da alimentação dos dados na plataforma Sphinx, verificar-se-á um número total de marcações superior ao número total de matérias selecionadas sobre a etnia – indígena, cigana e negra. Fato que decorre da possibilidade de uma mesma publicação enquadrar-se em mais de uma daquelas classificações.

Considerações: indígenas

Foram analisados no período 639 edições de jornais, num trabalho de leitura diária e clipagem dos textos que nos cabiam dentro da pesquisa. Das 1.411 notícias clipadas nota-se que os jornais *Folha de Boa Vista*, O Liberal, de Belém, e *A Crítica*, de Manaus, publicaram matérias sobre questões indígenas, ao longo desses 19 meses de observação, mais vezes do que os outros veículos, embora o primeiro o faça buscando um viés pitoresco. Quando se compara a produção de notícias por região, verifica-se que os jornais da região Sudeste e Sul,

nas quais os indígenas não são muito numerosos, foram os que menos destacaram a temática[18].

A distinção entre veículos que tem circulação nacional e veículos de circulação regional, resulta diretamente na relação do jornal com as minorias sociais que compõem a população na praça onde é editado, distribuído e baseia sua venda ou circulação. Com os jornais nacionais, as minorias são pautadas, no caso dos indígenass, quando ligadas a fatos políticos e econômicos. Nos veículos regionais, os indígenas são pautados em outras editorias, seja Cultura, seja Esporte ou "Sociedade".

Observa-se que os jornais ditos nacionais, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, pouco publicaram sobre a etnia indígena. *Folha de S. Paulo* foi o diário que menos publicou no período do monitoramento, ficando atrás de *O Globo e O Estado de S. Paulo*. Os termos dos textos desses "jornalões" estavam sempre ligadas à questões do desenvolvimento econômico do país, para o que havia questionamentos em torno da legitimidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e das políticas do Estado Brasileiro para preservação da cultura indígena e que asseguram o direito à terra. Fala-se que reservas indígenas próximas das fronteiras colocam em

18 Não são contemplados nessa análise dados do jornal *Diário de Pernambuco* entre os meses de janeiro e junho de 2012, pois o mesmo passou por um processo de atualização na edição eletrônica e deixou de alimentar as edições anteriores do veículo desde janeiro de 2012. A análise não contempla também os dados da leitura e clipagem dos jornais Correio Brasiliense e O Estado de Minas no período de julho a outubro de 2011. Os jornais não alimentaram a versão online no período citado. Problemas técnicos relativos às dificuldades de acesso à versão digital dos veículos supracitados retardaram a consolidação dos dados desses veículos. É importante esclarecer que os problemas foram externos, não cabendo à equipe de pesquisa resolvê-los.

risco a soberania brasileira, pois os indígenass não fazem a vigilância necessária para impedir a invasão ou a passagem de estrangeiros. Ou que manter grandes áreas de terras em poder dos indígenas é um inconveniente para a economia nacional.

Recorte: ciganos

Faz-se necessária uma breve apresentação. Chegados ao Brasil a partir de 1574, os povos ciganos até hoje são subestimados no conjunto da sociedade brasileira. A definição do que vem a ser cigano ainda é muito confusa. Segundo estudiosos do tema, o termo é usado de forma pejorativa desde o século XV em *A Farsa de uma Cigana*, de Gil Vicente. A origem dos ciganos é atribuída à Grécia, primeiro e depois ao Egito, passando pela Turquia e Índia. Quando chegam ao Brasil, a partir de século XVI, se dizem originários do Egito.

As definições do que vem a ser cigano foi-se modificando ao longo dos séculos. No entanto, manteve-se o conteúdo estereotipante e pejorativo do grupo. Cigano, a palavra, sempre esteve associada aos termos vagabundo, ladrão, trambiqueiro. Essas imagens estão ligadas a algumas características desses povos, e, no caso do Brasil, a algumas questões históricas. A associação com a palavra vagabundo seria em decorrência do fato desses povos serem nômades, não terem residência fixa, ou mesmo um meio de sobrevivência única, pois a cada região que se alojavam, seguia-se as regras daquele ambiente.

Outras associações estão ligadas aos diversos meios de sobreviver encontrados por estes povos, pois como viviam por um curto período em determinadas regiões, a cada nova cidade em que acampavam, procuravam um meio de ganhar dinheiro, seja ludibriando as pessoas com supostos poderes de adivinhação, ou mesmo roubando objetos para revendê-los.

Principais temáticas relacionadas a ciganos

Ainda que seja o agrupamento étnico menos presente na cobertura, o monitoramento destacou a recorrência de alguns poucos temas referentes aos ciganos, a saber:

Violência

São as páginas destinadas aos ciganos, onde eles majoritariamente apareceram. E aqui acontece um fenômeno interessante, se no caso dos negros e indígenass eles são as vítimas quando aparecem nestas reportagens, os ciganos são os algozes aqui. E mesmo quando é a vítima da vez, o jornal faz questão de justificar.

"Dia do Cigano"

Enquadram-se nesse tema os textos publicados pelo *jornal A Tarde*, logo após a realização do I Seminário Faces do Brasil, em maio de 2011, para apresentação dos resultados parciais da pesquisa. *A Tarde*, na Bahia e também a nível

nacional, aparecia como o veículo que mais noticiava sobre esse grupo étnico.

Outro veículo também engajado na cobertura noticiosa sobre os povos ciganos é a *Folha do Estado,* de Mato Grosso. Publicou duas matérias a respeito da cultura cigana, sendo, inclusive, o único veículo entre todos os monitorados que, em 2011, lembrou o Dia Nacional dos Povos Ciganos[19], em um texto publicado a 24 de maio. Em 2012, a façanha não se repetiu: também nesse jornal a data foi "esquecida".

Resta a síntese de que o "Dia do cigano", no período total da pesquisa, foi mencionado apenas por *A Tarde* (BA) e *Folha do Estado* (MT). Diferentemente ao que acontece com datas comemorativas, a exemplo do "Dia do Índio" (19 de abril) e do "Dia da Consciência Negra" (20 de novembro). Esses dias do calendário brasileiro funcionam como disparadoras para a produção de matérias sobre as populações indígena e negra de forma mais volumosa. O que não ocorre com os ciganos.

Termo "cigano"

Em fevereiro de 2012, o Ministério Público Federal de Minas Gerais, atendendo à demanda protocolada anos antes por um cidadão de origem cigana em Uberlândia, ingressou na Justiça com ação contra a editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss, detentores dos direitos autorais do *Dicio-*

19 A data rememorativa foi instituída por decreto do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 2006. O 24 de maio foi escolhido por ser o dia dedicado a Santa Sara Kali, padroeira universal dos povos ciganos.

nário Houaiss. Soilicitava a retirada de circulação do afamado dicionário, por causa dos significados então atribuídos ao verbete "cigano" naquela obra de referência.

Antes de recorrer ao poder judiciário, o MPF-MG buscou acordo com o grupo editorial Objetiva e as editoras Globo *(Dicionário Brasileiro Globo)* e Melhoramentos *(Dicionário Aurélio)*, recomendando a supressão nas próximas edições "de qualquer expressão pejorativa ou preconceituosa nos significados atribuídos à palavra cigano"[20]. A Globo e a Melhoramentos acataram a recomendação; a Objetiva negou-se, sob o argumento de não ser a detentora do conteúdo, que seria de exclusiva responsabildiade do Instittuto Houaiss[21].

O caso teve repercussão nacional e destaque na opinião pública. Foi um dos poucos fatos que geraram discussões acerca do que é o *ser* cigano. Não por acaso algumas discussões foram fomentadas por empresas que tinham interesse econômico na ação do MPF- MG. A exemplo das Organizações Globo, que editavam, entre outros veículos, a revista *Época* e os diários *Valor Econômico e O Globo.*

20 Excerto da petição do Ministério Público de Minas Gerais em termo de ajuste proposto às editoras.

21 Meses depois do ajuizamento da ação, a versão eletrônica do Houaiss já havia suprimido as expressões racistas atribuídas ao verbete cigano. O MPF pedia indenização por dano moral coletivo no valor de R$ 200 mil à época. Cf. "MPF pede retirada de circulação do dicionário Houaiss", *O Globo*, 27 fev. 2012. Ver: https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/mpf-pede-retirada-de-circulacao-do-dicionario-houaiss-4083015.

Considerações: ciganos

Na mídia nacional os ciganos são seres quase invisíveis. O percentual de agendamento relacionado a esses povos é quase nulo. A menção aos ciganos é comumente relacionada a casos de contravenção e criminalidade, a exemplo de estelionatos, agiotagens e crimes de morte. Em geral, a pesquisa demonstra que são mencionados na *mainstream media* sem nenhuma contextualização histórica ou de conhecimento da cultura cigana no Brasil.

O que se sabe dos ciganos é que seu modo de vida não se enquadra nos moldes, na estrutura social que a modernidade exige. Por falta desse conhecimento prévio, tem-se uma visão negativamente estereotipada desses povos. A quase total invisibilidade do povo cigano pode estar relacionada à carência de políticas públicas específicas para esse contingente populacional, ou mesmo ao reconhecimento deste como parte da formação do povo brasileiro.

Considerações finais

A pesquisa "Faces do Brasil" constatou: os grandes veículos brasileiros de comunicação impressa permaneciam, na segunda década do século XXI, retratando pejorativamente, como no passado – seja colonial, seja escravista – a imagem de pessoas com marcadores fenotípicos de raça/etnia negra, indígena ou cigana.

Grupos sociais historicamente estereotipados, de forma negativa - no conjunto da população brasileira -, indígenas,

ciganos e negros ainda não mereciam, por parte da cobertura de jornais e revistas, espaços que pudessem demonstrar a complexidade de sua condição humana dentro das relações "raciais" em um país etnicamente multifacetado.

Não se deve olvidar ser privada a propriedade dos veículos monitorados, todos pertencentes a grupos empresariais estabelecidos no mercado. E com interesses na obtenção de ganhos. Não apenas pecuniários. Também políticos, no sentido de manutenção ou ampliação de seus privilégios de classe econômica e de "raça".

No Brasil, até então, não havia uma imprensa alternativa forte e representativa fiel aos interesses dos estratos sociais subalternizados por sua definição étnica. Como ter um jornal ou revista de grande tiragem periódica requer alto volume de investimento de capital e, no país, o capital privado é altamente concentrado, a imagem de ciganos, negros e indígenas vê-se reproduzida a partir da relação com o mercado.

Exaustivo, o monitoramento da imprensa, com amostragem de mais de duas dezenas de veículos, revelou a "fotografia" do período. Ainda era relativamente pequena a adesão e a incorporação, no contexto brasileiro, do uso das novas plataformas digitais que vieram, pouco a pouco, com voracidade considerável, disputar audiência com a mídia tradicional (jornais e revistas).

O universo das redes sociais multimídias atuando na Internet possivelmente proporciona visões diferenciadas sobre as diversas etnicidades em disputa por espaço e por melhor representação de suas imagens públicas.

Saber se houve ou está havendo alteração, para melhor, no modus operandi da mídia tradicional (jornais e revistas

informativos) na representação de ciganos, indígenas e negros, requer renovadas pesquisas. Como está se operando, no novo contexto polifônico instalado pelas redes sociais, o processo de ressignificação da imagem desses estratos subalternizados, agora que a Internet lhes proporciona espaços de autorrepresentação?

Referências

ARAÚJO, J. Z. *A negação do Brasil:* o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2019.

BATISTA, J. C. A (In)visibilidade dos povos ciganos na mídia impressa brasileira. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2013. Repositório UFBA, repositorio.ufba.br/bitstream/ ri/32801/1/A%20INVISIBILIDADE%20DOS%20POVOS%20CIGANOS%20 NA%20M%C3%8DDIA%20IMPRESSA%20BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 14 dez. 2024.

CAMINHA, P. V. de. *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o descobrimento do Brasil.* Disponível em: https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

CARDOSO, E. L. *Nada os trará de volta:* escritos sobre racismo e luta política. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionátrio na pesquisa educacional. Evidência, Araxá, MG, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CONCEIÇÃO, F. *E*studos em mídia e etnicidades no Brasil: trajetória pioneira. Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies, Canadá, v. 8, p. 149-162, 2019. Disponível em: https://journals.library.brocku.ca/index.php/ijpds/article/view/3373/2626. Acesso em: 18 out. 2024.

FERRARI, R. *Ciganos:* existências, resistências. Salvador: Editorial Movimento Contínuo, 2011.

JESUS, D. de. *Imprensa, Território e Discurso:* análise da cobertura do Folha de S. Paulo sobre a luta por terra quilombola no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado, em Estudos Étnicos e Africanos). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LIMA, S. M. C. D. *A personagem negra na telenovela brasileira*: alguns momentos.

Revista USP, São Paulo, n. 48, p. 88-99, dez./fev. 2000-2001. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i48p88-99. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32894/35464. Acesso em: 11 dez. 2024.

SANTANA, R. Raposa Serra do Sol: como está a Terra Indígena após uma década da histórica decisão do STF. Conselho Indigenista Missionário, Brasília, DF, 22 out. 2019. Disponível em: https://cimi.org.br/2019/10/raposa-serra-do-sol-como-esta-a-terra-indigena-apos-uma-decada-da-historica-decisao-do-stf/. Acesso em: 4 mar. 2023.

SODRÉ, M. *A sociedade incivil*: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: Vozes, 2021.

SOUZA, J.; VIEIRA, M. Monitor da violência: Bahia registra maior número de mortes violentas no terceiro trimestre de 2022: estado ficou em primeiro lugar em todos os trimestres do ano e contabiliza maior número de mortes violentas do país entre janeiro e setembro. *G1 BA*, Salvador, 2 dez. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/12/02/monitor-da-violencia-bahia-registra-maior-numero-de-mortes-violentas-no-terceiro-trimestre-de-2022.ghtml. Acesso em: 21 fev. 2024.

SOVIK, L. *Aqui ninguém é branco.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPHINX Brasil. Sphinx Brasil Consultoria e Tecnologia. Disponível em: https://www.sphinxbrasil.com/. Acesso em: 8 dez. 2024.

SUÇUARANA, M. da S. Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Infoescola*, [*s. l.*], [202-]. Disponível em: https://www.infoescola.com/geografia/usina-hidreletrica-de-belo-monte/. Acesso em: 4 mar. 2023.

TEIXEIRA, R. C. *Ciganos no Brasil*: uma breve história. 2. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Report 2021/2022*: Uncertain Times, Unsettled Lives. Disponível em: hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22reportenglish_0.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

VICENTE, Gil. *Farsa das ciganas*. Universidade Federal de Santa Catarina, Digital Library of Literature from Lusophone Countries. Disponível em: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=222897. Accesso em: 14 dez. 2024.

Formato: 15 x 21 cm
Fontes: Crimson Pro, Mundo Sans Std
Miolo: Papel Off-Set 75g/m²
Capa: Cartão Supremo 300g/m²
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 500 exemplares

Fernando Conceição

Doutor em Ciências das Comunicações pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Conceição é jornalista formado pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua como professor, pesquisador e orientador no curso de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade.

Em 1997, ao ingressar na carreira docente, de forma bissexta, criou o Etnomídia – Grupo de Estudos em Mídia e Etnicidades. Pioneiro em dedicar-se ao problema da relação entre cobertura midiática e reforço ao fenômeno social do racismo pátrio.

Este livro reúne ensaios e artigos de crítica cultural a um dos mais influentes setores de atividade do mundo contemporâneo – o midiático. Alguns são inéditos; outros, já publicados de forma esparsa. É fruto da produção reflexiva e de pesquisas acadêmicas do autor ao longo de mais de três décadas de ativismo e intervenções sociais. Do período da luta pela redemocratização aos dias atuais. Permite ao leitor interessado verificar se houve, ou não, alterações no *modus operandi* da mídia, particularmente a impressa, no trato das questões raciais no Brasil. Trata-se de obra original – útil a quem lida e consome notícia –, que tem por objetivo tentar preencher uma lacuna na multidisciplinar área da Comunicação Social.

ISBN 978-65-5630-803-6
9 786556 308036

fapesb
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO